

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
MESTRADO EM HISTÓRIA**

RAIMUNDO NONATO BITENCOURT PEREIRA

**MODERNIZAÇÃO URBANA DE CAMPO MAIOR-PI NO PERÍODO
ÁUREO DA CERA DE CARNAÚBA (1930-1947)**

**CAMPINA GRANDE/PB
2015**

RAIMUNDO NONATO BITENCOURT PEREIRA

**MODERNIZAÇÃO URBANA DE CAMPO MAIOR-PI NO PERÍODO
ÁUREO DA CERA DE CARNAÚBA (1930-1947)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História – PPGH da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do grau de Mestre na área de História, Cultura e Sociedade.

Orientador: Profº. Dr. Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior

CAMPINA GRANDE/PB
2015

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

P436m Pereira, Raimundo Nonato Bitencourt.
Modernização urbana de Campo Maior-PI no período áureo da cera de carnaúba (1930-1947) / Raimundo Nonato Bitencourt Pereira. – Campina Grande, 2015.
154 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2015.

"Orientação: Prof. Dr. Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior".
Referências.

1. História Cultural - Cidade. 2. Modernização. 3. Campo Maior-PI.
4. Carnaubais. I. Souza Júnior, Xisto Serafim de Santana de. II. Título.

CDU 930.85:711.4(043)



RAIMUNDO NONATO BITENCOURT PEREIRA

**MODERNIZAÇÃO URBANA DE CAMPO MAIOR-PI NO PERÍODO
ÁUREO DA CERA DE CARNAÚBA (1930-1947)**

Aprovada em: 05/03/2015

BANCA EXAMINADORA

Xisto Serafim de S. de Souza Júnior

Profº. Dr. Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior
Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal de Campina
Grande (PPGHIS)
Orientador

Antonio Clarindo B. de Souza

Profº Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza
Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal de Campina
Grande (PPGHIS)
Examinador Interno

Maria Dione Carvalho de Moraes

Profª Drª Maria Dione Carvalho de Moraes
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal do Piauí
(PPGS)
Examinadora Externa

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe (Maria) por ter me mostrado o quanto é importante estudar, e pelo apoio que sempre forneceu durante a minha trajetória estudantil.

AGRADECIMENTOS

O momento em que elaboramos os Agradecimentos é também quando paramos e refletimos acerca da trajetória percorrida até a finalização do texto dissertativo. Nesse momento, vamos recordando aos poucos de todos os sujeitos que de alguma forma contribuíram para que o trabalho se concretizasse. É a tais sujeitos a quem quero agradecer.

À minha família, especialmente minha mãe Maria de Lourdes e meu pai Otacildo Gomes, pois grande parte do que conquistei até hoje devo a seus ensinamentos e apoio. Estendo o agradecimento à minha irmã, meus tios e avós maternos.

Agradeço a Deus, que sempre me deu força e confiança para seguir em frente.

Ao Moacir, funcionário da Biblioteca Municipal de Campo Maior, sempre prestativo e disposto a ajudar as pessoas que queiram conhecer um pouco mais sobre a História de Campo Maior.

Aos amigos Ronald, Edson, Daniel, pela amizade e companheirismo. Agradeço também aos demais colegas do Mestrado, Gilmara, Pedro, Edivânia, Leandro e Zulene.

Ao meu orientador, Prof^o. Dr. Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior, por ter me acompanhado nesta caminhada, contribuindo com dedicação na elaboração do trabalho.

Aos membros da Banca de Qualificação, Prof. Dr. Antônio Clarindo e Prof^a Dra. Tanya Brandão, que contribuíram com uma leitura crítica e também com sugestões que ajudaram a melhorar o trabalho.

À minha amiga Natália Oliveira, pelo auxílio na busca das fontes e pelas conversas produtivas sobre a História de Campo Maior.

À colega Lucélia Nárjera, pela ajuda e incentivo na época do processo de seleção do mestrado.

Aos meus entrevistados, Augusto Pereira (*in memoria*), Iracema Santos, Jaime da Paz e Maria Sousa, por terem me ajudado a contribuir com a ampliação do conhecimento referente à cidade de Campo Maior.

RESUMO

Neste trabalho propomos investigar a modernização urbana da cidade de Campo Maior, Piauí, considerando-a como favorecida pelo período áureo do extrativismo da cera de carnaúba no Estado, durante as décadas de 1930 e 1940. Observamos que a época que a cera ganhou destaque foi a partir do início da Primeira Guerra Mundial, sendo exportada para alguns países beligerantes, visto que foi possível extrair do produto um componente explosivo denominado ácido pícrico, utilizado na fabricação de pólvora. Tal fato tornou a cera o principal suporte da economia piauiense e campomaioireNSE, consolidando sua importância a partir da conflagração do segundo conflito mundial. Para investigar o crescimento urbano analisamos alguns equipamentos modernos, bem como logradouros públicos e prédios que foram implantados, e eram destacados nos discursos oficiais pelos governantes locais que representavam a cidade como uma das mais modernas e progressistas do Piauí. Destacamos ainda, que o período da modernização coincide com a época em que Getúlio Vargas é presidente do Brasil. No Piauí, temos os interventores Landri Sales (1931-1935) e Leônidas Melo (1935-1945). Os governantes, nacional e estadual, assentavam suas bases no autoritarismo e na ideia de progresso e modernização, que tinham forte ressonância em Campo Maior. Não obstante, propomos colocar em relevo algumas pessoas humildes que se apropriaram das reformas urbanas operadas em Campo Maior, dando atenção a sua subjetividade enquanto indivíduos comuns que também traduziram o seu olhar sobre a cidade, por meio de crônicas, livros de memória, ou mesmo entrevistas. Intencionamos compreender as sensibilidades dessas pessoas em relação a essa “nova” cidade na qual estavam vivendo, como foram beneficiados ou ficaram à margem da estrutura urbana que se modernizava. Por fim, pretendemos ainda ressaltar as novas sociabilidades que se desenvolveram nos espaços que surgiram.

Palavras-chave: Cidade. Modernização. Campo Maior-PI. Carnaubais.

ABSTRACT

In this work we propose to investigate the urban modernization of the town of Campo Maior, Piauí, regarding it as favored by the golden period of Carnaúba wax extraction in the state during the 1930s and 1940s. We observe that the time in which the wax came to prominence was the beginning of World War I, being exported to some belligerent countries, since it was possible to extract from the product an explosive component named picric acid, used in the making of gunpowder. This fact became the wax the main support of the economy of Piauí and Campo Maior, consolidating its importance from the conflagration of the second world conflict. To investigate the urban growth we analyzed some modern equipment, as well as public places and buildings that were implanted and were pointed out in the official speeches of the local rulers that represented the town as one of the most modern and progressive of Piauí. We emphasize yet that the modernization period coincides with the epoch in which Getúlio Vargas was the Brazilian president. In Piauí we had intervenors Landri Sales (1931-1935) and Leônidas Melo (1935-1945). The state and national governments had their bases in authoritarianism and the idea of progress and modernization that had a strong resonance in Campo Maior. Notwithstanding, we propose to highlight some lower-class people who took advantage of the urban reforms carried out in Campo Maior, highlighting their subjectivity as ordinary individuals that also translated their look upon the town, through chronicles, memoirs or even interviews. We intend to understand the sensitivities of these people about this “new town” in which they were living, how they were benefited or marginalized from the modernizing urban structure. Finally, we want to highlight the new social skills that developed in the new spaces.

Keywords: Town. Modernization. Campo Maior-PI. Carnaubais.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01 Receitas derivadas de produtos piauienses exportados.....	34
Quadro 02 Explanção das receitas públicas de Campo Maior em contos de réis..	67
Figura 01 Carnaubeira (<i>Copernicia prunifera</i>).....	28
Figura 02 Etapas para retirada das folhas da carnaubeira.....	29
Figura 03 Campo de secagem das folhas de carnaúba.....	30
Figura 04 Anúncio da Casa Alves.....	55
Figura 05 Anúncio da Casa Inglesa.....	56
Figura 06 Anúncio da Casa Comercial de Waldeck Bona.....	57
Figura 07 Diário Oficial do Piauí.....	65
Figura 08 Usina Elétrica 4 de Outubro.....	71
Figura 09 Vista aérea da cidade de Campo Maior	78
Figura 10 Praça Rui Barbosa.....	83
Figura 11 Praça Marechal Floriano.....	86
Figura 12 Grupo Escolar Valdivino Tito.....	88
Figura 13 Ginásio Santo Antônio.....	90
Figura 14 Cineteatro Glória.....	92
Figura 15 Correios e Telégrafos.....	92
Figura 16 Centro Operário Campomaiorense.....	94
Figura 17 Banco do Brasil.....	96
Figura 18 Praça Rui Barbosa.....	121

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 O EXTRATIVISMO DA CARNAÚBA NO PIAUÍ	25
1.1 O PERÍODO ÁUREO DA CERA DE CARNAÚBA NA ECONOMIA PIAUIENSE (1914-1947).....	25
1.2 A “TERRA DOS CARNAUBAIS”: A EMERGÊNCIA DE CAMPO MAIOR COMO IMPORTANTE POLO ECONÔMICO PIAUIENSE.....	48
2 A POLÍTICA PROGRESSISTA DA ERA VARGAS E SUA INFLUÊNCIA NA MODERNIZAÇÃO URBANA DE CAMPO MAIOR	61
2.1 A CHEGADA DOS EQUIPAMENTOS URBANOS DITOS MODERNOS.....	70
2.2 O EMBELEZAMENTO DA URBE: PRAÇAS E ARTÉRIAS URBANAS.....	76
2.3 A EXPANSÃO DOS SERVIÇOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO.....	87
2.4 A NOVA ARQUITETURA E A HIGIENIZAÇÃO DA CAMPO MAIOR MODERNA.....	91
3 VIVÊNCIAS POPULARES NA CIDADE MODERNA: RECORDAÇÕES DE MORADORES CAMPOMAIORENSES	102
3.1 AS NOVAS SENSIBILIDADES: IMPACTO DA ILUMINAÇÃO ELÉTRICA, AVIÃO E CINETEATRO NA VIDA DE CAMPOMAIORENSES.....	102
3.2 AS APROPRIAÇÕES POPULARES DOS NOVOS LOCAIS DE SOCIABILIDADE DE CAMPO MAIOR.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES	141
APÊNDICE	150
ANEXO	153

INTRODUÇÃO

Não é de hoje que as cidades têm despertado o interesse e curiosidades dos pesquisadores da sociedade. Palco dos conflitos e relações complexas de sociabilidade, o estudo sobre as cidades atraiu a atenção de profissionais de diversas áreas do conhecimento científico, entre os quais se destacam os historiadores, por terem como uma de suas principais responsabilidades o estudo das vivências humanas em um determinado espaço/tempo.

Quanto à investigação da cidade, no Brasil, é importante destacar aqui a contribuição da historiadora Maria Stella Martins Bresciani, que foi uma das responsáveis pela constituição e difusão desse campo de estudo. De acordo com Bresciani (1998, p. 243), foi somente na década de 1980 que o espaço citadino, no Brasil, passou a ser visto como uma temática de investigação específica no campo da História, ocorrendo em 1985 a implantação da linha de pesquisa *Cultura e Cidades* no programa de pós-graduação em História Social da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), tendo como uma das responsáveis pela sua criação a referida autora.

Para a abordagem do espaço urbano campomaiorense escolhemos a perspectiva teórica da chamada Nova História Cultural. Segundo essa concepção, a atenção ao espaço citadino está voltada para as representações que se constroem na e sobre a cidade, o que permite perceber como as pessoas atribuíam significados à urbe. Para tal, tentamos buscar alguns discursos e imagens de representação do urbano que remetem a espaços, sujeitos e práticas.

A discussão em torno das temáticas que valorizam o cultural, no meio historiográfico tem tido bastante visibilidade nas últimas décadas. Desse modo, os estudos se ampliaram para além das abordagens que priorizavam o econômico e o social em detrimento dos aspectos culturais, o que possibilitou o avanço da História Cultural no meio acadêmico. Burke observa:

Atravessamos hoje um período da chamada "virada cultural" no estudo da humanidade e sociedade. [...] Muitos estudiosos que há mais ou menos uma década se descreviam como críticos literários, historiadores da arte ou historiadores da ciência hoje preferem definir-se como historiadores culturais, trabalhando em "cultura visual", "a cultura da ciência" e assim por diante. "Cientistas" políticos e historiadores políticos pesquisam "cultura política", enquanto economistas e historiadores econômicos desviaram a atenção da

produção para o consumo, e assim para desejos e necessidades moldados em termos culturais (BURKE, 2000, p. 233).

Um dos principais nomes da História Cultural na atualidade é o historiador francês Roger Chartier, que tem como sua primeira obra editada em português, *A História Cultural: entre práticas e representações*. De acordo com Chartier, os historiadores da cultura trabalham com dois conceitos chaves, que são as “práticas” e “representações”. Na sua obra *À Beira da Falésia* o autor faz a seguinte articulação a respeito desses conceitos:

[...] As práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; [e] as formas institucionalizadas pelas quais “representantes” (instâncias coletivas ou individuais singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe (CHARTIER, 2002, p. 73).

No Brasil, as investigações que tomam a cidade pelo viés da História Cultural são numerosas, e adquiriram maior força, sobretudo, após o início da década de 1990, atraindo diversos pesquisadores. Nesse sentido, a historiadora Sandra Pesavento teve um importante papel na formação desse novo campo tornando-se um dos principais nomes e dedicando grande parte de sua produção a uma abordagem que dava ênfase à cultura. Pesavento sugere que:

Em termos gerais, pode-se dizer que a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio de suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo (PESAVENTO, 2008, p. 42).

Assumir esse modo de ver a cidade implica em um alargamento da visão sobre o urbano, percebendo nele não só fenômenos econômicos e sociais, mas também as representações que são construídas pelos indivíduos que habitaram um determinado espaço e formaram em torno dele todo um imaginário, fortemente ligado a suas aspirações, desejos e modos como significam o mundo que os rodeia e no qual atuam.

Nesse sentido, propomos uma referência à cidade de Campo Maior¹, localizada no norte do Estado do Piauí, pois foi objeto de muitas representações e desejos por parte de seus governantes, colocando-a como uma cidade progressista em constante processo de modernização. Isso se deu nas décadas de 1930 e 1940, época em que Campo Maior foi uma das maiores produtoras de cera de carnaúba do Piauí, cuja produção influenciou no processo de reestruturação espacial da cidade.

Dentre algumas das conquistas materiais podemos destacar a instalação da iluminação elétrica, chegada do primeiro avião, construção do Cineteatro Glória e do Grupo Escolar Valdivino Tito, remodelação da Praça Rui Barbosa, abertura e pavimentação de ruas, edificação de prédios públicos como Correios e Telégrafos, Centro Operário, Ginásio Santo Antônio, Matadouro e Mercado Público. No entanto, direcionamos nossa visão também para os contrapontos, pois, observamos que por vezes a modernização em curso teve seus percalços, visto que nem sempre o imaginário moderno dos governantes estava em acordo com a “cidade real”.

Na investigação, procuramos ainda capturar as sensibilidades dos sujeitos simples de Campo Maior em relação aos equipamentos urbanos modernos implantados, quando estes lhes foram acessíveis. Intencionamos, igualmente, colocar em relevo as apropriações que essas pessoas fizeram da reforma urbana, cartografando assim as novas sociabilidades que se fizeram presentes nos espaços que surgiram.

Nosso recorte temporal tem início no ano de 1930, pois, nesse ano é investido no cargo de prefeito Francisco Alves Cavalcante, que promoveu juntamente com o governo estadual a retomada dos carnaubais que estavam em poder de arrendatários, formando o patrimônio municipal que subsidiou a modernização. O marco final é o ano de 1947, data em que os preços da cera de carnaúba começaram a sofrer forte declínio, não podendo proporcionar o ritmo de crescimento urbano do momento anterior.

Para realizarmos a investigação da modernização urbana de Campo Maior, fez-se necessário lançar mão de uma bibliografia voltada especialmente para a temática cidade. Não obstante, buscamos igualmente autores que nos dessem suporte no entendimento do papel que a cera de carnaúba desempenhou na

¹ A cidade de Campo Maior, Piauí, está situada no norte do Estado, a cerca de 84km da capital, Teresina. Ver mapa, em anexo, que trata da localização do município de Campo Maior.

economia piauiense durante o período em estudo, além de fazermos a apropriação de leituras que iluminassem o nosso caminho ao tratarmos das questões relacionadas à memória.

Considerando que o nosso trabalho é permeado pelo contexto econômico piauiense dos anos 30 e 40, onde damos destaque à cera de carnaúba, as primeiras referências pertinentes são as que estão relacionadas a esse elemento extrativista. Tais leituras foram basilares para que entendêssemos a relevância que o produto teve no Piauí, permitindo-nos perceber o seu papel enquanto subsídio da modernização urbana campomaiorense.

Ao analisarmos o papel que a Cera desempenhou na economia do Piauí, nos deparamos com uma primeira dificuldade, visto que não encontramos nenhum trabalho acadêmico que tenha se dedicado a um estudo aprofundado acerca desse produto na primeira metade do século XX. De modo geral, a maioria dos escritos são capítulos de livros que não têm como propósito específico falar sobre a cera. Já os textos que trazem uma abordagem específica sobre o produto, geralmente, tratam do período posterior ao nosso recorte temporal.

Não obstante, vejamos quais autores nos deram maior suporte nessa discussão. De início, destacamos dois autores que consideramos fundamentais para qualquer investigação que seja perpassada de algum modo pela temática econômica piauiense, a saber, Raimundo Santana e Teresinha Queiroz. Do primeiro autor, utilizamos principalmente o livro *Evolução Histórica da Economia Piauiense*, que como o próprio título sugere faz um apanhado geral da economia do Estado, desde a pecuária, e, conseqüentemente, insere a cera de carnaúba, fazendo assim um breve relato que atravessa o período inicial de comercialização do produto até o momento de sua decadência.

Quanto à autora Teresinha Queiroz, utilizamos o livro *A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí: 1900-1920*, fruto de uma pesquisa aprofundada sobre esse produto. A borracha de maniçoba foi o primeiro gênero extrativista a adquirir importância no Piauí, durante as duas primeiras décadas do século XX, quando o comércio da borracha entra em declínio e a cera de carnaúba torna-se o mais relevante elemento da exportação piauiense. O texto nos permitiu compreender a decadência da pecuária na economia piauiense e o crescimento do extrativismo, de início baseado na borracha de maniçoba, seguida posteriormente pela cera e o babaçu. Queiroz também nos possibilitou compreender a integração

que o Piauí passou a ter no mercado nacional e internacional, devido à exportação dos produtos mencionados. Outro livro elaborado por Queiroz, também bastante pertinente, intitula-se *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*, uma pequena síntese das fontes da economia estadual. No texto, a autora dedica um espaço para a cera, percorrendo desde o princípio da sua valorização comercial no início do século XX até seu declínio no fim dos anos 40.

Dentre as pesquisas que se voltam exclusivamente à análise da cera de carnaúba está o *Estudo sócio-econômico dos principais produtos do extrativismo vegetal do Piauí*, elaborada por Antônio de Pádua Santos. Tal investigação foi realizada para a Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO), e tem um caráter abrangente, porém com informações sucintas, dentre as quais: descrição botânica da carnaubeira, técnicas de cultivo, processo de extração do pó e produção da cera, usos possíveis do produto, se encaminhado no fim para a indicação das áreas de produção e situação das exportações, sobretudo, nas décadas de 1950 até 1970. Trabalho essencial para nossa pesquisa, mas que tem maior relevância para quem quer entender a temática da cera entre os anos 50 e 70, já que esse período não é ressaltado em muitos dos textos que versam sobre o produto.

O livro *Estudo e coleta de dados sobre a cera de carnaúba*, de autoria do produtor de cera Antônio José de Souza, constitui outra de referência fundamental. O autor trata, sobretudo das décadas de 1960 e 1970, porém faz importantes alusões também à comercialização da cera nos anos 40, além de tecer apontamentos quanto à ameaça dos sucedâneos sintéticos para a cera, que surgiram em fins de 1940.

Renato Castelo Branco fez um texto pioneiro, no começo da década de 1940, a respeito da cera de carnaúba, posteriormente republicado em um livro com o título *O Piauí: a terra, o homem, o meio*. As poucas páginas dedicadas à abordagem desse produto são importantes para nossa pesquisa, dado que o autor nos traz a visão de um contemporâneo à época em análise, relatando desde o processo de produção da cera até a situação comercial do gênero extrativista naquele momento, além de fazer referência à Lenda da Carnaúba.

Entre os trabalhos que encontramos sobre a cera, consideramos que um dos mais completos seja um estudo ainda pouco utilizado no Piauí. Referimo-nos a uma publicação de Luís da Câmara Cascudo denominada *A Carnaúba*, que foi editado

pela Revista Brasileira de Geografia do ano de 1964. Câmara Cascudo lança mão do aprofundamento empírico ao falar da carnaubeira fazendo uma leitura de documentos que remetem ainda ao século XVII. Nesse sentido, Câmara Cascudo esmiúça as referências a esse gênero extrativista desde o referido século, passando pelo período posterior e chegando assim até a época que escreve, aludindo ainda acerca do processo de produção da cera. Nos demais escritos sobre o produto, é comum o discurso que remete a existência dos sucedâneos da cera, quando da sua decadência. Porém, Câmara Cascudo não perde de vista a crítica e mostra-se descrente quanto aos sintéticos, acreditando ser uma estratégia dos importadores estrangeiros para baixar os preços do gênero extrativista. *A Carnaúba* é uma pesquisa que trata dessa palmeira e da cera no Nordeste, mas traz considerações a respeito da produção do pó cerífero em Campo Maior, que não encontramos em outras fontes pesquisadas.

Devemos dar destaque ainda ao *Rastro da carnaúba no Piauí*, de autoria de José Araújo, pois faz uma boa abordagem – apesar de sintética – sobre a participação da cera na economia piauiense, desde sua valorização até a decadência. Ressaltamos aqui a observação que Araújo faz ao se referir ao “progresso” das cidades que tinham ligação com a produção e/ou exportação de cera.

Ao falarmos da cera de carnaúba, no Piauí, acreditamos que uma referência obrigatória, e que nos foi fundamental, é o livro *Roteiro do Piauí*, de Carlos Eugênio Porto, publicado pela primeira vez no ano de 1955. Nessa obra, Porto faz uma espécie de “História do Piauí”, mas também traz em algumas páginas uma sistematização sobre o papel da cera na economia piauiense, durante a primeira metade do século XX. Dessa forma, tornou-se suporte para todos os autores que escrevem sobre o assunto devido ao conjunto das informações presentes no *Roteiro do Piauí*.

Ainda para o estudo da cera na economia piauiense utilizamos *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*, de Agenor Martins, *Eco-eficiência na produção de pó e cera de carnaúba no município de Campo Maior (PI)*, de Francisco Araújo de Carvalho, e algumas edições do anuário *Almanaque da Parnaíba*.

Quanto às aproximações teóricas que fazemos para a investigação da modernização urbana, um dos autores que mais nos auxilia é Roger Chartier. Para o entendimento da modernização de Campo Maior é fundamental debruçar-se sobre

os discursos oriundos do poder público. Dessa forma, utilizaremos as contribuições de Chartier, contidas em sua obra *A História Cultural: entre práticas e representações*, que nos dá suporte para a elaboração de questionamentos acerca desses discursos dos governantes campomaiorenses, que representam seus desejos de modernização. Nesse sentido, o autor afirma que é necessário fazer o “relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (1990, p. 17), não os considerando como neutros e sim investidos de uma intencionalidade, o que nos levou a refletir acerca do desejo dos administradores de representar Campo Maior como uma cidade que alcançava destaque no cenário piauiense, digna de receber a denominação de moderna e progressista.

Na busca de uma interpretação mais consistente dos documentos administrativos oficiais, partilhamos novamente das concepções de Chartier, quando observa que tais textos se apresentam enquanto representação:

[...] Os próprios textos políticos ou administrativos fornecem uma representação, por vezes explícita, na maioria dos casos implícita. Todos eles supõem um destinatário, uma leitura, uma eficácia (CHARTIER, 1990, p. 224).

A aceitação desse posicionamento teórico permite visualizar as representações em torno de Campo Maior, constituídas a partir de práticas discursivas que valorizam a modernização e diversos aspectos do progresso da cidade. O autor refere também que “cada série de discursos deve ser compreendida em sua especificidade, isto é, inscrita em seus lugares (meios) de produção e suas condições de possibilidade [...]” (CHARTIER, 2002, p. 77).

Ainda sobre as representações contidas nos textos oficiais devemos deixar claro que não as tomamos como transparências do momento particular da história que está sendo tratado, mas sim como documentos nos quais governantes investiram sua carga de intencionalidade, sendo impresso sua visão particular do que era o real. Chartier (2002, p. 56) ressalta que o real não é só a realidade a que o texto se refere, mas também, a forma como ele a visa na historicidade de sua produção.

No que tange a modernização em termos de Piauí, nas décadas de 1930 e 1940, o principal suporte é Francisco Alcides do Nascimento. No livro *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*, o autor coloca em

relevo as reformas urbanas, de caráter autoritário, operadas na cidade de Teresina durante o Estado Novo (1937-1945). As modificações espaciais foram levadas a cabo pelos governantes no mesmo momento em que ocorriam os incêndios das casas de palha pertencentes aos populares, e, apesar de não ter havido um esclarecimento por parte do poder público que concluísse quem eram os responsáveis pelos incêndios, estes acabaram contribuindo com as reformas urbanas, pois as casas de palha foram cada vez mais afastadas para as áreas menos visíveis da urbe. Nascimento é quem nos dá maiores subsídios para compreender o ideal de realizar modificações urbanas em Campo Maior, pois salienta o pensamento progressista que chega ao Piauí devido à chamada “Revolução de 1930”. Desse modo, em Teresina e também em Campo Maior os gestores voltam sua atenção para a cidade, espaço que precisava ser modernizado e embelezado, dando um novo aspecto a ruas, praças, avenidas, além da nova arquitetura que surgiu no período.

Outra obra de Nascimento que contribui para nossa pesquisa é *A Revolução de 1930 no Piauí (1928-1934)*, visto que nos ajudou a entender a conjuntura política piauiense no pós-30, além de indicar como ficou organizada a estrutura administrativa estadual e municipal piauiense após a chegada de Getúlio Vargas à presidência do Brasil. Também nos amparam no entendimento da Revolução de 1930 e na chegada do ideal de progresso a Campo Maior, livros elaborados por Boris Fausto, Ângela Gomes e Erick Araújo.

De acordo com Pesavento (2008, p.56), uma das características mais fortes da (Nova) História Cultural é ter dado destaque aos sujeitos simples que viveram em uma determinada sociedade. Dessa forma, propomos colocar em relevo as pessoas comuns que se apropriaram das reformas urbanas operadas em Campo Maior, dando atenção a esses campomaioreses que também traduziram o seu olhar sobre a cidade, pois, como refere Serge Gruzinski “a história das sensibilidades interessasse pelo indivíduo, por suas reações íntimas, por suas contradições abertas ou encobertas (GRUZINSKI, 2007, p. 07)”. Nossa intenção é captar as sensibilidades modernas surgidas devido à chegada dos equipamentos urbanos, bem como entender as sociabilidades que se desenvolveram nos novos espaços que foram construídos.

Propomos compreender as sensibilidades dessas pessoas em relação a essa “nova” cidade na qual estavam vivendo, tentando entender como foram impactadas

por essas reformas urbanas. Segundo Pesavento, a análise das sensibilidades privilegia a subjetividade dos indivíduos, onde o destaque recai não sobre as elaborações mentais racionais, pois o que ocorre é um “assalto ao mundo cognitivo, pois lidam com as sensações, com o emocional, com a subjetividade” (PESAVENTO, 2008, p. 56). Acerca do conceito de sensibilidade a autora refere que são “formas pelas quais indivíduos e grupos se dão a perceber”. A autora complementa:

[...] As sensibilidades não só comparecem no cerne do processo de representação do mundo, como correspondem, para o historiador da cultura, àquele objeto a capturar no passado, à própria energia da vida (PESAVENTO, 2008, p. 57).

Ainda de acordo com Pesavento, para o estudo das sensibilidades – assim como para qualquer pesquisa nos domínios de Clio – é preciso que a tradução que as pessoas fazem de seu mundo tenha sido materializado em algum registro. É o que a autora chama de “marcas de historicidade”, ou seja, “fontes ou registros de algo que aconteceu um dia e que, organizados e interpretados, darão prova e legitimidade ao discurso historiográfico” (PESAVENTO, 2007, p.19). Para compreender as vivências populares, lançamos mão de crônicas, livros de memória e relatos de memória de antigos moradores de Campo Maior.

Para entendermos o processo de modernização urbana em Campo Maior, tivemos que buscar suporte em vários autores que têm como fio condutor de suas pesquisas a temática da cidade. Nessa perspectiva, contamos com um aporte bibliográfico onde estão presentes autores como Nicolau Sevcenko (1992, 1998), Jaime Benchimol (1985), Jeffrey Needell (2003), Celia Ferraz de Souza (2001), Maria Stella Bresciani (1994, 2000), Sandra Pesavento (2002, 2007, 2008), Gervácio Aranha (2005), Fabio Gutemberg Sousa (2003), Helmara Wanderley (2010), Antônio Paulo Rezende (1997). Sem tais autores não tínhamos como potencializar a nossa compreensão sobre a modernização e seus diversos aspectos, como embelezamento urbano, higienização, sensibilidades modernas, sociabilidades.

Ao nos debruçarmos sobre o estudo de Campo Maior, procuramos resguardar as peculiaridades locais, pois há claras diferenças em relação às grandes cidades modernas. Nessa perspectiva, tornou-se salutar o texto *Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e*

simbólicas, de autoria de Gervácio Aranha, visto que o autor infere que não podemos pensar a modernização do Norte brasileiro, na passagem do século XIX para o XX, da mesma forma que analisamos grandes cidades europeias, em especial Londres e Paris. Durante o referido período uma das principais características desses espaços urbanos era o seu ritmo frenético com o trânsito de milhares de pessoas cotidianamente nas ruas, característica que não era inerente às cidades do Norte do Brasil.

Bresciani observa o fenômeno das multidões nas duas capitais citadas, permeadas por “milhares de pessoas deslocando-se por entre o emaranhado de edifícios”. A multidão nas ruas de Londres e Paris foi considerada por seus contemporâneos “um acontecimento inquietante”. A autora nos dá uma ideia de como era a movimentação nas ruas desses centros urbanos, ao referir que “o desempenho do ato cotidiano da vida nas grandes cidades compõem um espetáculo” que provocou sensações tão distintas quanto o “fascínio e o terror”. Era o “desfile de homens e mulheres” que fazia com que essas metrópoles fossem “associadas às ideias de caos, de turbilhão, de ondas, metáforas inspiradas em forças incontroláveis da natureza” (BRESCIANI, 1994, p. 22).

A multidão das ruas também era caracterizada pelo estranhamento recíproco dos transeuntes. Leopoldo Waizbort volta sua atenção sobretudo para a cidade de Berlim, ao analisar a obra de George Simmel e refere que esse espaço urbano, ao se aproximar o final do século XIX, também já estava se tornando uma grande urbe. Ao falar da indiferença entre os habitantes de Berlim, menciona que todos “permanecem estranhos: algo distante que está próximo. E a cidade grande transforma o contato com o estranho na experiência mais corriqueira” (WAIZBORT, 2006, p. 323).

Em Paris, um dos contemporâneos a ficar intrigado com a aglomeração de pessoas dessa cidade, na época do Segundo Império francês, foi o poeta Charles Baudelaire. Walter Benjamin é quem interpreta a obra de Baudelaire, um verdadeiro *flâneur*, ou seja, indivíduo para quem a “a rua se torna moradia” e “entre as fachadas dos prédios, sente-se em casa tanto quanto o burguês entre suas quatro paredes” (BENJAMIN, 2000, p. 35). Baudelaire observava atentamente o ritmo acelerado da multidão nas ruas, pois, é nela que encontrava a inspiração para sua poesia. Benjamin cita como o poeta vê as pessoas e a cidade de modo inseparável em sua obra:

Baudelaire não descreve nem a população, nem a cidade. Ao abrir mão de tais descrições colocou-se em condições de evocar uma imagem na outra. Sua multidão é sempre a da cidade grande; a sua Paris é invariavelmente superpovoada (BENJAMIN, 2000, p. 116).

Nesse contexto, além da discrepância de Campo Maior em relação ao ritmo de vida acelerado dessas cidades, havia ainda o próprio limite espacial da modernização. É importante percebermos que as reformas urbanas operadas em Campo Maior não podem ser pensadas nos mesmos termos que modificações de grande porte, a exemplo das que foram levadas a cabo na Paris do Barão Haussmann em meados do século XIX, que inspirou tantas transformações urbanas mundo afora. Otto Friedrich salienta que a intenção de Haussmann era reconstruir a capital francesa. O aspecto mais espetacular eram os imensos bulevares que embelezavam Paris e propiciavam o ritmo frenético da multidão. Friedrich nos dá uma amostra da proporção do trabalho efetivado por Haussmann: “cento e treze quilômetros de vias construídas, 640 quilômetros de calcamento colocado, 27500 casas demolidas, porém 102500 construídas ou reconstruídas” (FRIEDRICH, 1993, p. 144). Somemos a isso ainda as transformações ocorridas no subsolo com obras voltadas para os serviços de água e esgoto.

Nesse sentido, a primeira reforma urbana de grande proporção no Brasil ocorreu no Rio de Janeiro, durante o início do século XX. De acordo com Benchimol (1985, p. 599), o prefeito Pereira Passos fez um verdadeiro “bota abaixo” da estrutura colonial da Capital Federal com inúmeras desapropriações de imóveis. Das várias artérias abertas e/ou alargadas na cidade, a que alcançava lugar de destaque era a Avenida Central que “rasgava de mar a mar, o labirinto de ruas movimentadas, estreitas e sinuosas da Cidade Velha” e “atingia em cheio o centro nevrálgico da Capital da República” (1985, p. 603).

Para pensarmos a modernização de Campo Maior nos anos 1930 e 1940 é necessário levarmos em conta suas peculiaridades. A urbe ainda era um espaço acanhado, portanto, não podemos considerá-la moderna nos mesmos termos que os espaços citadinos supracitados, mas sim atentando para a realidade das cidades nordestinas na primeira metade do século XX. Nesse sentido, conforme mencionado, para realizarmos este estudo apropriamo-nos da concepção de Aranha (2005, p. 80), para quem as cidades do Norte brasileiro podiam ser caracterizadas como modernas na medida em que possuíam determinados equipamentos urbanos

e/ou prédios e logradouros públicos que fossem considerados “símbolos modernos de valor universal”.

Ao nos debruçarmos sobre Campo Maior, tomamos como um dos eixos da nossa pesquisa a valorização das vivências populares e suas apropriações da cidade moderna. Para tal, optamos por utilizar como um dos principais subsídios a história oral. Nesse sentido, rastreamos as “memórias de velhos” moradores de Campo Maior. Segundo Ecléa Bosi, as pessoas idosas já viveram mais intensamente e agora dedicam muito do seu tempo em lembrar:

Ao lembrar o passado ele [o velho] não está descansando, por um instante, das lides cotidianas, não está se entregando fugitivamente às delícias do sonho: ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da vida (BOSI, 1994, p. 60).

Quanto à relação entre história e memória, Margarida Neves afirma que é preciso está atento aos seus distanciamentos, “sendo a natureza da operação historiográfica crítica e analítica, enquanto é vivencial e testemunhal a raiz do artesanato da memória” (NEVES, 2009, p. 26). Porém, a autora adverte que não podemos negar sua relação: “Porque, vale lembrar, se a matéria-prima da memória e da história é o tempo, a tessitura de ambas é diversa, ainda que as duas o teçam, no presente e para o presente e o futuro, com os fios do passado” (Ibid., p. 26-27).

A respeito dessa discussão partilhamos aqui das concepções de Paul Ricoeur, presentes em seu livro *A memória, a história, o esquecimento*. O autor não vê memória e história como isoladas, mas sim, analisa as suas estreitas relações a respeito da representação do passado. Ricoeur enfatiza como a história necessita da memória ao dizer “que não temos outro recurso a respeito da referência ao passado, senão a própria memória”, e acrescenta ainda: “Para falar sem rodeios, não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou *antes* que declarássemos nos lembrar dela” (RICOEUR, 2007, p. 40).

Ricoeur (2007, p. 504) complementa também que o testemunho é que faz a ponte entre memória e história, ao afirmar que “o testemunho constitui a estrutura fundamental de transição entre a memória e a história”, ou seja, a palavra de alguém, que se materializa em documento, é que fornece subsídio para a construção do discurso histórico.

Ricoeur observa igualmente que a memória tornou-se ela própria objeto de estudo do historiador, e questiona se a representação mnemônica não teria perdido assim seu caráter de matriz da história tornando-se apenas mais um dos objetos passíveis de análise crítica pelo historiador. O autor se nega a aceitar tal posicionamento ao referir que:

A história pode ampliar, completar, corrigir, e até mesmo refutar o testemunho da memória sobre o passado, mas não pode aboli-lo. Por quê? Porque, segundo nos pareceu, a memória continua a ser o guardião da última dialética constitutiva da preteridade do passado, a saber, a relação entre o “não mais” que marca seu caráter acabado, abolido, ultrapassado, e o “tendo-sido” que designa seu caráter originário e, nesse sentido, indestrutível (RICOEUR, 2007, p. 505).

Quando lidamos com o fenômeno da memória, é preciso observar também a clássica obra de Maurice Halbwachs, intitulada *A Memória Coletiva*. Segundo o autor, a memória não é apenas um fenômeno individual, fruto de lembranças unicamente pessoais recordadas por uma determinada pessoa. Halbwachs afirma que a memória individual “não está inteiramente isolada e fechada, um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros” (HALBWACHS, 1990. p.54). Desse modo, as memórias individuais formam a memória coletiva de uma comunidade, e, ao mesmo tempo se apoiam sobre ela.

Nesse contexto, Ricoeur insere um terceiro elemento ao indagar se entre os dois polos que são a memória individual e a coletiva não existe um “plano intermediário de referências no qual se operam concretamente as trocas entre a memória viva das pessoas individuais e a memória pública das comunidades”? (RICOEUR, 2007, p. 141). É a partir dessa indagação que o autor afirma que há um componente intermediário, denominado por ele de “próximos”, isto é, “pessoas que contam para nós e para as quais contamos”. Partindo dessa perspectiva, Ricoeur sugere que os “próximos” são pessoas ligadas por meio de laços de filiação, conjugalidade, ou que remetem a qualquer grupo com o qual se tenha uma forte relação, visto que “o que espero dos meus próximos é que aprovelem o que atesto” (RICOEUR, 2007, p. 142).

Esclarecido o modo como vemos a memória em nosso trabalho, passamos agora a tratar da história oral, que tem no fenômeno mnemônico seu principal

suporte. Devemos deixar claro que, no nosso trabalho, tomamos a história oral enquanto metodologia. Marieta Ferreira (2012, p. 170) sugere que seguir por esse viés analítico significa admitir que a história oral “estabelece e ordena procedimentos de trabalho”, dando orientação, por exemplo, no tipo de entrevista escolhida e sua pertinência para a pesquisa, na transcrição das entrevistas e nas maneiras de se relacionar com o narrador.

Quanto à escolha do tipo de entrevista, seguimos as orientações de Verena Alberti (2004, p. 38), e optamos por entrevistas temáticas, que, segundo a autora, são adequadas para o estudo de um período cronologicamente mais delimitado, onde é enfatizada a participação do interlocutor em determinados acontecimentos específicos. Apropriamo-nos também da concepção de Alberti (2004, p. 214) no momento da transcrição das entrevistas. A autora refere que nesta etapa o último passo é realizar o trabalho de copidesque, ou seja, adequar o documento à atividade de leitura. Tal ação não modifica o que disse o depoente, pois restringe-se apenas a corrigir erros de português adequando a linguagem escrita ao registro oral, de acordo com a norma ortográfica.

Estabelecidas as nossas aproximações teórico-metodológicas, traçamos agora uma espécie de mapa que facilita a orientação nos capítulos deste trabalho. No capítulo I, *O extrativismo da Carnaúba no Piauí*, nossa atenção está voltada para o entendimento da importância da cera na economia estadual, assim como em Campo Maior, durante o período sobre o qual nos debruçamos. Mostramos inicialmente como ocorreu a valorização da cera enquanto produto comercial a nível estadual, a ponto de tornar-se o principal suporte da receita pública do Piauí a partir de 1914, em decorrência do aumento das cotações após a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Conforme observamos, tal situação econômica favorável foi possível porque a cera foi vendida por preços altíssimos para alguns países que estavam envolvidos nos dois grandes conflitos mundiais ocorridos na primeira metade do século XX, visto que o produto era utilizado na indústria bélica, quadro que se modifica após 1947, quando a cera passou a entrar em declínio, no mercado.

Ainda no primeiro capítulo, reduzimos o escopo de nossa análise para compreendermos a relevância da cera para Campo Maior, que segundo as fontes pesquisadas, esteve na liderança da produção desse gênero extrativista, no Piauí. Atentamos para as modificações que o produto provocou na vida da população, bem como no comércio campomaiorense. No entanto, o centro das discussões está

voltado para a ótica do poder público, onde salientamos a atuação da Prefeitura, que realizou a retomada dos carnaubais que anteriormente estavam sob a tutela de arrendatários. Devido essa ação, a cera tornou-se o principal suporte do patrimônio público, o que consideramos ter sido fundamental para a realização das reformas urbanas em Campo Maior.

No capítulo II, *A política progressista da Era Vargas e sua influência na modernização urbana de Campo Maior*, abordamos a chegada dos equipamentos urbanos e a instalação de prédios e logradouros públicos que fizeram com que Campo Maior recebesse a denominação de “moderna”, atentando, principalmente, para as representações governamentais contidas nos documentos oficiais. Para tal, buscamos mostrar inicialmente como os ideais de “progresso” e “modernização” se estabeleceram na cidade. Vimos que os referidos pressupostos ganharam contornos após a Revolução de 1930 comandada por Getúlio Vargas, quando emergiu a ideia de construir um “novo Brasil”. Em Campo Maior, esse princípio foi absorvido pelos prefeitos que voltaram seu olhar para o espaço urbano e levaram a cabo uma série de reformas. Em seguida, fazemos um apanhado de diversos aspectos que compõem a modernização campomaiorense, como a chegada de equipamentos ditos modernos, a exemplo da iluminação elétrica, avião, cinema. Ressaltamos igualmente a preocupação com o embelezamento urbano, que assume contornos na atenção dos administradores municipais com a pavimentação de artérias urbanas, assim como no cuidado que era dispensado às praças, sobretudo à principal delas, a Rui Barbosa.

No segundo capítulo destacamos ainda os investimentos feitos na educação pública, que se refletiu na edificação do Grupo Escolar Valdivino Tito e nos incentivos da Prefeitura ao Ginásio Santo Antônio. Por fim, colocamos em relevo também a preocupação do poder público com a higienização da cidade, além de darmos destaque à nova arquitetura que surgiu em Campo Maior no pós-30, havendo, inclusive, prédios que seguiam as linhas modernas do *art déco*.

Após ponderarmos a respeito das conquistas materiais e simbólicas presentes em Campo Maior, procuramos no terceiro capítulo, *Vivências populares na cidade moderna: recordações de moradores campomaiorenses*, privilegiar as práticas cotidianas das pessoas humildes da cidade, ou seja, aquelas que não pertenciam a elite política, econômica ou intelectual, o que nos permitiu entender como esses sujeitos foram impactados em seu cotidiano pela modernização urbana.

Dessa forma, recolhemos, sobretudo, testemunhos de antigos moradores da cidade que habitaram Campo Maior nas décadas de 1930 e/ou 1940. No primeiro item, privilegiamos as novas sensibilidades dessas pessoas em relação aos signos modernos que chegaram à urbe, a saber, iluminação elétrica, avião do Correio Aéreo Militar e cinema. No segundo item, fazemos uma cartografia das sociabilidades que se desenvolveram em decorrência dos prédios e espaços públicos que foram construídos pela administração municipal. Nesse sentido, é certo que a Praça Rui Barbosa era o local público por excelência onde ocorria grande parte das relações interpessoais, pois era o principal ponto de lazer da cidade. Contudo, não nos restringimos à Rui Barbosa, pois, ressaltamos também as sociabilidades no Grupo Escolar Valdivino Tito, e ainda no Centro Operário Campomaiorense.

Feita a breve explanação do conteúdo dos capítulos, tentaremos agora compreender sonhos e desejos alimentados pelos governantes em torno da cidade, embora, nem sempre concretizados em sintonia com a forma como foram pensados. Mas veremos também a pluralidade que a cidade comporta, visto que é formada não só por elites políticas, mas igualmente por “pessoas comuns” que se apropriaram do espaço urbano segundo suas próprias concepções de uso da cidade. Dito isso, resta-nos convidar o leitor a adentrar também na Campo Maior dos anos 1930 e 1940.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim deste trabalho dissertativo, é momento de visualizarmos quais as considerações que podemos fazer após termos percorrido a trajetória de pesquisa, análise de fontes e escrita dos capítulos, almejando assim, darmos nossa contribuição acadêmica, bem como um retorno para a sociedade, por meio da ampliação do conhecimento que se tem da cidade de Campo Maior, Piauí.

Percorremos um caminho que tem como foco de análise a cidade, objeto de estudo que passou a ser tratado como uma temática de investigação específica no meio historiográfico acadêmico a partir da década de 1980, e que adquiriu inúmeras possibilidades de abordagem com o advento da perspectiva teórica da História Cultural, sobretudo, após os anos de 1990. Na utilização dessa proposta teórica, estivemos ancorados, sobretudo nos autores Roger Chartier e Sandra Pesavento. Desse modo, realizamos uma análise que privilegiou as representações que se construíram na e sobre a cidade de Campo Maior, buscando alcançar os significados que os cidadãos deram a tal espaço urbano. Ademais, a História Cultural também nos consentiu dar visibilidade a pessoas simples de Campo Maior, entendendo que estes, também, foram participantes ativos na construção de sua cidade.

O objetivo que nos guiou na pesquisa foi a investigação da modernização urbana de Campo Maior, enfocando os anos de 1930 a 1947. Apesar de ser uma das primeiras cidades fundadas no Piauí, ainda no século XVIII, tendo portanto uma longa história, a urbe ainda é bastante carente de estudos acadêmicos, sobretudo sobre o objeto de estudo em tela. Dessa forma, buscamos uma temática que até então recebeu pouca atenção dos pesquisadores, isto é, a modernização espacial levada a cabo pelos governantes municipais, durante o recorte temporal mencionado.

Nesse contexto, no decorrer de nossa investigação, percebemos que as reformas urbanas ocorreram de forma intensa no momento em que o extrativismo da cera de carnaúba estava no auge, gerando imensos lucros para Campo Maior, assim como para o Piauí, de modo geral. Tal fato levou-nos a buscar o entendimento da relação entre a modernização urbana e a produção da cera de carnaúba, fazendo-

nos perceber que esse produto foi subsídio fundamental para a efetivação das modificações infraestruturais.

No primeiro momento, buscamos ampliar o conhecimento a respeito do papel que a cera de carnaúba desempenhou na economia piauiense, sobretudo na primeira metade do século XX. Tal análise tornou-se salutar não só devido à relação que estabelecemos entre o produto e a modernização urbana em Campo Maior, mas também porque ainda há uma lacuna considerável na historiografia piauiense, no que tange a importância desse produto extrativista.

O extrativismo piauiense (borracha de maniçoba, cera de carnaúba, babaçu) foi responsável por um momento de forte integração comercial do Piauí com o resto do Brasil, e mesmo com outros países. Por outro lado, o que observamos é que a administração governamental pouco investiu. No caso da cera de carnaúba, a elevação vertiginosa de preços que ocorreu foi decorrente de uma situação atípica: as duas Grandes Guerras Mundiais. Devido a esses conflitos, os Estados Unidos e alguns países europeus passaram a importar cera em larga escala para alimentar a indústria bélica. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, com a diminuição da demanda pela cera, pudemos notar os efeitos da falta de planejamento e investimento governamental, visto que o produto passou a sofrer constante desvalorização, e não haviam sido criadas estratégias para a manutenção do preço.

Não obstante, entre os anos de 1914 e 1947, a cera foi o maior suporte do patrimônio público estadual, e de muitos municípios piauienses. Campo Maior, que antes da exploração da cera de carnaúba tinha como base econômica a pecuária, que já não gerava mais tanto lucro quanto antes, passou a ter uma elevação vertiginosa da renda pública.

Desse modo, após a cera tornar-se o maior suporte do patrimônio público campomaiorense, desempenhou importante papel como subsídio para a modernização urbana nos anos 1930 e 1940. Na formação do patrimônio público, percebemos a atuação do prefeito Francisco Alves, que assumiu a administração em 1930 e promoveu a retomada dos carnaubais que estavam em poder de arrendatários locais; tal medida gerou muitos conflitos. No entanto, para que Francisco Alves tenha conseguido atingir seu objetivo, foi fundamental o auxílio do Interventor do Piauí, Landri Sales, figura política que os arrendatários não tinham poder suficiente para contrariar.

Após compreendermos a relevância da cera de carnaúba para o Piauí, com ênfase em sua valorização econômica em Campo Maior, percebemos de forma mais clara sua relação com a modernização urbana. Na documentação oficial da Prefeitura Municipal, observamos que, quando havia aprovação para instalação de algum ícone da modernização era constante, como justificativa, a boa situação financeira vivida por Campo Maior naquele momento.

As modificações espaciais, tratadas no segundo momento, foram efetivadas não só devido à situação econômica favorável; esta foi apenas um subsídio. A modernização foi levada a cabo porque havia um determinado ideal que apontava nessa direção; tal pensamento havia surgido no bojo da “Revolução de 1930”, após Getúlio Vargas assumir a presidência do Brasil e dar início a construção de um “novo Brasil”, que deveria tornar-se um país mais urbano e moderno.

A modernização que se configurou por meio da chegada de equipamentos urbanos e pelas reformas paisagísticas, era destacada pelos governantes municipais que enfatizavam o *status* de cidade “moderna” e “progressista” de Campo Maior. Em termos de Piauí, os ícones modernos implantados eram grandes conquistas materiais e simbólicas naquele momento. Contudo, nem tudo condizia com as representações governamentais, visto que contradições existiam, a exemplo dos problemas constantes com a iluminação elétrica, a decadência do cinema no fim dos anos 1940, os hábitos considerados anti-higiênicos da população.

A abordagem da modernização espacial campomaiorense ficaria bastante limitada se tivéssemos atentado apenas para a perspectiva dos gestores, enquanto construtores da cidade. Nesse sentido, é que finalizamos o trabalho dando voz também a alguns habitantes da urbe que não pertenceram à elite intelectual, política ou econômica daquele período, ou seja, moradores humildes. As entrevistas temáticas recolhidas foram fragmentos de memórias, afinal remetiam às décadas de 1930 e 1940, quando nossos colaboradores ainda eram muito jovens, no entanto, tornaram-se fundamentais para que tenhamos entendido o imaginário e as práticas desses sujeitos em relação à cidade que se modernizava.

A modernização foi obra de uma elite política e econômica da cidade, porém foi salutar para levar também as pessoas humildes para o espaço público, a exemplo das praças, ocasionando o surgimento de novas opções de lazer e sociabilidade, que até então estavam basicamente restritas aos festejos do

padroeiro Santo Antônio. Nesse contexto é que os sujeitos simples também usufruíram em grande parte desses benefícios, como cinema, praça, prédios educacionais.

Ao fazermos a análise das práticas modernizadoras dos governantes e representações construídas por estes, pudemos visualizar o desejo de modernização presente naquela época, onde palavras como progresso, embelezamento, higienização estavam em voga, e repercutiram diretamente nas reformas urbanas. Por outra perspectiva, adentramos no mundo dos populares, observando o impacto que a modernização provocou em suas vidas. Estes passaram a usufruir também das conquistas materiais e simbólicas existentes, talvez não do mesmo modo que as pessoas mais abastadas; contudo, também estiveram presentes e atuantes na Campo Maior dita moderna, exercendo o direito de utilizar a cidade que também era sua. Ao vislumbramos as duas perspectivas supracitadas, não queremos de modo algum criar uma visão dicotômica governantes/populares; o que pretendemos com isso foi justamente mostrar a pluralidade que a cidade comporta, habitada por uma ampla diversidade de sujeitos, cada um com práticas próprias e modos próprios de habitar o espaço urbano.

Após termos concluído a elaboração deste texto dissertativo, é interessante observamos que o receio inicial de construir uma dissertação acerca da modernização urbana de Campo Maior, relacionando-a com o momento áureo da cera de carnaúba, era justificável. Sabíamos que os trabalhos que abordavam o papel da cera na economia piauiense, durante as décadas de 1930 e 1940, eram superficiais, portanto teríamos que fazer uma pesquisa mais aprofundada também sobre esse tema; por outro lado, sabíamos que ainda não havia sido feita uma investigação sobre a cidade de Campo Maior durante o recorte temporal proposto, e, sendo assim, nossa temática teria que ser desenvolvida quase em sua totalidade a partir de fontes primárias. Não obstante, à medida que as fontes foram sendo recolhidas e analisadas, o trabalho foi ganhando consistência, e nesse percurso conseguimos compreender a modernização urbana campomaiorenses em suas peculiaridades, atentando tanto para o papel desempenhado pelos governantes quanto para as práticas que os populares fizeram do espaço citadino, ou seja, uma cidade que foi objeto de desejos modernizantes e vivências urbanas diversas.

Nesse contexto, no presente trabalho, não temos a pretensão de realizar apontamentos definitivos acerca da nossa temática, mas sim dar uma contribuição historiográfica a respeito da modernização urbana de Campo Maior, durante as décadas de 1930 e 1940. Esperamos, assim, que os trabalhos que tratem dessa temática em Campo Maior tornem-se mais numerosos, e possam ir preenchendo as lacunas deixadas, não intencionalmente, por este texto dissertativo.

CAPÍTULO I: O EXTRATIVISMO DA CARNAÚBA NO PIAUÍ

1.1 O PERÍODO ÁUREO DA CERA DE CARNAÚBA NA ECONOMIA PIAUIENSE (1914-1947)

O extrativismo da cera de carnaúba no Piauí foi o grande suporte da economia do Estado no período compreendido entre os anos de 1914 e 1947. Queiroz (2006, p. 40-42) aponta que a maior parte de sua produção foi exportada para os Estados Unidos, assim como para muitos países europeus. A autora também destaca que sua relevância se deu a partir da Primeira Guerra Mundial, em 1914, visto que o produto funcionava como um importante elemento para a produção de pólvora, fundamental para a indústria bélica. Após esse ano, a cera tornou-se a principal base das receitas públicas piauienses, chegando a preços elevadíssimos devido à conflagração do segundo conflito mundial, só começando a declinar a partir do ano de 1947.

De acordo com Porto (1974, p. 119), os estados que mais produziram cera de carnaúba naquela época estavam todos localizados no Nordeste brasileiro, com destaque para Piauí e Ceará e, em menor escala, Rio Grande do Norte, Maranhão, Bahia e Pernambuco.

Segundo Carvalho (2005, p. 74), o nome carnaúba teve origem na língua indígena tupi, significando “árvore que arranha”, devido à existência de uma camada espinhosa resultante da queda das folhas na parte inferior do caule. Câmara Cascudo (1964, p. 161) afirma que a planta já era conhecida pelo menos desde o ano de 1648, descrita pelo naturalista Jorge Marcgrav em *História Naturalis Brasiliae*, impressa em Amsterdam, visto que seu autor trabalhava a serviço dos holandeses na época em que estiveram no Nordeste. Contudo, o primeiro estudo sobre a carnaúba foi feito pelo botânico brasileiro Manuel de Arruda da Câmara, no final do século XVIII, que posteriormente, em 1809, remeteu uma carta ao governador de Pernambuco informando sobre sua análise.

O naturalista estrangeiro Martius, que esteve no Piauí em 1819, nomeou a planta como *Copernicia cerifera*. De acordo com Souza Neto (2012, p. 01-04), é uma referência à copa arredondada dessa palmeira, formada por folhas em forma de leque, fazendo-se assim uma alusão ao astrônomo Nicolau Copérnico, que concluiu que a Terra não era plana, e sim possuía um aspecto globoso. Posteriormente, no

ano de 1968, a carnaubeira passou a ter a denominação científica de *Copernicia prunifera*.

Tornou-se comum afirmar que o naturalista Alexandre Von Humboldt, no século XVIII, já apontava que a carnaubeira era a “árvore da vida”, pois, tudo poderia ser aproveitado desse vegetal em benefício humano. No entanto, Câmara Cascudo (1964, p. 169-170) aponta que o estudioso se referia a uma palmeira venezuelana, até porque, segundo ele, Humboldt viajou por alguns países da América do Sul, porém nunca esteve no Brasil, único país onde havia a planta. Câmara Cascudo conclui que o naturalista nem mesmo chegou a ver a “árvore da vida” brasileira. Entretanto, a denominação continuou sendo usada, devido às várias utilidades da carnaubeira.

A denominação “árvore da vida” também está relacionada com a Lenda da Carnaúba, que faz referência a importância dessa planta para as pessoas que viviam em locais assolados pela seca. De acordo com Castelo Branco (1974, p. 129), essa lenda narra que um determinado povo indígena foi atingido por uma forte seca, e, apenas uma família, formada por um casal e um filho, conseguiu sobreviver. Esses retirantes saíram em busca de um novo lugar para habitar, e após vários dias de caminhada no deserto, abrigaram-se à sombra da única palmeira que encontraram. Enquanto seus pais dormiam, o jovem índio implorou por ajuda a seu deus Tupã, até que uma mulher surgiu no alto da palmeira e disse que se chamava Carnaúba. Castelo Branco refere que nesse momento a mulher disse para o índio:

– Toma de teu machado e me corta. Do meu estipe tirarás o palmito, e terás alimento; com minha palha, construirás teu abrigo, da minha cera farás vela e terás paz. O meu fruto plantarás e outras palmeiras surgirão para o teu povo (CASTELO BRANCO, 1974, p. 129).

Conforme podemos notar, a Lenda da Carnaúba está ligada às diversas utilidades da planta. Castelo Branco (1974, p. 130) conclui sua explanação sobre a Lenda da Carnaúba, mencionando que posteriormente o jovem índio levou as sementes da palmeira a outros grupos indígenas, e a planta teria passado a ser chamada de “árvore da vida”. Desse modo, a lenda contribuiu para a popularização da carnaubeira enquanto “árvore da vida”, fundamental para a sobrevivência humana em lugares secos.

Carvalho, ao analisar a palmeira, cita seus usos enquanto alimento, assim como os empregos que podem ser feitos do caule:

Quando a palmeira está em formação, da parte visualmente referente ao caule e à base das folhas pode-se extrair um palmito consumido *in natura*, ou como farinha alimentícia. O caule completamente formado dispõe de grande resistência e durabilidade, tendo bom uso como material para construção de edificações como currais e estrutura de cobertura de casas (linhas, caibros, ripas, etc.). Pode ser usado, ainda, como poste de eletricidade e na marcenaria de artefatos torneados, tais como bengalas e objetos de uso doméstico (CARVALHO, 2005, p. 77).

Dentre outros proveitos da planta, Santos (1979, p. 19) sugere que os frutos serviram como alimento para animais e/ou pessoas. Destaca ainda, que as raízes eram usadas no combate à sífilis. Igualmente, as folhas, mais conhecidas como palhas, além de possuírem o pó para a produção da cera, auxiliaram na cobertura de casas, e na confecção de objetos como vassouras, bolsas, chapéus.

De acordo com Carvalho e Gomes (2008, p. 423), a carnaúba se adapta bem em qualquer região que apresente clima tropical, podendo ser encontrada em países da África Equatorial, Equador, Colômbia. Entretanto, são os locais quentes e secos do Nordeste brasileiro que fizeram com que essa palmeira produzisse o pó que permite a fabricação da cera. Desse modo, estados como Piauí e Ceará foram lugares privilegiados para a exploração econômica dessa planta, pois, combinam altas temperaturas com períodos chuvosos. A carnaubeira desenvolve-se principalmente em solos arenosos, alagáveis, nas várzeas e margens de rios.

A existência do pó cerífero funciona como uma espécie de proteção natural da palmeira, que permite que ela sobreviva às elevadas temperaturas:

[...] Ao mesmo tempo que suas raízes procuram água no subsolo para manter a existência, suas folhas segregam um pó cinzento que se deposita em toda sua superfície, em fina camada obstruindo os poros e evitando a transpiração da água pela impermeabilização das folhas (CASTELO BRANCO, 1974, p. 135-136).

Porto (1974, p. 107) refere que depois do quinto ou sexto ano, desde que em terrenos favoráveis, as carnaúbas já poderiam produzir pó, que era extraído tanto da folha conhecida como “olho”, que tinha maior qualidade, como da “palha”, que

produzia um pó considerado inferior. Na fotografia a seguir podemos visualizar a distinção entre essas folhas:

Figura 01 – Carnaubeira (*Copernicia prunifera*)



Fonte: CARVALHO, 2005, p. 81

Quanto ao processo de produção da cera de carnaúba, devemos salientar que era um trabalho constituído de diversas etapas, necessitando de um contingente populacional considerável. De modo geral, as pessoas que exploravam carnaubais recomendavam a realização de dois cortes das folhas por ano: o primeiro, geralmente no mês de outubro; e o segundo, em dezembro. Eram efetivados na estação mais seca, quando havia maior quantidade de pó e menos possibilidade da ocorrência de chuvas, prejudiciais ao processo de produção. Porto (1974), contemporâneo à época que estudamos, é quem nos fornece maiores subsídios para entender o sistema extrativista da cera.

Porto (1974, p. 114) afirma que de início havia uma pessoa que fazia o “corte” da palha, conhecido como “vareiro”, pois, realizava essa ação com uma foice presa na extremidade de uma vara de bambu longa, ocasionando riscos de acidentes para os “cortadores”, se eventualmente fossem atingidos no momento em que a folha caía, pois, seu talo era extremamente fino e cheio de espinhos. No solo, as palhas eram aparadas pelos “cortadores”, efetuando-se a retirada do talo ou pecíolo e levadas em seguida em animais de carga para serem “riscadas”, o que consistia em usar uma lâmina para fazer subdivisões nas folhas – sem despedaçá-las – de modo que fosse facilitada a sua secagem, quando expostas ao sol. A Revista Brasileira de

Geografia, em 1952, trazia uma ilustração feita a bico de pena que sintetizava bem as etapas aqui citadas. Em primeiro plano, temos o “vareiro”; em segundo plano, à esquerda, o “cortador”; e à direita um animal de carga responsável pelo transporte das palhas até o campo onde ocorria a secagem.

Figura 02 – Etapas para retirada das folhas da carnaubeira



Fonte: Revista Brasileira de Geografia, 1952, p. 370

De acordo com Porto (1974, p. 115), após a “riscagem” as folhas eram espalhadas em um campo que permitisse boa incidência da luz solar, geralmente por dois dias ou mais. Posteriormente, as “palhas” e “olhos” eram retiradas e levadas para um ambiente fechado onde eram “batidas” com um “cacete” de madeira, para que soltassem o pó cerífero. Esse processo era realizado normalmente por homens, pois, segundo as concepções de gênero daquela época, as pessoas do sexo masculino ficavam com o trabalho tido como mais “pesado”. As mulheres tinham maior participação nas etapas tidas como mais “leves”, ou seja, no momento de “riscar” a folha e de produzir a cera de carnaúba.

Na fotografia a seguir, podemos visualizar as folhas espalhadas para a secagem:

Figura 03 – Campo de secagem das folhas de carnaúba



Fonte: PORTO, 1974, p. 109

Porto (1974, p. 116) afirma que a última etapa, ou seja, a produção da cera de carnaúba, ocorria da seguinte forma: colocava-se o pó, em grandes vasos de barro ou latas de querosene vazias que eram levadas ao fogo e uma pessoa devia ficar mexendo o conteúdo. Em seguida, era feita a coagem em panos grossos ou prensas de madeira furada por onde saía o produto coado, que era recolhido e depois posto para esfriar em vasilhames, adquirindo o aspecto sólido. A partir daí a cera já estava pronta para ser comercializada. Esse trabalho oferecia grande risco de acidentes, visto que, quando a cera era colocada no fogo e atingia o ponto de fusão, estava em alta temperatura, e apenas algumas gotas eram suficientes para provocar queimaduras.

Após ser coada, ficava nos sacos da prensagem a “borra”, contaminada por diversos detritos, mas que também era aproveitada, embora com valor inferior. Destacamos ainda que a matéria-prima para fabricar esse gênero extrativista era oriunda tanto da folha conhecida como “olho”, de maior qualidade, quanto da “palha”, que atingia menores cotações no mercado.

Renato Castelo Branco salienta que ocorria um enorme desperdício nesse processo, referindo que:

Logo, sob a ação dos batedores, perde-se uma quantidade de pó, tangido pelo vento, numa percentagem estimada entre 20 e 30% da produção. Acrescentem-se, agora, aos desperdícios, as impurezas

de toda sorte que se incorporam à cera [...] (CASTELO BRANCO, 1970, p. 140).

Quando colocadas no lastro para secagem, o vento levava boa parte do pó, além de ficarem sujeitas a uma possível chuva. Também é preciso considerar que diversos detritos do solo ficavam presos às palhas não só nesse momento, mas também quando eram “batidas”, dado que essa etapa muitas vezes ocorria em locais que havia o contato direto com a terra, prejudicando assim a qualidade da cera.

Não obstante os problemas do processo de produção, as primeiras ideias de comercializar a cera piauiense ocorreram no século XIX, tendo à frente um importante comerciante chamado James Frederick Clarck, que havia vindo da Inglaterra e se instalado na cidade litorânea de Parnaíba. Porto (1974, p. 114) cita diversas características consideradas importantes qualidades que facilitaram a comercialização da cera, dentre elas: rigidez, difícil deterioração, não inflamável e pouco sujeita a parasitas. Podemos acrescentar também, que podia ser estocada por longos períodos de tempo com poucos riscos de estragar.

De acordo com Rego (2010, p. 173), James Clark chegou à Parnaíba ainda jovem, tornando-se posteriormente um dos sócios da Casa Inglesa, um dos maiores estabelecimentos mercantis do Piauí, que fazia a exportação e importação de produtos entre o Brasil e a Inglaterra desde sua fundação, no ano 1849. A princípio, a Casa Inglesa pertencia a Paul Robert Singlehurst, mais conhecido como “Paulo Inglês”, até que, em 1900, James Clarck tornou-se o principal proprietário. Nunes afirma que James Clarck:

Procurou fazer contato com pessoas amigas em Liverpool e Manchester, para as quais ele conseguiu enviar várias amostras de cera, com o fim de saber da sua possível utilidade. A resposta foi bastante promissora (NUNES, 2006, p. 343).

Segundo Rego (2010, p. 173), essa foi a primeira remessa do produto enviada a partir do Piauí, para análise na Inglaterra, em 1884. O comerciante passou a exportar cera de carnaúba regularmente para as praças da Europa e Estados Unidos, por meio de navios que saíam de Parnaíba.

Nesse momento, podemos afirmar que a cera ainda tinha pouca importância para a economia piauiense. Queiroz (2006, p. 38) refere que durante as últimas

décadas do século XIX houve tentativas de comercialização da cera, porém seu uso ainda era, de modo geral, limitado à fabricação de velas para a iluminação.

Durante esse período, o destaque maior era outro gênero do extrativismo vegetal, ou seja, a borracha de maniçoba, que também foi explorada no Nordeste após a segunda metade do século XIX, adquirindo relevância, no Piauí, a partir do fim da década de 1890. De acordo com a análise de Queiroz, o crescimento da exportação desse produto estava relacionado ao avanço da indústria elétrica e de automóveis:

A exploração das maniçobas para a produção láctea tornou-se economicamente viável com os altos preços internacionais da borracha [...] impulsionados pelas demandas dos países industrializados, sobretudo a Inglaterra, que constituía o principal comprador e distribuidor dessa matéria-prima. O incremento na procura e a correspondente alta dos preços estão intimamente ligados ao crescimento das indústrias automobilísticas e elétrica, sobretudo a primeira, em franca expansão no início do século XX (QUEIROZ, 1994, p. 33).

Além da Inglaterra, havia outros países europeus, e também os Estados Unidos, que importavam a borracha. Queiroz (2006, p. 37) aponta que sua preponderância na economia do Piauí foi, sobretudo entre os anos de 1901 e 1913, alcançando altos valores. Dessa forma, tornou-se responsável por cerca de 48% das exportações do Estado, estando à frente do algodão e da cera de carnaúba.

Não obstante, o ano de 1914 é o marco do declínio da borracha de maniçoba. Para Queiroz (2006, p. 37), isso se deve à ocorrência de diversos eventos que marcaram o primeiro cartel do século XX, entre os quais se destacam as consequências deixadas para os mercados externos, decorrente do advento da Primeira Guerra Mundial, bem como a falta de investimentos do poder público, que por vezes apenas ofereceu prêmios aos produtores, concentrando mais sua ação em manter um forte aparelho fiscal para se beneficiar desse elemento extrativista.

Após esse momento, a cera passou a ser o principal suporte das receitas públicas piauienses, de forma mais acentuada ainda que a borracha, além de se manter em alta por mais tempo. Enquanto isso, a borracha era crescentemente desvalorizada e, na década de 1920, sua participação econômica era quase insignificante.

Santana (2001, p. 98) ressalta a crescente relevância da cera no princípio do século XX, ocupando o terceiro lugar como gênero de exportação piauiense em 1910, estando atrás da borracha e do algodão, respectivamente. Castelo Branco (1974, p. 142) refere que, em 1911, a cera tornou-se o segundo produto mais importante e, em 1914, passou a liderar as exportações do Estado. Até esse ano, o principal consumidor era a Alemanha, situação que se modificou com a guerra, quando os Estados Unidos assumem a liderança das importações.

O século XX marcou um dos momentos de integração do Piauí ao mercado mundial, graças aos gêneros extrativistas, dos quais o primeiro a ter destaque foi a borracha de maniçoba. Nesse sentido, devemos salientar que a maior parte da cera foi vendida para outros países, fazendo com que ocorressem diversas oscilações de preço ao longo do período em que ocupou lugar central no conjunto da economia piauiense. As variações de valor estavam diretamente relacionadas à demanda dos importadores, e, por isso:

Essa primeira fase de pico das exportações teve apenas a duração da guerra. Entre 1920 e 1921, com a normalização do mercado, e por consequência, com a redução dos preços, o produto sofreu sua primeira grande crise, com sérios efeitos sobre o comércio exportador e as áreas produtoras.

Esse comportamento extremamente cíclico e instável seria característico da comercialização da cera que, como os demais produtos da pauta de exportações, estava totalmente submetida às injunções do mercado internacional (QUEIROZ, 2006, p. 40).

Ainda sobre essa questão, Santana (2001, p. 98) coloca que, em 1918, a arroba da cera atingiu o valor de 60\$000 (sessenta mil réis). Porém, com o término da guerra, a situação modificou-se e as cotações caíram, baixando para 15\$000 (quinze mil réis). O produto era bastante sujeito às injunções dos importadores, e, nessa primeira crise, o autor afirma que alguns comerciantes piauienses chegaram mesmo a declarar falência.

Mesmo com as alterações de preço, a cera mantinha a liderança das exportações piauienses, servindo como o mais importante suporte das verbas públicas, apesar da queda em sua cotação. Porto (1974, p. 122-123) observa que no decorrer da década de 1920, apesar das oscilações, a produção nacional era crescente a longo prazo. O autor aponta que o mesmo ocorria no Piauí, destacando

que no ano de 1920 produziram-se 1.223 toneladas desse gênero, alcançando a quantidade de 3.174 toneladas em 1929.

Como observamos, essas duas primeiras décadas do século XX foram marcadas pelo crescimento da relevância da cera frente aos demais produtos piauienses exportáveis. No quadro elaborado por Queiroz, podemos acompanhar a elevação do preço da cera em relação a outros gêneros extrativistas exportados nessa época:

Quadro 01: Receitas derivadas de produtos piauienses exportados

Ano	Borracha	Algodão	Cera de carnaúba	Babaçu
1901	75:648\$366
1902	143:006\$821
1903	228:942\$104
1904	247:492\$399
1905	255:237\$288
1906	285:846\$255
1907	274:881\$134	91:308\$585	73:063\$506	...
1908	160:237\$257	27:922\$510	63:081\$879	...
1909	334:329\$360	67:373\$844	66:192\$501	...
1910	542:718\$225	20:962\$299	65:854\$834	...
1911	406:126\$398	48:916\$802	72:763\$480	...
1912	301:112\$325	67:670\$980	135:912\$610	...
1913	147:993\$410	46:050\$758	137:203\$835	...
1914	74:126\$577	35:099\$343	175:138\$659	...
1915
1916
1917	100:813\$616	88:618\$235	352:977\$182	94:475\$860
1918	31:686\$176	103:604\$000	412:660\$628	109:752\$480
1919	45:534\$288	115:876\$955	461:540\$114	122:750\$806
1920	15:075\$740	97:822\$901	389:630\$339	103:625\$668

Fonte: QUEIROZ, 1994, p. 145

Na década de 1930, a preponderância da cera de carnaúba já estava consolidada, passando a haver uma maior preocupação do governo estadual em

elaborar leis que dessem um mínimo de regulamentação à exploração dos carnaubais.

Porto (1974, p. 113) ressalta que a primeira lei de proteção à carnaubeira surgiu ainda no ano de 1893, no município piauiense de Livramento, atual José de Freitas. Essa lei não era específica para a referida palmeira, contudo, proibia o corte de árvores frutíferas, o que incluía a carnaúba. Tal medida foi levada a cabo porque aconteciam verdadeiras devastações da planta, dado suas inúmeras utilidades, como na construção de casas, currais e móveis em geral.

No entanto, uma lei estadual só foi promulgada através do Decreto nº 1.419, no ano de 1932, pelo interventor federal Landri Sales Gonçalves. Na justificativa da lei, ficava explícita a preocupação com a palmeira, ao colocarem-na como a principal fonte das exportações do Piauí. O Artigo 1º estabelecia que:

Fica, expressa e terminantemente, proibido o corte de carnaubeiras vivas, no Estado, quer seja o mesmo praticado pelos proprietários de terra, ou por quaisquer outras pessoas (PIAUI, 1933, p. 180).

Portanto, mesmo os proprietários, não podiam fazer o corte da planta, a não ser que estivessem mortas. Ainda assim, era necessário pedir autorização a um funcionário do governo, responsável por essa atribuição. Após a derrubada das árvores, um empregado do governo deveria ir constatar que não havia ocorrido irregularidade. Caso houvesse, o infrator seria multado em valores que variavam entre 3\$000 (três mil réis) e 10\$000 (dez mil réis) por unidade. Quanto maior o número de palmeiras ceifadas, aumentava o valor da penalidade por unidade.

Em 1933, foi estabelecido o Decreto nº 1.466 que aprovou as instruções para a administração das Fazendas Nacionais. Nessa lei, havia novamente a preocupação com a preservação dos carnaubais, para que não houvesse a derrubada da planta ou uma tiragem excessiva de palha, dado que o normal era dois cortes por ano, porém existiam pessoas que estavam excedendo esse número, prejudicando as palmeiras. A legislação regulamentou também o pagamento das pessoas que trabalhavam na fabricação da cera, normatizando ainda a fiscalização do seu transporte até Floriano, importante cidade comercial por estar situada às margens do principal rio navegável do Piauí, o Parnaíba.

No ano de 1935, a carnaubeira foi novamente objeto de regulamentação, por meio do Decreto nº 33. Dessa forma, ficou proibida “a exportação de sementes e

mudas de carnaubeiras para outros Estados ou para o Estrangeiro” (DIRETORIA DE ESTATÍSTICA, 1935, p. 76). A intenção era evitar que acontecesse com a carnaubeira o que havia ocorrido com as seringueiras da Amazônia, que haviam sido enviadas para a Inglaterra, país que passou a produzir borracha acabando com o predomínio brasileiro nesse mercado.

É importante perceber que no primeiro decreto, em 1932, não havia essa preocupação por parte do governo estadual, como podemos observar:

[...] A expansão comercial da cera não teme, mesmo em longínquo futuro, competência de qualquer outro país, visto ser o Brasil, e, notadamente as zonas secas do Nordeste, o habitat da palma cerífera (PIAUÍ, 1933, p. 180).

O Piauí recebeu visitas constantes de estrangeiros, bastante interessados no estudo da cera de carnaúba. Fonseca Mêndes, um articulista do Almanaque da Parnaíba – importante anuário piauiense editado desde 1924 – registrou a vinda de pessoas de outros países, ou mesmo de outros estados brasileiros:

Não raro surgem por aqui, e cada dia com mais frequência, técnicos que se dizem grandemente interessados em estudar a nossa Cera de Carnaúba. Americanos, ingleses e gente de diversas outras nacionalidades, e mesmo até nacionais de outros estados que se abalam a vir ao Piauí com o objetivo **científico** – dizem eles – de estudar a nossa Cera, têm, por força, um grande e invulgar interesse pelo produto que, por um capricho da Natureza, tem a sua produção limitada a este recanto do nordeste brasileiro (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1942, p. 245, grifo do autor).

O mesmo articulista mostra-se bastante desconfiado com essas visitas, que tinham como pretexto a análise da cera. Mêndes tece uma crítica a esses estudos, dizendo ser aparentemente sem sentido realizar uma pesquisa sobre o produto em terras piauienses, onde não havia laboratórios adequados para essa finalidade. Segundo ele, já que a cera não altera sua qualidade com as mudanças de temperatura, não havia necessidade desses estudiosos se deslocarem até o Piauí. Desse modo, Mêndes salienta qual a intenção desses pesquisadores:

[...] Sou conduzido a conclusão de que tais técnicos não vêm aqui somente estudar a Cera, como dizem. O que eles vêm fazer, e muito cuidadosamente, é estudar o **habitat** da carnaubeira, as condições

geológicas do terreno em que a palmeira produz o pó cerífero. E isso tanto mais se confirma ao sabermos que quase todos esses estudiosos – um dos quais veio até em avião próprio – fazem questão absoluta de percorrer as zonas de carnaubais, o que sempre têm conseguido (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1942, p. 247, grifo do autor).

Portanto, o articulista aponta que o interesse estava voltado para entender o *habitat* da carnaubeira, pois apesar de esta adaptar-se em outros locais, parecia só produzir pó no Nordeste brasileiro. A lei que proibia a transmutação de sementes e mudas da palmeira para outros estados e/ou países, foi o modo que os administradores estaduais encontraram de tentar manter certo monopólio frente a outras nações ou regiões brasileiras. Mesmo porque, segundo Câmara Cascudo (1964, p. 213), os ingleses, em 1926, já tinham tentado quebrar a hegemonia brasileira ao levarem sementes e mudas para plantar na ilha de Ceilão (atual Sri Lanka), colônia localizada no sul da Ásia. Porém, para frustração dos ingleses, não obtiveram êxito, visto que as árvores tiveram bom desenvolvimento, mas não produziram o pó necessário à fabricação da cera.

Na década de 1930, os preços da cera começam a ter uma alta acentuada. Queiroz (2006, p. 41) refere que, entre os anos de 1932 e 1936, o preço da tonelada desse produto, em termos nacionais, passou de Cr\$ 2.690,30 (dois mil seiscentos e noventa cruzeiros e trinta centavos) para Cr\$ 8.067,20 (oito mil e sessenta e sete cruzeiros e vinte centavos). Entretanto, a produção não seguiu o mesmo ritmo de crescimento nesse período, passando de 7.262 toneladas para 10.675, ou seja, um acréscimo de 47%, enquanto o valor havia aumentado quase 200%.

É salutar destacarmos, que os dados que trazemos aqui, incluem tanto a cera que pertencia a proprietários particulares quanto a que pertencia ao governo estadual. Mediante a análise do livro da Diretoria de Estatística do Piauí (1935, p. 75), entendemos que esse cálculo era feito a partir de toda a quantidade exportada desse gênero. Nesse sentido, era realizada a junção do que saía pelos portos marítimos de Parnaíba, Luís Correia e Tutoia-MA, acrescentando-se 6% à soma anterior, que correspondia ao que era transportado por terra para o Ceará, de onde o produto era vendido.

À medida que os preços da cera aumentavam, os governantes estaduais faziam grande exaltação da situação financeira favorável pela qual passava o Piauí. No Relatório de Governo apresentado por Landri Sales, em 1935, ao presidente

Getúlio Vargas, o interventor enfatizava que o Estado estava desempenhando importante papel para aumentar a proteção às carnaubeiras, que, segundo ele, até então eram mal cuidadas pelos arrendatários:

A principal fonte de rendas das fazendas é, incontestavelmente, a cera de carnaúba – produto valiosíssimo – entregue, até então, a arrendatários inexperientes, que exploravam a seu talante os carnaubais, até a exaustão. Sem qualquer soma de proteção à preciosa palmeira e ao seu produto, era contristador o estado de abandono dos carnaubais a atestar a criminosa incúria dos que, por longos anos, viveram à custa de seus magníficos proventos. As instruções ao Administrador estabeleceram medidas de proteção aos carnaubais (PIAUI, 1935, p. 114).

Os arrendatários, os quais Landri Sales fazia referência, eram os indivíduos que tinham o direito à exploração dos carnaubais do patrimônio estadual¹. No entanto, com a crescente valorização da cera, o governo muda esse sistema, tomando para si o trabalho de produção desse gênero extrativista. Ainda segundo o Relatório, houve um ganho de qualidade, produzindo-se mais cera “tipo flor” – que possuía preços maiores no mercado – e menos a “tipo gordurosa”, considerada inferior. Dessa forma, o interventor dizia que havia um grande ganho, pois, antes os arrendatários pagariam uma quantia anual fixa ao Estado, já com esse novo sistema a arrecadação passou de oitenta contos de réis, para mais de mil contos, em quatro anos.

No entanto, um articulista do periódico Almanaque Piauiense, do ano de 1937, reclamava um maior incentivo da administração estadual para o produto. Atentemos para a crítica do cronista que assinou como B. M. Monteiro:

[...] Lamentável que a carnaúba, sendo tão preciosa, não mereça, por parte dos governos, ampla proteção, amparo e estímulo ao seu cultivo.

São bastante valorizadas, no Piauí e Ceará, as terras que possuem carnaubais e justo seria que os governos desse dois Estados procurassem amparar e intensificar a cultura da carnaúba [...] (ALMANQUE PIAUIENSE, 1937, p. 165).

Quanto à lei de 1932, que proibia o corte de carnaubeiras vivas, Monteiro se mostrava bastante incrédulo quanto à sua eficácia, dizendo que se tornaria

¹ Nesse sentido, é importante observamos que também existiam arrendatários de carnaubais particulares, contudo, na nossa pesquisa, nos propomos colocar em relevo apenas os arrendatários do patrimônio público.

instrumento de “chefes locais” poderosos contra os pequenos proprietários dessa palmeira:

[...] Sendo a carnaúba tão importante e constituindo a base e fonte principal da riqueza de um Estado, nada se tem feito, até agora, para sua proteção e amparo, a não ser um bem elaborado decreto no Piauí, que acredito tenha sido feito com a melhor das intenções, procurando-se amparar a carnaúba contra a sua destruição pelo machado e foram cominadas multas e outras penalidades que, praticamente, penso só causará vexames, pois será difícil apurar tais abusos e dada a desarmonia existente entre proprietários de terras de carnaubais e pelo abandono e superfície que ocupam, continuarão a ser danificados e o decreto passará a ser forte alavanca de perseguições em mão dos chefes políticos e potentados, contra humildes e desprotegidos [...] (ALMANAQUE PIAUIENSE, 1937, p. 164).

Após a saída de Landri Sales, em 1935, Leônidas de Castro Melo assume a interventoria piauiense. Em sua Mensagem de Governo (1937, p. 12), enviada a Getúlio Vargas, Leônidas Melo mantinha o discurso de seu antecessor, enfatizando que tinha se empenhado no incentivo ao plantio de carnaubeiras, acionando para isso os poderes municipais, já tendo conseguido bons resultados. Todavia, diferentemente do que afirmavam os governantes ao exaltar suas medidas de preservação e incentivo à produção, verificamos que a produção durante alguns momentos mantinha-se praticamente estagnada. Nesse sentido, Porto (1974, p. 119-123) observa que em 1936 produziram-se 4009 toneladas. Não obstante algumas variações de quantidade que ocorreram, em 1940 chegou-se a apenas 4 091 toneladas. O autor destaca que houve de modo mais acentuado um aumento do preço da cera de carnaúba, sobretudo após o ano de 1936.

Como ocorrido durante a Primeira Guerra Mundial, também no segundo grande conflito, a cera atingiu valores elevadíssimos, maiores inclusive que antes. É preciso considerarmos que isso acontecia também devido à ampliação constante de sua utilidade. Nesse sentido, Castelo Branco (1974, p. 135) infere que a cera era usada na fabricação de pólvora, e ainda na confecção de pílulas, sabonetes, isolantes elétricos, discos fonográficos, polimentos, graxas, vernizes, lubrificantes.

A arrecadação com a venda feita para os importadores foi alta, mesmo porque a produção do produto no Piauí era maior do que naquele período. Feita a comparação, levando em consideração somente a década de 1930, o aumento não parece muito expressivo, como referido. Porém, retrocedendo um pouco mais, Porto

(1974, p. 123) nos relata que no último ano do primeiro conflito, em 1918, produziram-se 717 toneladas, quantia que no início da Segunda Guerra, em 1939, chegou a 4.500.

Carvalho e Gomes (2008, p. 433) ressaltam que durante o período compreendido entre 1935 e 1947 foi registrado o apogeu dos preços daquele elemento do extrativismo, principalmente devido à expansão da economia de guerra norte-americana. Ademais, até o ano de 1940, o Estado do Ceará liderava a fabricação da cera, posição assumida pelo Piauí após aquele ano. Nesse ponto, em livro de 1943, publicado com o objetivo de sintetizar oito anos da administração de Leônidas Melo, é dado destaque a essa condição que o Piauí alcançou nacionalmente, exportando principalmente para os Estados Unidos:

O Brasil é o único produtor mundial da cera de carnaúba, sendo a produção global, aproximadamente, de **onze milhões de quilos**, dos quais o Piauí contribui com **4.500.000 ks**. Múltiplas são as aplicações desse produto, sobretudo nas indústrias bélicas – o que explica sua incessante procura na atual emergência. O maior mercado consumidor do produto é a América do Norte. [...] Seu preço, que era de Cr\$ 15,00 por arroba em 1903, passou a Cr\$ 360,00 em 1941² (A ADMINISTRAÇÃO..., 1943, p. 08, grifo do autor).

A década de 1940 foi o momento em que a cera teve maior destaque no conjunto das exportações piauienses, e mesmo brasileiras. Araújo (2008, p. 200) salienta que em relação ao resto do Brasil, o Piauí chegou a estar em 7º lugar no quadro geral das exportações entre os anos de 1941 e 1942, ficando à frente de estados, até então, economicamente mais fortes, como Rio de Janeiro e Pernambuco.

Diante desse quadro de alta valorização da cera, o poder público estadual elaborou uma legislação que visava dar maior organização à comercialização do produto, bem como manter uma fiscalização organizada. Tal ação se deu por intermédio do Decreto nº 7.444, de 1941, que levava em conta a qualidade da cera para efetivar a sua classificação. O principal critério dessa lei era a diferença entre o pó produzido do “olho”, de maior valor, e o pó retirado da “palha”, que tinha cotação mais baixa.

² Durante os anos citados no trecho transcrito, a moeda em vigor era o Réis, portanto os valores mencionados foram convertidos em Cruzeiro na época da edição do livro o qual referenciamos.

Nos anos 1940, Araújo (2008, p. 201) destaca que com o dinheiro de poucas arrobas de cera, as pessoas podiam adquirir grande quantidade de suprimentos, ou mesmo artigos importados de outros Estados e/ou do exterior. A título de exemplo, em 1945, com a venda de apenas um quilo de cera “parda”, considerada de qualidade inferior, era possível comprar artigos como 62 kg de milho, 27 kg de arroz ou 18 kg de feijão. Lembrando que a cera “flor”, a mais valorizada, valia em torno de 20% a mais do que a anteriormente citada.

Os preços da cera eram altíssimos durante a Segunda Guerra, e, de acordo com Santana (2001, p. 99), chegaram a quase Cr\$ 400 (quatrocentos cruzeiros) por arroba, só não havendo uma elevação maior ainda devido ao que ficou conhecido como “Acordos de Washington”, que fixaram como medida de cooperação os preços do gênero extrativista brasileiro e do dólar norte-americano. Souza nos fala desse acerto entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos:

Dentro do período da última guerra mundial, reuniram-se, no Rio Grande do Norte, os Presidentes Franklin Roosevelt e Getúlio Vargas, para tratarem de assuntos comuns aos dois países, naquele conflito mundial. Entre os assuntos tratados, foi destacada a fixação de preços para os produtos da exportação brasileira e consumo americano, considerados estratégicos no conflito, constando da lista então apresentada pelo governo americano, a cera de carnaúba, cujos preços, então estabelecidos, vigoraram durante todo o conflito mundial (SOUZA, 1974, p. 18-19).

Somente passados dez meses do fim do conflito, cessaram os efeitos do contrato e a cera voltou a ter seu valor liberado no mercado. Nesse contexto, Porto aponta que o produto chegou a cotações astronômicas em meados de 1946, com uma arroba do “tipo 1” comercializada a Cr\$ 1.065 (mil e sessenta e cinco cruzeiros), e do “tipo 4” a Cr\$ 965 (novecentos e sessenta e cinco cruzeiros). Segundo o autor, “durante 48 horas, desse ano, os preços alcançaram a cifra quase fantástica de 1.200 e 1.000 [cruzeiros], para cada um dos tipos” (PORTO, 1974, p. 122).

No entanto, o autor afirma que os preços não se mantiveram nesse nível por muito tempo, e já no ano seguinte ocorreram baixas acentuadas. Tal situação provocou grandes problemas para os exportadores, pois muitos deles tinham enormes estoques em reserva, já que supunham que o valor da cera não cairia. O governo estadual também foi atingido pela crise econômica, visto que sua renda pública era em sua maioria mantida por esse gênero extrativista. O pagamento do

funcionalismo, que era numeroso, teve quer ser atrasado, além de haver uma interrupção no setor dos melhoramentos públicos.

Nesse contexto, o governo brasileiro mandou financiar a cera em 1947, fixando preços mínimos. Naquele momento, só essa medida estava possibilitando ao Piauí a continuação da comercialização a valores aceitáveis:

[...] Em memorial ao Presidente da República, os representantes do Piauí argumentavam que os produtores de cera se encontravam em grande embaraço „pela falta de um financiamento constante e acessível“ [...]. E acrescentavam: „O financiamento da carnaúba, feito sob bases da Lei n° 694, cujo prazo terminou na safra de 1949-1950, contribui, àquele momento, para a salvação da nossa economia. Além disso, percebeu o Tesouro Nacional, os juros estabelecidos e teve, ainda, regular lucro naquela operação [...]“ (PORTO, 1974, p. 124).

No que diz respeito a essa decadência, fenômeno parecido ocorreu com outro gênero extrativista piauiense, o babaçu, do qual eram comercializados tanto a amêndoa quanto o óleo que se podia extrair dela. Santana (2001, p. 99-100) enfatiza que a exploração mercantil dessa palmeira teve início no ano de 1911, quando a Alemanha demandava a maior parte das importações. Durante a época que esteve em alta, colocou-se como o segundo elemento mais importante para a economia do Estado, estando atrás somente da cera de carnaúba, embora, ao contrário desta, com o fim da Primeira Guerra seu valor aumentou. A partir de então, o babaçu foi vendido para o exterior, tendo forte procura da Alemanha, até o ano de 1932.

Em 1935, os norte-americanos assumiram a liderança das exportações, e, em 1942 firmaram um acordo com o governo brasileiro, no qual ficou acertado que: “[...] 75% da produção brasileira cabiam aos Estados Unidos, com preços fixados para as amêndoas e para o óleo. Logo mais caía para 70% a cota americana” (SANTANA, 2001, p. 100). Do mesmo modo que havia ocorrido com a cera, foi após o cancelamento do contrato que havia entre os dois países que o babaçu atingiu cotações elevadíssimas.

Martins (2002, p. 62) afirma que o momento da alta vertiginosa do preço foi entre os anos de 1947 e 1949. No entanto, o autor aponta que diferentemente do que aconteceu com a cera, o babaçu parece ter tido maior estabilidade comercial após a redução da venda para o exterior. Isso foi possível devido à conciliação de dois fatores:

[...] Cessada a procura pelo mercado internacional, o que ocorreu por volta de 1950, o consumo do Centro-sul permitiu a continuidade das exportações. Por outro lado, a existência de uma mão-de-obra infimamente remunerada garantia a rentabilidade da exploração. Sem esta mão-de-obra, o babaçu piauiense não teria condições de competir com outras oleaginosas similares (MARTINS, 2002, p. 62).

Quanto às razões que levaram à queda do valor da cera, parece haver um conjunto de elementos que contribuíram para que isso ocorresse. Um dos fatores que se pode apontar para o declínio do extrativismo do pó cerífero foi a falta de investimento na produção, realizada de forma bastante elementar, fosse nas Fazendas Nacionais do Estado, ou nas propriedades particulares. Não houve naquele período o incremento de um maquinário que possibilitasse o aproveitamento máximo do que as palmeiras ofereciam, havendo muito desperdício de pó na produção da cera, feita toda por processo manual.

No início da década de 1940, Castelo Branco (1974, p. 140) já apontava que estavam sendo feitas algumas tentativas de modernizar o processo de extração do pó no Piauí, mas ainda eram restritas a esforços particulares isolados. No entanto, Porto destaca que mesmo no princípio do decênio seguinte: “Muitas experiências têm sido feitas com extratores mecânicos, cujos resultados deixam muito a desejar” (PORTO, 1974, p. 115).

Mesmo no ano de 1959, Raimundo Veloso destacava que a exploração da carnaubeira, no Piauí era feita sem avanços que possibilitassem uma produção em maior escala desse gênero, visto que ainda se mantinha:

[...] Um sistema secularmente anacrônico. Assim é que a produção de cera de carnaúba continua desestimulante e nos últimos anos apresenta instabilidade marcante. Assim temos que o valor da produção de cera de carnaúba é da seguinte ordem: 2,6 mil toneladas, em 1956, sendo inferior a alcançada em 1945 (6 mil toneladas) (VELOSO, 1959, p. 74).

Ainda quanto a esse aspecto, outro problema não resolvido pelo governo estadual estava relacionado à falta de um porto marítimo de grande porte para a realização da exportação. Mesmo as instituições oficiais, ao mesmo tempo que exaltavam a produção do Estado, reconheciam que o comércio era prejudicado, ao referir que no litoral do Piauí:

Falta-lhe um bom porto marítimo acessível a navios de longo curso, para saída de seus vultosos produtos, porque não há negar, isso representa grande embaraço à sua expansão comercial para com o exterior (DIRETORIA DE ESTATÍSTICA, 1935, p. 113).

Rego (2010, p. 111-113) afirma que a cidade litorânea piauiense, Parnaíba, contava com dois locais para escoar a produção do Piauí: o Porto das Barcas, fluvial, que recebia a mercadoria das cidades ribeirinhas; e o Porto de Amarração, que era marítimo. Contudo, nenhum deles podia receber navios de grande porte. Já o Porto de Tutoia, ficava no estado do Maranhão, distante de Parnaíba. Existia assim, o encarecimento dos fretes, além da necessidade do pagamento de tarifas e impostos alfandegários ao Maranhão. Rego (2010, p. 107) observa que o porto marítimo de Amarração, que tinha sua construção anunciada desde o século XIX, e deveria resolver o problema das exportações piauienses, nunca foi concretizado.

Conforme havíamos afirmado, a cera piauiense, e brasileira de um modo geral, era praticamente toda vendida para o exterior, com os Estados Unidos liderando as importações. A parcela de cera que ficava no Brasil era mínima, tanto que Queiroz (2006, p. 42) afirma que entre os anos de 1925 e 1939, 81,3% da produção foi exportada para outros países. Em recorte temporal posterior, verificamos que a tendência se mantém, visto que Souza (1974, p. 35) aponta que de 1945 a 1949, o que foi comercializado com o exterior atingiu a cifra de 84,9%.

No memorial enviado ao governo nacional os representantes piauienses ligados ao comércio da cera relacionam a forte dependência das ações governamentais à preocupação de não ficarem “desarmados para enfrentar a política baixista dos importadores americanos”. Foi justamente isso que ocorreu no fim da década de 1940: “Ao terminar a vigência da Lei nº 694, os preços começaram a cair, pela mesma ação da política baixista posta novamente em prática pelos importadores ianques” (PORTO, 1974, p. 124).

Além disso, aos poucos os países beligerantes foram recuperando sua economia após o ano de 1945. Eric Hobsbawn (1995) caracteriza o período que vai do início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, até o fim do último conflito global, como uma “Era da Catástrofe”. No entanto, o que se segue, entre os anos de 1947 e 1973, é uma “Era de Ouro”, marcada pelo extraordinário crescimento econômico das grandes potências mundiais, que têm um desenvolvimento que até então não havia sido alcançado. A maior consequência disso, para o Piauí, foi que a partir de então

os importadores passaram a procurar alternativas sintéticas para substituir a cera, tida, até então, como um elemento “insubstituível”, pelos seus produtores particulares e públicos.

A gestão estadual acreditava plenamente nisso. O *Diário Oficial do Piauí*, em sua edição de 14 de janeiro de 1942, reproduziu uma matéria do jornal carioca *A Manhã*, com o objetivo de exaltar o crescimento do Estado, destacando que ainda não tinham sido divulgadas as estatísticas de 1941, mas haveria surpresas na classificação dos maiores exportadores do Brasil, pois, estados como o Piauí, tidos como pequenos, apresentavam constante ascensão nos últimos anos. Nesse sentido, o periódico segue mencionando a confiança do interventor Leônidas Melo, ciente naquele momento de que não existia produto com as mesmas aplicabilidades da cera, e, como a carnaubeira era planta adaptada somente ao Nordeste, não havia o que temer:

[...] O Piauí teve seu principal produto – a cera de carnaúba – valorizado de tal forma que seus preços atuais podem ser comparados aos que atingiu a borracha no período áureo da Amazônia. E não se façam previsões em torno de um *deblache* econômico semelhante ao fenômeno da borracha. Não só a carnaubeira é planta nativa por excelência do Nordeste brasileiro, como ainda, até agora, não foi descoberto, para ela, qualquer sucedâneo. Mesmo passada a guerra – como acentuou em recente entrevista que nos concedeu o interventor Leônidas Melo – são mínimas as possibilidades de decréscimo de renda para o Piauí, se verificada a baixa nos preços da cera (DIÁRIO OFICIAL, 14 de jan. de 1942, p. 05).

Na sequência, o jornal destacava que o interventor também mencionava que em função das medidas tomadas, não havia riscos para a economia piauiense:

O volume de carnaubeira plantada a partir de 1937, e que soma a alguns milhões de unidades já se encontraria em plena produção, naquela época, possibilitando, no caso de uma possível desvalorização, o aumento da exportação do produto, o que traria, em consequência, compensação para a economia do Estado (DIÁRIO OFICIAL, 14 de jan. de 1942, p. 05).

Não obstante a confiança de Leônidas Melo, a cera passou a sofrer ameaça dos sintéticos que passaram a ser desenvolvidos. Souza (1974, p. 32-33) transcreve um trecho do *Jornal do Piauí*, que em sua edição de 29 de novembro de 1951, fala dos novos produtos que surgiram já no ano de 1946. Segundo a notícia, industriais

estadunidenses tinham adquirido relatórios de fábricas alemãs que apontavam nessa direção.

As notícias que surgiram, quanto à descoberta de produtos sintéticos, contribuíram para diminuir o valor do elemento extrativo da carnaubeira, à medida que agora o seu *status* de “insubstituível” estava abalado. Apesar dessas notícias, Câmara Cascudo parece desconfiar dos novos produtos:

Os mercados compradores, na alta dos preços, procuram livrar-se da indispensabilidade e defender suas divisas, recorrendo à ciência burlona dos sucedâneos, sintéticos e o “faz de conta” (CASCUDO, 1964, p. 208).

De qualquer modo, após o fim da Segunda Guerra, as cotações elevadas que a cera tinha alcançado não mais se mantinham. Como vimos, diversos fatores concorreram para isso: a recuperação econômica dos países beligerantes, a falta de investimentos na produção, os problemas portuários, a extrema dependência dos importadores estrangeiros e o surgimento da ameaça dos elementos sintéticos.

João Agostinho Teles em uma pesquisa publicada pela Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO), no ano de 1974, assevera que entre os anos de 1948 e 1954 o Piauí, de modo geral, sofreu grande estagnação econômica:

No período 1948 a 1954, a economia experimentou uma fase de estagnação; a renda real cresceu à irrisória taxa de 1,653 ao ano. Tal situação reflete a crise que se processava no setor primário, exportador tradicional (extrativismo vegetal). Além da concorrência de substitutos artificiais no mercado internacional, a política cambial, na época, caracterizada pela imobilização da cotação de cruzeiros aliada à inflação, desestimulava as exportações piauienses (TELES, 1974, p. 11).

Com a queda brusca do valor da cera o governo piauiense passou por uma acentuada crise econômica. O jornal teresinense *O Piauí* era um dos mais severos críticos da situação pela qual passava o Estado, dado que seus idealizadores eram adversários políticos do governo estadual durante o Estado Novo. Em uma edição de julho de 1948 transcreveram uma entrevista feita com os líderes das associações comerciais de Teresina e Parnaíba, Ocilio Lago e José de Moraes Correia, respectivamente. A pauta em discussão era o momento econômico delicado do

Piauí, pois enfatizavam que até então a aparente “riqueza” do Estado tinha sido fruto de uma eventualidade que era a Segunda Guerra, e não do “valor real” da cera:

[...] O problema do nosso Estado que é o do desequilíbrio orçamentário, advindo de uma situação financeira fictícia, de superávits orçamentários, consequência da eventual valorização de nossos gêneros de produção [...]. Enquanto a nossa produção se mantinha em base de 22 a 25 mil toneladas anuais, a média de 15 anos a esta data, o valor comercial dessa produção por motivos advindos da conflagração mundial, e não por motivo da valorização permanente, esse valor subiu de 30 milhões de cruzeiros para 270 milhões ou seja 9 vezes mais! Enquanto isso, as despesas com a máquina administrativa do Estado, subiram da casa de 3 milhões de cruzeiros para a de 45 milhões, ou sejam 15 vezes mais.! (O PIAUÍ, 24 de julho de 1948, p. 01).

Em janeiro do mesmo ano, o referido periódico já tinha posto em circulação críticas ao governo piauiense estado-novista, que havia feito uma “orgia de esbanjamentos”. Segundo o jornal, a gestão estadual parecia não perceber que a valorização da cera era fruto de uma condição extraordinária que era a Guerra. Desse modo, *O Piauí*, em uma matéria de 31 de janeiro de 1948, que tinha como título “O desastre”, refere que “passaram a gastar sem conta nem medida”, com a criação de “serviços inúteis”, “edifícios suntuosos” e aumento excessivo do número de funcionários.

Não obstante a crise econômica que se instalou a partir de 1947, durante a década de 1930 e, sobretudo na década de 1940, a cera de carnaúba, tinha ocupado lugar central nas exportações piauienses, e tornando-se o maior suporte da renda pública estadual. Propomos analisar, a seguir, mais detidamente, como se desenvolveu o extrativismo vegetal da carnaubeira em Campo Maior, cidade que conseguiu nesse período manter a liderança da produção de cera no Piauí. Nessa perspectiva, tentaremos compreender sua importância para a dinâmica econômica dessa cidade, em uma época que as atividades de proprietários públicos e particulares, trabalhadores, arrendatários e comerciantes, gravitavam em torno desse produto.

1.2 A “TERRA DOS CARNAUBAIS”: A EMERGÊNCIA DE CAMPO MAIOR COMO IMPORTANTE POLO ECONÔMICO PIAUIENSE

No período áureo do extrativismo da cera de carnaúba no Piauí, a cidade de Campo Maior ganhou destaque continuamente nas décadas de 1930 e 1940. Tornou-se a maior fabricante desse elemento, obteve grande relevância no cenário piauiense, à medida que sua produção se elevou, beneficiada pela forte incidência de carnaubeiras nascidas naturalmente, espalhadas pelo seu território, sendo objeto da exploração do poder público, bem como de proprietários particulares.

Campo Maior havia sido uma das primeiras vilas fundadas no Piauí. Em 1758 ocorreu a criação da capitania do Piauí, e, no ano seguinte, tomou posse o primeiro governador, João Pereira Caldas. O governador instalou a vila de Campo Maior em 08 de agosto de 1762. Segundo Cláudio Melo, nessa época a vila “já tinha uma estruturação urbana das mais atraentes de todo o Piauí. Duas praças em frente e atrás da Matriz”, e um “quadro completo de moradias junto às duas praças” (MELO, 1983, p. 99-100). Apesar de ter adquirido a condição de vila nesse período, somente no ano de 1889, Campo Maior foi elevada à categoria de cidade³.

A principal atividade econômica da cidade, além da plantação e criação para subsistência, era a pecuária. Esse quadro se modificou na época em que a cera de carnaúba ganhou importância econômica no cenário piauiense, ou seja, nas primeiras décadas do século XX.

Durante o período que vai da instalação da vila, até o ano de 1930, observamos que as obras públicas existentes eram basicamente as que davam organização à máquina administrativa do governo local. Talvez possamos colocar como a modificação urbana de maior porte, a construção do Mercado Público, que ficava localizado na Praça Marechal Floriano (atual Luiz Miranda). Tal prédio fora construído já no século XX, inaugurado em 1923, durante a Intendência de Luiz Miranda.

Portanto, as grandes modificações urbanas começaram a ocorrer na cidade após o início da década de 1930, quando a principal fonte da renda pública, piauiense e campomaioireense, era a cera de carnaúba.

³ A elevação de Campo Maior à categoria de cidade ocorreu por meio do Decreto nº 01, de 28 de dezembro de 1889. ALMANAQUE DO CARIRI, 1952, p. 595.

Os carnaubais campomaiorenses, no decorrer do tempo, foram motivo de inspiração para diversos cronistas, que em suas referências dão a impressão que não é possível dissociá-los da cidade. Tal palmeira parece ter se tornado um símbolo da urbe, e do município de modo geral, a ponto de Campo Maior ter recebido a denominação de “Terras dos Carnaubais”. Otacílio Eulálio (1914-1992), um dos principais literatos de Campo Maior, parece traduzir certo encantamento, mas também deixa implícito a importância dessa palmeira como fonte de renda para a cidade ao falar das “carnaubeiras faceiras, que tal rica princesa, ostentam, o **leque da esperança**, como a querer oscular a natureza no seu tremular macio ao meio dia” (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1981, p. 217, grifo nosso).

A carnaubeira parece ser fonte de renda antiga para Campo Maior. No ano de 1916, época de valorização da cera devido à Primeira Guerra, o jornal *O Raio*, um dos primeiros a circular na cidade, já fazia um registro da importância que essa planta tinha para a economia campomaiorense, mesmo antes do período que estudamos aqui:

Não há talvez em todo este nosso vasto município, um só homem que, ao despontar do sol de 1° de Outubro não se sinta verdadeiramente maravilhado ao ouvir o sussurrar monótono dos nossos carnaubais e permaneça indiferente às vantagens que lhe oferece esta temporada. Desaparecem, como por encanto, todas as ocupações que lhes prendiam às rocas e ao campo e ei-los que, atraídos por uma força estranha e, como que tomados de uma cólera louca, se arrojam de foice em punho à vastidão dos nossos carnaubais [...] (O RAI0, outubro de 1916, p. 01).

Se à época desse jornal a planta já era importante fonte de renda, entre os anos de 1930 e 1947, período que nos propomos investigar, foi o principal suporte econômico de Campo Maior, dado que o poder público passou a figurar como um dos grandes beneficiários, arrecadando enormes quantias em dinheiro que formavam a receita do município. De outro modo, podemos afirmar que as pessoas simples também foram favorecidas por aquele momento, visto que surgiram muitas oportunidades de trabalho temporário, relacionadas à produção da cera de carnaúba. Havia ainda os proprietários particulares de carnaubais, pessoas de boas condições financeiras, além dos arrendatários que também figuravam enquanto elite campomaiorense. Podemos citar ainda o setor de empreendimentos comerciais que pode auferir muitos lucros com a negociação da cera.

Para que o produto se tornasse a base das receitas municipais, foi fundamental o conjunto de modificações que surgiram no bojo da “Revolução de 1930”. Após o desencadeamento do movimento, em outubro daquele ano, foi nomeado como prefeito de Campo Maior Francisco Alves Cavalcante, um dos maiores comerciantes da cidade.

Segundo Lima (1995, p. 143), nos anos de 1933 e 1934, houve todo um processo judicial para que a Prefeitura Municipal readquirisse a posse dos carnaubais, que estavam sob domínio dos coronéis⁴ locais, fato que ensejou diversos conflitos entre os grupos envolvidos na disputa pelos carnaubais. Lima afirma ainda que, em 10 de abril de 1934, o interventor federal Landri Sales remeteu telegrama para Francisco Cavalcante, comunicando que no *Diário Oficial do Piauí* havia sido publicado que os carnaubais passavam a pertencer ao patrimônio municipal. Tal ação foi possível não só devido à influência de Francisco Alves, pois foi fundamental também a atuação de Landri Sales no combate ao poder dos coronéis campomaiorenses, demonstrando como eram estreitas as relações entre o interventor e o prefeito de Campo Maior. Francisco Alves promoveu juntamente com o governo estadual a retomada dos carnaubais que estavam em poder de proprietários particulares, formando assim o patrimônio municipal.

Em resposta, Francisco Alves enviou um comunicado onde, juntamente com o Conselho Consultivo Municipal, agradecia ao interventor por ter readquirido os carnaubais, que segundo ele estavam sob a exploração de “pseudoproprietários”. Em seguida afirmava: “a reivindicação dessa fortuna arrancada insidiosamente do patrimônio foi sempre uma das maiores e das mais justas aspirações desta terra, hoje satisfeita pela equânime decisão da Interventoria” (CAMPO MAIOR, 11 de abril de 1934). O interesse pela aquisição das palmeiras ter ocorrido nesse momento obviamente não é desprovido de sentido, pois, como vimos, a cera estava aumentando de preço constantemente.

É preciso considerarmos também que, com a Revolução de 1930, houve uma alteração nas elites políticas que comandavam diversas esferas do poder. Nascimento (1994, p. 12-13) observa que no Piauí esse movimento foi marcado pela derrota dos “coronéis” donos de latifúndios e pela vitória de um grupo que tinha suas

⁴ Os coronéis campomaiorenses, daquela época, eram os grandes proprietários de terra, pertencentes às famílias de maior poder econômico e prestígio político local e/ou estadual. Francisco Alves se inseria no segmento social desses coronéis, com a peculiaridade de ser também um comerciante que adquiriu relevância tanto em Campo Maior, quanto no Piauí.

atividades mais ligadas ao comércio. Em Campo Maior, Francisco Cavalcante representava bem esse setor, visto que era um grande comerciante não só local, mas também em nível estadual.

Desde o ano de 1932, Francisco Alves já vinha tomando medidas no sentido de modificar a administração do patrimônio de Campo Maior, ao ter feito a anulação de contratos de aforamento de terras do município que haviam sido firmados antes de 1930. Destacamos ainda, que os acordos que foram cessados eram quase todos de indivíduos que tinham sido ligados ao comando do Executivo da cidade durante a República Velha (1889-1930), tendo alguns atuado até mesmo como intendentess, configurando assim não só o interesse econômico, mas também político.

Segundo Lima (1995, p. 143), para delimitar quais carnaubais seriam desapropriados e passariam a pertencer à Prefeitura Municipal, ficou determinado que fossem aqueles que estivessem dentro do raio de seis quilômetros, tendo como ponto de partida a Igreja Matriz, localizada no centro da cidade. Isso significava uma enorme quantidade dessa palmeira, afinal o espaço citadino ainda estava se desenvolvendo, sendo bastante ocupado por essa planta, mesmo na área que era considerada perímetro urbano. No *Almanaque da Parnaíba* do ano de 1941 foram dedicadas várias páginas à atuação de Francisco Alves como prefeito municipal, constando também um registro da retomada dos carnaubais que estavam anteriormente sendo aforados, e gerando um lucro pouco significativo se comparado ao que o poder público adquiriu após à retomada das palmeiras. Segundo o *Almanaque da Parnaíba*:

[...] Não se deve esquecer a obra benemérita, que numa larga visão patriótica, realizou o Prefeito Francisco Alves Cavalcante, reivindicando para o patrimônio Municipal, os grandes carnaubais compreendidos numa área de quatro léguas quadradas, carnaubais estes que estavam sendo aforados a particulares com assustador prejuízo para o Município. [...] Antes de serem reivindicados, os carnaubais achavam-se em poder de particulares que apenas pagavam de foros a insignificância de Rs. 299\$100 [duzentos e noventa e nove mil e cem réis], enquanto que no ano corrente, os mesmos já renderam Rs. 482:885\$100 [quatrocentos e oitenta e dois contos, oitocentos e oitenta e cinco mil e cem réis], tendo ainda em depósito cerca de 15 000 Kg. de cera, num valor aproximado de Rs. 250:000\$000 [duzentos e cinquenta contos de réis] (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1941, p. 287).

Já em 1934, Campo Maior havia chamado a atenção como importante polo estadual do extrativismo vegetal, sendo mencionada pelo Almanaque da Parnaíba como “o expoente máximo no controle da cera de carnaúba” (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1934, p. 103). O serviço de estatística do Piauí (1935, p. 74), em 1935, elaborou a classificação dos maiores produtores desse gênero naquele ano. As quantidades em quilos foram as seguintes: Campo Maior (557.352), Piracuruca (253.282), Floriano (199.542), Oeiras (138.796), Pedro II (127.926) e Castelo (123.060). Como podemos notar, o município se mantinha bem à frente dos demais, além do mais, isso representava 18,8 % de toda a fabricação piauiense que havia sido 2.958.115.

Câmara Cascudo (1964, p. 172-173) fez uma estimativa da quantidade de Cera e do número de palmeiras adultas pertencentes a cada município piauiense em 1937. Segundo o autor, esses números se mantiveram sem grandes alterações nos doze anos posteriores. O autor chegou à seguinte conclusão: Campo Maior teve naquele ano 496.979 quilos, e a quantia de 3.549.850 carnaubeiras. Parnaíba aparecia em segundo lugar. Contudo, para efeito de análise, considerando que este era o último local de onde a mercadoria era exportada, entendemos que às vezes o produto de outros municípios era calculado como seu. Desse modo, Câmara Cascudo afirma que é mais plausível apontar Piracuruca, com 361.610 quilos, e 2.582.927 unidades da planta. Campo Maior tinha condições bem favoráveis para o desenvolvimento da palmeira: o clima quente e um terreno com várzeas, assim como locais que ocorriam alagamentos em certas épocas do ano.

Quanto ao sistema de exploração dos carnaubais do patrimônio público campomaiorense, apesar da documentação fragmentária que encontramos, acreditamos que, no período em estudo, deu-se de duas formas: por meio de arrendamentos e pela exploração direta. Na administração do prefeito Sigefredo Pacheco (1936-1937), político de oposição ao governo estadual, foi estabelecida a concorrência pública para o arrendamento, e, segundo o gestor, “[...] Por este sistema de tão singelas vantagens, [consegui] que a renda patrimonial fosse quase duplicada” (ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL..., 1940, p. 16).

De acordo com o que podemos afirmar, subsidiados pelas fontes administrativas da Prefeitura, já no ano de 1938, o prefeito Francisco Alves Cavalcante baixou o Decreto-lei nº 12, que declarava o fim do sistema de arrendamentos. Segundo o Artigo 1º do Decreto, “a extração da cera de todos os

carneubais pertencentes ao município será, na próxima safra feita administrativamente, revogadas as disposições em contrário”. Para o prefeito, essa atitude era necessária porque “na safra passada, rendeiros e fiadores diversos deixaram de cumprir as cláusulas contratuais de arrendamento de carneubais com grandes prejuízos para a municipalidade” (CAMPO MAIOR, 24 de setembro de 1938).

Encontramos indícios que esse modo de exploração tenha funcionado pelo menos até 1942. Afirmamos isso porque consta no Decreto-lei nº 50, de 26 de agosto de 1941, que orçava a receita e fixava a despesa para o ano em questão, uma verba para o “Serviço dos Carneubais”, que tinha uma parte destinada aos “jornaleiros”, ou seja, pessoas que trabalhavam para a Prefeitura na extração do pó cerífero. Nos anos seguintes, não foram mais direcionadas verbas para esse setor, visto que os arrendatários é que faziam todo o gasto e, posteriormente, entregavam a Prefeitura uma determinada quantidade de cera de carnaúba.

Não sabemos em que ano a Prefeitura voltou à forma de exploração das carneubeiras do patrimônio público que era vigente antes, mas, no ano de 1945, o prefeito Edgar Miranda autorizava um mapeamento dos carneubais, que já estavam sendo novamente arrendados. Na Exposição de Motivos ao Decreto-lei nº 80, o prefeito afirmava que havia:

[...] A necessidade urgente do serviço de levantamento das terras do Patrimônio Municipal, tanto porque isto permite uma rigorosa delimitação dos respectivos carneubais, de modo a evitar os litígios e dúvidas entre os rendeiros, a avaliação dos mesmos carneubais, como porque também permite uma indispensável revisão de aforamento, uma localização de áreas a serem aforadas e até mesmo facilita a administração do mesmo Patrimônio (CAMPO MAIOR, 14 de setembro de 1945).

Não obstante a forma como o poder público se beneficiava dos carneubais, o processo de produção da cera de carnaúba não variava. Havia o emprego de uma grande quantidade de trabalhadores temporários, pois, todo o processo era realizado da forma mais elementar possível. Ainda tramitou, em 1941, o Decreto-lei nº 48 de 15 de julho de 1941, que previa a aquisição de dois motores que poderiam ser utilizados para remover o pó cerífero da palha, porém, acabou não sendo aprovado.

Se o setor público obteve grandes benefícios naquela época, também houve diversos outros grupos que usufruíram da cera. Dentre eles, um dos principais foi o dos comerciantes que tiveram forte atuação nesse período:

Com a substancial elevação dos preços no final da década de 1930, uma crescente circulação monetária se fez sentir, o que foi suficiente para dinamizar a economia local com o comércio passando a ser bastante movimentado em algumas cidades (ARAÚJO, 2008, p. 200).

Em Campo Maior, diversas casas de comércio eram atuantes naquela época, e o seu maior suporte eram as negociações que gravitavam em torno da cera. A maioria era reconhecida como grandes empreendimentos, não só a nível local, mas em todo o Piauí. Além do mais, havia os que não tinham sido fundados por pessoas da cidade, mas sim eram filiais de firmas sediadas em outros locais, como a Casa Inglesa, Casa Marc Jacob, Moraes & Cia, com matriz na cidade de Parnaíba.

Um dos principais comerciantes, nas décadas de 1930 e 1940, era justamente o político Francisco Alves Cavalcante. Nasceu na cidade piauiense de Barras, migrando depois para Campo Maior, onde desenvolveu todo seu trabalho mercantil e político. Segundo Castelo Branco Filho, era um indivíduo muito astuto nas negociações, que havia chegado ainda pobre, e com o passar do tempo foi crescendo financeiramente. Nesse sentido, o autor afirma que a sua primeira transação a render bons lucros foi a partir da compra do couro do gado que morreu devido à seca do ano de 1915, pois “não tinha quase valor comercial. Adquiriu, desse modo, imenso estoque, que posteriormente revendeu em São Paulo com grandiosa margem de lucro” (CASTELO BRANCO FILHO, 1992, p. 74). Com a valorização da cera de carnaúba, esta se tornou o elemento principal para seu empreendimento, a Casa Alves.

Como vemos no anúncio seguinte (figura 04), de 1934, Francisco Cavalcante fundou seu comércio em 1915, ainda jovem, com 20 anos de idade, atuando como pioneiro na comercialização da cera. Porém, como podemos notar, havia um leque bem mais amplo de produtos que eram comprados tanto de pessoas da cidade, como da zona rural, além de vender “mercadorias em geral”. É importante a ênfase dada às filiais, deixando bem claro que todas eram especializadas em comprar gêneros para exportação, a mola propulsora da economia naquele momento. A Casa Alves, era ainda a representante da Casa Inglesa, uma das maiores firmas de

exportação/importação do Piauí na primeira metade do século XX, com sede em Parnaíba.

Figura 04 - Anúncio da Casa Alves

CASA ALVES
 FUNDADA EM 1915
 FRANCISCO ALVES CAVALCANTE
 Codigos:— MASCOTE 1a. e 2a. Ed.
 TELEGR.: FALVES

MATRIZ: CAMPO MAIOR FILIAIS: Barras e Castelo

COMPRA generos de exportação pelos mais altos preços do mercado, especialmente: cêra de carnaúba, couros de boi, algodão, peles de cabras, de ovelhas e silvestres.

VENDE tecidos e mercadorias em geral, importando diretamente das fabricas

Em todas as FILIAIS tem por especialidade a COMPRA de generos de exportação

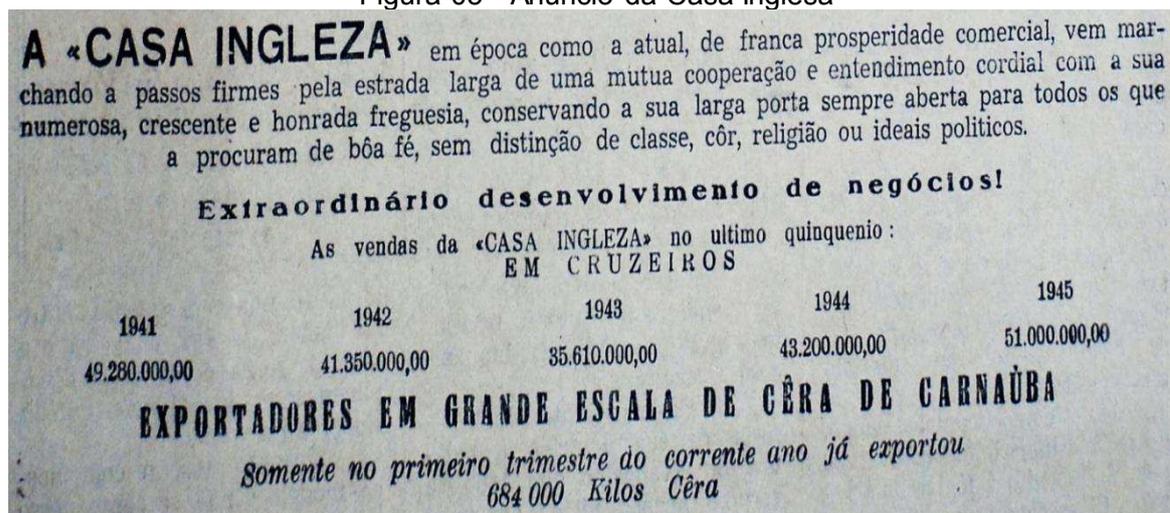
Representante da CASA INGLEZA, de Parnaíba

CAMPO MAIOR
 ESTADO DO PIAUÍ — BRASIL

Fonte: ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1934, p. 138

À medida que a cera foi sendo valorizada, a Casa Inglesa instalou uma filial em Campo Maior, passando a gerenciar diretamente suas negociações, sem a intermediação da Casa Alves. Acreditamos que ainda no fim da década de 1930, a empresa já tinha uma subsidiária na cidade, pois nos anúncios do comércio de Francisco Alves desse período já não há mais indicações que seja representante da Casa Inglesa. Seu foco de atuação era a compra e venda da cera, enfatizando nessa propaganda de 1946 (figura 05), sua “prosperidade” e o volume das transações que havia realizado, como forma de inspirar confiança e atrair mais clientes.

Figura 05 - Anúncio da Casa Inglesa



Fonte: O ESTÍMULO, 13 de junho de 1946, p. 2

Além dessas grandes casas comerciais citadas, Campo Maior contava ainda com duas outras que também eram destaque no Estado, ambas sediadas em Parnaíba. A primeira delas, a Casa Marc Jacob, fundada por franceses, trabalhava com “praticamente todos os produtos de exportação produzidos no Estado do Piauí e Maranhão, e alguns do Pará”, com “filiais em muitas cidades do Piauí” (REGO, 2010, p. 218). A segunda era a Moraes & Cia, que, conforme observamos no jornal campomaiorense *O Estímulo*, de 13 de junho de 1946, mantinha sucursais também nas cidades piauienses de Teresina e Floriano, assim como em São Luís, capital do Maranhão. Além da Cera, exportava uma variada gama de gêneros, principalmente oriundos do extrativismo vegetal, como babaçu, algodão, borracha de maniçoba, entre outros.

Esses eram os quatro maiores empreendimentos comerciais que em Campo Maior tinham como foco de suas negociações a cera de carnaúba, ressaltando também que possuíam reconhecimento no restante do Estado do Piauí. Não obstante, existiam outros de menor proporção, que atuavam mais em um âmbito local. Na propaganda a seguir, temos um exemplo desses empreendimentos, pertencente a Waldeck Bona, importante comerciante e político campomaiorense:

Figura 06 - Anúncio da casa comercial de Waldeck Bona

Waldeck Bona

Endereço telegráfico: **WALBONA**

Matriz: Praça Marechal Floriano, 138

FILIAIS:

Praça Marechal Floriano, 6 Praça Marechal Floriano, 106
Gerente: DÉCIO BASTOS Gerente: ISMAR DO VALE

Compra toda espécie de gêneros de exportação, pelos melhores preços. Exporta diretamente para o estrangeiro Cêra de Carnaúba.

Completo e variado sortimento de tecidos finos e grossos

Verdadeiro empório de artigos para presentes, perfumaria, bijouteria, &

Atende com presteza e solícitude

Campo-Maior — Piauí

Fonte: O ESTÍMULO, 13 de junho de 1946, p. 04

Nos anúncios de casas comerciais como essa, era comum salientarem que exportavam “diretamente para o estrangeiro”, objetivando afirmar que se igualavam às demais empresas que mencionamos anteriormente. Significava ainda que podiam oferecer um preço vantajoso, dado que quando a venda era realizada para firmas que tinham outro intermediário, até chegar aos importadores, o valor era mais baixo.

Gandara e Rocha (2009, p. 299) apontam que o Rio Parnaíba, presente em toda a fronteira oeste do Piauí, foi elemento fundamental para o transporte dos gêneros extrativistas da primeira metade do século XX, fazendo a integração com o interior do Estado e também com o estrangeiro.

Campo Maior não estava situada à beira desse rio, desse modo o transporte era realizado pela via terrestre, embora, no período que abordamos aqui, as estradas fossem pouco favoráveis. Apesar de Campo Maior ficar a cerca de 250 km de Parnaíba, uma distância considerável do principal local de escoamento das mercadorias, que eram os portos localizados no litoral piauiense. Em entrevista, o campomaioense Jaime da Paz afirma que as estradas eram o principal caminho de escoamento da cera:

Tinham essas casas grandes que compravam, e daqui eles mandavam para Parnaíba. [...] Ia de caminhão, daqui mesmo ia, estrada carroçável, mas ia. [...] Tinham umas companhias, uns comércios que tinham os carros próprios deles. Tinha de Parnaíba, a maior parte era de Parnaíba, casa mesmo, Marc Jacob por exemplo era de Parnaíba, Casa Inglesa (PAZ, 2013).

Esses estabelecimentos comerciais compravam tanto a cera produzida pelos proprietários particulares, mas também a que pertencia ao patrimônio do município. De acordo com a análise das publicações do *Diário Oficial* do Estado, observamos que a Prefeitura abria concorrência pública, marcando o dia em que haveria a venda do gênero extrativista, para o comprador que propusesse o maior valor. Consta ainda, nas divulgações que eram feitas no jornal, assim como no prédio da Prefeitura, os tipos de cera e os detalhes de como ocorreria à negociação, deixando claro que poderia “ser examinada pelos interessados nos armazéns da Prefeitura. O pagamento e entrega serão imediatos, nesta cidade. As propostas devem ser feitas em cartas e telegramas [...]” (DIÁRIO OFICIAL, 07 de agosto de 1939, p. 10).

Queiroz (2006, p. 44-45) refere que durante as décadas de 1930 e 1940, quando os preços da cera de carnaúba estiveram em seu apogeu, houve profundas modificações na sociedade piauiense devido ao crescimento vertiginoso da renda da população. Se até então os fazendeiros de gado eram as camadas mais abastadas, juntaram-se a eles os ricos comerciantes, arrendatários e proprietários de carnaubais. De outro modo, os trabalhadores envolvidos na extração do pó e fabricação da cera também foram beneficiados.

Em Campo Maior, se para os trabalhadores não foi possível uma elevação significativa no padrão de vida, pelo menos houve um aumento da renda devido às oportunidades de emprego geradas na extração do pó cerífero. Diversos outros segmentos sociais auferiram grandes benefícios, a exemplo dos proprietários, arrendatários, comerciantes e, claro, o poder público. Castelo Branco Filho, registra a euforia que tomava conta da urbe à medida que ocorria a valorização do produto, ao salientar que no fim do ano de 1934:

Às 17 horas estalejou por todo o comércio foguetório cerrado. A cera de carnaúba dera significativo pulo nas cotações. Subira a pauta em mais de cem por cento. Muitos iriam ganhar rios de dinheiro. Comerciantes, exportadores, rendeiros e produtores. Todos estavam eufóricos. Sentia-se a alegria contagiante pairando no ar. Por isso

quase se esgota o estoque de cerveja Teutônia na cidade (CASTELO BRANCO FILHO, 1992, p. 173).

Nesse contexto, dos diversos setores que se beneficiaram em Campo Maior, propomos aqui colocar em relevo os reflexos causados pelo extrativismo da cera de carnaúba na esfera do poder público campomaiorense. Nosso objetivo é tentar entender os melhoramentos urbanos que esse gênero proporcionou à cidade a partir do momento em que Francisco Cavalcante, juntamente com o interventor Landri Sales, formaram o patrimônio público municipal com a retomada dos carnaubais que estavam em poder de proprietários particulares.

Destacamos ainda, que o momento em que a cera esteve em alta coincide com a época dos governos ditatoriais, tendo à frente, no Brasil, Getúlio Vargas. No Piauí, citam-se, principalmente, os governos dos interventores Landri Sales (1931-1935) e Leônidas Melo (1935-1945). Os governos nacional e estadual assentavam suas bases no autoritarismo e nas ideias de progresso e modernização. Com o aumento dos preços da cera, as receitas piauienses se elevaram e eram enfatizadas nos diversos Relatórios e Mensagens de Governo, nos quais os discursos de progresso eram destacados com referência a várias obras públicas, grande parte delas patrocinadas pelo lucro do extrativismo da carnaúba.

Araújo afirma que as cidades que estavam situadas à margem do rio Parnaíba foram permeadas por uma intensa atividade comercial, visto que suas águas eram o principal escoadouro da produção, proporcionando assim o crescimento desses centros urbanos. Apesar de Campo Maior não estar situada à margem do rio Parnaíba, também passou por um acentuado desenvolvimento, já que era a maior produtora de Cera na época aqui tratada. Segundo Araújo:

[...] Não foram só as cidades situadas às margens do Parnaíba, que experimentaram “progresso”. Em vastas áreas mais centrais, algumas cidades também foram atingidas por essa “onda de dinheiro”. Dentre estas, se destacaram pelo arrojado movimento comercial no período: Campo Maior, Piracuruca, Piripiri, José de Freitas, Oeiras, Pedro II, S. Miguel do Tapuio, etc (ARAÚJO, 2008, p. 201).

Campo Maior, após a década de 1930, passou a ter uma nova estrutura urbana, visível na transformação da sua paisagem, que demonstrou crescente desenvolvimento, além de contar também com a chegada de alguns equipamentos

urbanos modernos. Na década de 1940, houve uma intensificação desse processo, decorrente do empreendimento de diversas obras públicas, amparadas pelo preço da cera de carnaúba em alta por causa da Segunda Guerra Mundial, ressaltando insistentemente o *superávit* econômico da cidade. Nesse contexto, Campo Maior teve um crescimento em sua estrutura urbana que até então não tinha sido alcançado⁵. Para os gestores, a cidade era frequentemente representada como progressista, por estar crescendo em ritmo acelerado, além de uma preocupação com o embelezamento do espaço citadino.

No momento em que se seguiu ao fim do segundo conflito mundial, após a liberação dos preços da cera, ocorreu um aumento vertiginoso que continuou a financiar a modernização. Com o declínio da sua cotação, a partir do ano de 1947, a situação se inverte, e não só Campo Maior como também todo o Piauí entraram em crise com o esvaziamento dos cofres públicos. O discurso dos governantes campomaiorenses se modificou, agora reclamavam da situação financeira da cidade, não havendo mais como manter o ritmo das transformações urbanas.

Não obstante o declínio do preço da cera, Rêbello (1985, p. 108) coloca que, no fim da década de 1940, a cidade já figurava no cenário piauiense como uma das maiores do Estado. O seu espaço urbano, conforme veremos, havia sofrido profundas modificações, verificadas tanto na construção de obras públicas quanto na chegada de equipamentos urbanos, passando a ser vista por seus gestores como uma cidade moderna.

⁵ Conforme observaremos no capítulo seguinte, as maiores modificações urbanas ocorreram entre os anos de 1930 e 1947; já nos últimos anos da década de 1940, verificamos que não houve a manutenção do ritmo de modernização anterior, havendo certa estagnação no setor de obras públicas.

CAPÍTULO II: A POLÍTICA PROGRESSISTA DA ERA VARGAS E SUA INFLUÊNCIA NA MODERNIZAÇÃO URBANA DE CAMPO MAIOR

Conforme observado no primeiro capítulo, a valorização da cera de carnaúba na cidade de Campo Maior, nas primeiras décadas do século XX, proporcionou uma série de conquistas materiais e simbólicas subsidiadas pelas altas cotações do produto até 1947, ano em que houve a queda dos preços da cera, que não pode mais proporcionar o ritmo modernizador de antes.

Tais mudanças marcaram grandes transformações no espaço urbano de Campo Maior entre os anos de 1930 e 1947, representados principalmente por modificações infraestruturais através de diversas obras públicas, bem como pela chegada de equipamentos urbanos modernos. Para compreendermos essas transformações urbanas, é preciso entender melhor o ideal instituído em prol da construção de um “novo Brasil”, criado na Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas alcançou a presidência da República, alterando a organização administrativa dos Estados da federação, que passaram a ser governados por interventores federais.

Os governantes estaduais, ligados a Vargas, repassavam aos municípios piauienses os ideais de progresso e modernização que ganharam corpo no pós-30, e tiveram forte ressonância em Campo Maior, visto que a quase totalidade dos prefeitos da cidade eram aliados dos interventores.

O pensamento de Vargas pôde difundir-se por todo o Brasil graças à nova organização político-administrativa arquitetada pelo presidente, marcado pela forte centralização das decisões, objetivando fazer com que o ocorrido no país estivesse em sintonia com as diretrizes varguista. Sobre esse aspecto, Araujo (2007) esclarece:

Muito pode ser dito do final da primeira República à efeméride de 1930, entretanto é inegável a capacidade que se forjou do Estado em centralizar as atividades políticas e administrativas do País. Aliás, a unidade centralizadora é uma proposta que está no bojo da Revolução de 1930, numa clara crítica ao federalismo, o qual possibilitara a hegemonia de alguns estados sobre os demais. Neste sentido, é representativa a ação da queima das bandeiras estaduais promovidas pelo novo regime de 1937 como forma simbólica de destruição do modelo anterior (ARAUJO, 2007, p. 62).

De acordo com Boris Fausto (2009, p. 333), logo ao assumir o poder, Vargas centralizou o governo ao tomar para si o comando do Executivo e Legislativo, além de dissolver o Congresso Nacional, e os legislativos estaduais e municipais. Ademais, todos os governadores foram retirados do cargo, a exceção do de Minas Gerais, realizando-se assim a nomeação dos interventores federais.

Nascimento (1994, p. 66) coloca que após a vitória da “Revolução de 1930”, que no Piauí estourou em 04 de outubro de 1930, foi baixado nessa mesma data o Decreto nº 1.104, que dentre outras medidas cassou o mandato dos intendentess municipais e criou os cargos de prefeito, nomeados pelo governo do Estado.

O primeiro interventor piauiense foi Humberto de Arêa Leão, posteriormente, substituído por Lemos Cunha. Após esses dois governos, marcados pela instabilidade, a solução veio por meio de um decreto de Vargas ao indicar o cearense Landri Sales Gonçalves, que permaneceu à frente do poder, no Piauí, de 1931 a 1935. Segundo Nascimento (1994, p. 79), Landri Sales preenchia os requisitos que contribuíram para sua nomeação como forma de resolver a conturbação que fez com que as administrações anteriores tivessem caráter efêmero. Tais requisitos eram: ser natural de outro Estado, militar, e não ter contato com os grupos políticos que desestabilizaram as gestões anteriores.

No período sobre o qual nos debruçamos aqui, o governo do Piauí foi basicamente dominado por dois interventores: Landri Sales, que administrou entre os anos de 1931 e 1935, e Leônidas Melo, que esteve no poder em grande parte da Era Vargas (1930-1945), ou seja, de 1935 até 1945. Este último, sob o apoio de Vargas, assumiu em 1935, ainda no regime constitucional, mantendo-se no cargo após a instalação da ditadura do Estado Novo.

Nesse contexto, podemos entender melhor a centralização político-administrativa na qual o Piauí esteve inserido. Os dois interventores seguiam as diretrizes varguistas e prestavam contas do que era feito no governo estadual, por meio de Relatórios de Governo direcionados a Getúlio Vargas. Assim como ocorreu com outros municípios, os preceitos ditados pelo presidente, para o Brasil, eram seguidos pelos interventores e repassados também para Campo Maior.

A atenção à centralização nos interessa na medida em que nos permite entender os pressupostos desse “novo” Estado no pós-30. De acordo com Ângela Gomes (2005, p. 191), a proposta era estabelecer um “novo começo na história do país”. Nascimento (2002) afirma que tal pensamento emergiu em contraposição a

República Velha, tida como um período marcado pelo “atraso”. O autor atenta ainda para a ressonância que essas ideias tiveram no Estado do Piauí, onde a cidade passa a ser o local por excelência para a construção do “novo”:

Os ideólogos que construíram o projeto de um Brasil Novo ou Novo Brasil desenvolveram mecanismos que tinham a pretensão de inculcar na sociedade a ideia de que havia um conflito entre o velho e o novo e que este último estava sendo burilado cotidianamente. Era uma tentativa de destruir lembranças e tradições ligadas à República Velha posta por terra por segmentos dissidentes da elite brasileira. Os governantes piauienses incorporaram a ideia do novo como sinônimo de moderno e voltaram as suas vistas para a cidade que concentrava as ações político-administrativas (NASCIMENTO, 2002, p. 338).

Do mesmo modo que era preciso emergir um Brasil novo, também havia a intenção de edificar um Piauí novo e progressista. Nessa perspectiva, Landri Sales, no Relatório de Governo referente ao período em que esteve na interventoria do Piauí, conclui informando ao presidente Vargas que executou um “vasto programa de realizações materiais” (PIAUI, 1935, p. 130). Ressalta, ainda, o crescimento do patrimônio público estadual, que era frequentemente destacado pelos governantes, e tinha como seu principal suporte a valorização econômica da cera de carnaúba.

Quanto às prefeituras, Landri Sales salienta o momento de prosperidade, inclusive com destaque para as obras públicas nos municípios:

O ano foi de atividade proveitosa, não só para a prosperidade econômica e financeira das comunas, como para as suas realizações materiais. Tomaram impulso imprevisto as obras públicas das municipalidades (PIAUI, 1935, p. 55-58).

Para fundamentar seu argumento, Landri Sales colocava em relevo um quadro demonstrativo do aumento das rendas municipais.

Após Leônidas Melo ser designado para o cargo de interventor federal, o discurso de que o Piauí era um Estado progressista se fortaleceu. Podemos perceber isso de forma contundente por meio de uma Mensagem de Governo encaminhada à Assembleia Legislativa do Piauí, em 1936. Na Mensagem, Leônidas Melo colocou novamente a atenção dada às obras públicas ao referir-se ao momento em que alcançou o governo, além de enfatizar a situação econômica favorável:

Estávamos, todos o sabem, em boas condições. Avançávamos, em franco progresso. As rendas, como aliás se vêm mantendo, excediam a previsão orçamentária. Havia a sensação de um largo bem-estar econômico. E porque assim estivéssemos, o meu ilustre e inesquecível antecessor, com a louvável compreensão que todo administrador deve possuir [...] não hesitou no empreendimento das vultosas obras que encontrei em andamento (PIAUÍ, 1936, p. 03).

Do mesmo modo que o interventor anterior, Leônidas Melo deu destaque especial ao progresso dos municípios que, segundo ele, eram acompanhados de perto pelo governo estadual que devia ser informado em que estavam sendo aplicadas as rendas de cada comuna. Nesse sentido, de acordo com Leônidas Melo:

Cidades anteriormente decadentes, até mesmo as mais próximas da capital, esbarradas por largos anos à força do indiferentismo dos prefeitos, progrediram rapidamente, na curta duração do governo ditatorial (PIAUÍ, 1936, p. 50).

Leônidas Melo, em Relatório apresentado a Vargas no ano de 1938, mantém a empolgação com as rendas públicas piauienses, ascendentes graças à “alta cotação de seus gêneros exportáveis (PIAUÍ, 1938, p. 13)”. O imaginário progressista permaneceu forte ao declarar que “o Estado não há negar, atravessa uma época promissora”. Para demonstrar o que afirmava, o interventor inseria uma estatística onde expunha o crescimento do patrimônio público e complementava: “As rendas públicas se elevam assim a cada ano, permitindo-nos desfrutar senão o progresso dos grandes Estados, pelo menos a agradável perspectiva de uma crescente prosperidade” (PIAUÍ, 1938, p. 13-14). No mesmo Relatório, foram postas, ainda, em evidência, as obras públicas que haviam sido realizados por diversas prefeituras piauienses, inclusive Campo Maior.

No jornal governamental *Diário Oficial*, a euforia era igualmente acintosa, conforme pode ser evidenciado em matéria que recebeu relevo, visto que foi publicada na primeira página, em 12 de março de 1940. No título da reportagem eram destacados os produtos exportáveis piauienses, com ênfase para a cera, e em seguida exaltava-se o “progresso”, como podemos observar:

Figura 07 - Diário Oficial do Piauí



Fonte: DIÁRIO OFICIAL, 12 de março de 1940, p. 01

No *Diário Oficial*, uma preocupação constante dos indivíduos que comandavam o jornal, era com a visão que pessoas alheias ao Piauí tinham deste Estado. Nesse sentido, às vezes, havia a transcrição de matérias que haviam sido publicadas em jornais de outros Estados da federação, que contribuíam para que os leitores piauienses percebessem como o progresso do Piauí era “bem visto” em outros Estados.

Em 11 de fevereiro de 1941, o *Diário Oficial* reproduziu uma matéria do *Imparcial*, editado em São Luís, capital do Maranhão. O texto era uma entrevista que o periódico maranhense havia feito com um indivíduo chamado Paulo Oliveira, que era ligado ao Governo e já tinha trabalhado no Piauí. Novamente, o assunto em pauta é o crescimento piauiense. A cera de carnaúba tinha papel de destaque nesse contexto:

O crescimento do Estado não sofreu redução na arrecadação, com a terrível situação da guerra europeia, porque o principal produto de exportação, a cera de carnaúba, explorada em larga escala, é toda absorvida pelos Estados Unidos: as suas cotações se mantêm firmes e a procura é cada vez maior (DIÁRIO OFICIAL, 11 de fevereiro de 1941, p. 02).

Em decorrência disso, Campo Maior adquiria lugar de destaque no que diz respeito aos municípios piauienses, com a exaltação em torno do aumento vertiginoso na arrecadação das rendas públicas, fazendo-se uma associação direta com o progresso:

Há municípios que tiveram a sua renda decuplicada, como por exemplo, Campo Maior, que rendia, há uns oito anos, apenas 20 contos e hoje arrecada mais de seiscentos.

Devido a essa situação privilegiada, o interior está florescendo e inúmeras são as iniciativas particulares, bafejadas por esse desafogo financeiro, acompanhando o ritmo de progresso e o trabalho recuperador do governo (DIÁRIO OFICIAL, 11 de fevereiro de 1941, p. 02).

Nos Relatórios e Mensagem de Governo apresentados pelos interventores Landri Sales (1935) e Leônidas Melo (1936, 1938, 1940), um dos pontos principais era a euforia em torno das receitas públicas, em ascensão, sobretudo, devido ao alto preço da cera de carnaúba, sendo inclusive feitas exposições detalhadas da evolução financeira piauiense. A título de exemplo, citamos o Relatório de Governo (1940, p. 14), no qual, Leônidas Melo explanou em números que do ano de 1932 até 1939 a arrecadação estadual quadruplicou. Entretanto, apesar da censura às opiniões contrárias ao governo, havia quem discordasse do interventor. Giovanni Costa (1941, p. 86), influente juiz de Direito piauiense, fez críticas severas ao discurso de Leônidas Melo, ao afirmar que o aumento da renda pública do Piauí era “pura fantasia”, e que a arrecadação de impostos oriundos da cera era feita de forma ilegal, pois, a taxa de exportação estabelecida pela administração estadual era superior à taxa comercial, que era o valor real de venda do gênero extrativista.

Por ter-se tornado o maior produtor de cera, Campo Maior passou por uma elevação vertiginosa das rendas públicas entre os anos de 1930 e 1947. No quadro abaixo, podemos notar o aumento acentuado que houve no ano de 1935, em relação a 1933, permitindo-nos perceber o impulso dado às receitas públicas após a retomada dos carnaubais em favor do patrimônio municipal, ocorrida entre os anos de 1933 e 1934. Conforme vemos, na passagem de 1938 para 1939, quando do início da Segunda Guerra Mundial, ocorreu outro aumento considerável, em decorrência da valorização da cera ocorrida nessa época:

Quadro 02 – Explicação das receitas públicas de Campo Maior em contos de réis

Ano	Receitas Públicas
1930	51.791\$300
1931	77.624\$000
1932	132.069\$000
1933	130.281\$000
1934	171.931\$000
1935	249.626\$000
1936	318.950\$000
1937	417.111\$300
1938	352.835\$800
1939	679.452\$300
1940	1.150.716\$800
1941	1.164.597\$900
1942	1.160.707\$700

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do *Almanaque da Parnaíba* (edições de 1941, p. 285 e 1942, p. 317) e do livro do Departamento de Estatística do Piauí de 1944, s/p.

Os discursos governamentais progressistas e modernizadores, citados anteriormente, repercutem com força no Piauí, mesmo porque os interventores ocupavam o cargo devido à aprovação do presidente. Da mesma forma, em Campo Maior, os prefeitos que governaram durante a Era Vargas precisavam ser ligados ao gestor estadual, o que significa que os prefeitos da cidade também estavam fortemente influenciados pelos pressupostos emergentes da Revolução de 1930. Conforme dissemos, a exceção foi Sigefredo Pacheco, que tomou posse em 1936, mas já no ano seguinte foi retirado do cargo.

Podemos entender de forma mais clara como os ideais da Revolução de 1930 chegaram a Campo Maior observando a ligação dos interventores com algumas figuras políticas da cidade. Nesse sentido, tem lugar de destaque o primeiro prefeito, Francisco Alves Cavalcante, empossado em outubro de 1930, e que governou em dois mandatos. O “Cel. Chico Alves”, como era mais conhecido, tinha estreitas ligações com o governo que se instalou, exercendo o cargo de 1930 até o início de 1936, embora tenha se ausentado em 1934 para exercer a função de deputado estadual piauiense. Entretanto, as pessoas que o sucederam eram diretamente ligadas a ele: sua irmã Vicência Alves de Menezes¹ e um dos funcionários de sua casa comercial, José Martins Lustosa.

¹ Conforme podemos notar, o domínio político de Francisco Alves era tão forte em Campo Maior a ponto de ter conseguido designar uma mulher – Vicência Alves – para o cargo de prefeita, em uma época de forte domínio masculino nos cargos públicos.

O anuário piauiense *Almanaque da Parnaíba*, em sua edição do ano de 1932, dedicou algumas páginas à exaltação da figura de Francisco Alves, destacando como o prefeito era fiel adepto da construção do “Brasil Novo”. Dessa forma, assevera que Francisco Alves foi:

[...] Um dos precursores das grandes ideias que agitam a alma do Brasil Novo, e de então para cá, tem trabalhado, vitoriosamente em prol da regeneração política da pátria, a que vem emprestando uma grande parte de sua fecunda atividade. E porque assim o é, foi ele, pelo Governo instituído logo após a vitória da Revolução de Outubro, aproveitado para prefeito municipal de Campo Maior, lugar que vem ocupando desde o dia 4 daquele mês [...] (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1932, p. 55).

Francisco Alves esteve novamente na administração municipal após a instalação do Estado Novo, havendo a deposição do seu adversário político, o prefeito Sigefredo Pacheco. Nessa ocasião, ficou no cargo do início de 1938 até abril de 1942. Durante esse período, em sua ausência, era substituído por pessoas atreladas a ele, a saber, Luís Capucho do Vale, Nilo Oliveira e Joaquim Antônio Oliveira.

Outros governantes, a exemplo de Raimundo Ney Baumann e Ascendino Pinto Aragão, também eram diretamente ligados ao interventor Leônidas Melo. Nascimento (2002, p. 77-78) afirma que o primeiro era líder sindical, sendo inclusive nomeado fiscal do Departamento das Municipalidades, após a instalação do Estado Novo. Quanto a Ascendino Aragão, Leônidas Melo deixou registrado em seu livro de memórias:

Sempre tive amigos dedicados e entre esses estava Ascendino Pinto Aragão que além de amigo fora sempre correligionário político, destemido e fiel. Homem pobre, porém, de atitudes desassombradas. Era íntimo de minha casa [...] (MELO, 1976, p. 371).

Não obstante a queda de Vargas, observamos que o imaginário modernizador da elite política permaneceu com o objetivo de manter uma de suas mais importantes metas: transformar Campo Maior em uma cidade moderna. Princípio que encontrou amparo econômico até 1947, ano em que o preço da cera de carnaúba declinou, interrompendo a marcha das reformas urbanas, tanto que não

encontramos menção a efetivação de obras de grande vulto no período imediatamente posterior a 1947.

A título de exemplo, notamos que já no ano de 1948 havia uma série de lamentações na documentação administrativa, em decorrência da queda do preço da Cera de Carnaúba. Nesse contexto, podemos elencar o Projeto de Lei nº 36, de 1948, que versava sobre a tentativa de se fazer uma alteração em um contrato firmado entre a Prefeitura e alguns criadores de gado, que tinham recebido esses animais do poder público. Pelo Projeto, haveria uma redução no valor que os criadores deviam pagar a administração municipal. É interessante observamos a argumentação da Câmara, que reclamava devido à situação financeira de Campo Maior:

A medida pleiteada no presente Projeto de Lei, causa, não padece duvidas, graves prejuízos a prefeitura, com a sua receita já muito combalida, motivada pela queda astronômica do nosso principal produto exportável que é a cera de carnaúba (CAMPO MAIOR, 13 de outubro de 1948).

Ao investigamos a modernização² urbana de Campo Maior, é importante fazermos aqui um esclarecimento que é fundamental para a nossa pesquisa. Quando nos referimos à sede do município de Campo Maior, enquanto uma cidade moderna, seguimos aqui o caminho aberto por Aranha (2005, p. 79-81), ao se referir aos centros urbanos do norte brasileiro (atual Nordeste) durante o fim do período oitocentista e as primeiras décadas do século XX. Segundo o autor, ao falarmos em cidade moderna no norte do Brasil, devemos entender que esse fenômeno assume características peculiares nessa região do país, não podendo ser estudadas tomando por base os mesmos parâmetros das grandes urbes europeias do século XIX, Londres e Paris. Nessa época, essas capitais eram os grandes espaços urbanos mundiais, marcadas por um ritmo de vida intenso, assim como pela circulação acelerada das multidões de transeuntes nas ruas.

De acordo com Aranha (2005, p. 85), mesmo a maior cidade brasileira do período, o Rio de Janeiro, em meados do século XIX, contava com cerca de 200 mil

² Quanto à modernização é interessante destacarmos aqui o pensamento de Marshall Berman (1986). O autor destaca as características da modernização, e dentre elas podemos citar o crescimento e transformação do espaço urbano, processo ocorrido em Campo Maior. Berman (1986) também distingue o conceito de modernidade, que estar relacionado ao conjunto de ideias e experiências partilhadas, por um grupo ou sociedade, a respeito do que é considerado ser moderno em uma determinada época.

habitantes. Ainda assim, um número bem inferior a Londres, com 2,3 milhões de pessoas, e a Paris, que já ultrapassava 1 milhão de habitantes.

Para o autor, as cidades nortistas eram consideradas modernas na medida em que possuíam determinados equipamentos urbanos:

[...] Nos transportes e comunicações (sistemas telegráficos, telefônico, ferroviário, etc.), na adoção de equipamentos de higiene e/ou conforto (sistemas de água encanada e/ou esgotos, sistemas de iluminação pública e privada etc.), na construção de prédios ou logradouros públicos destinados ao lazer (parques, praças ou passeios públicos), dentre outros (ARANHA, 2005, p. 79).

Tais equipamentos eram uma conquista material, mas também eram imbuídos de uma carga simbólica, dado que funcionavam como termômetros que permitiam identificar se uma cidade poderia receber a denominação de moderna.

Nessa perspectiva, propomos enveredar por essa forma de abordagem, ao investigarmos a modernização urbana de Campo Maior. Afinal, tratamos aqui de uma cidade do interior do Piauí, e mesmo a capital Teresina, segundo Nascimento (2002, p. 123), na década de 1940 ainda era uma urbe acanhada, fortemente ligada ao espaço rural, no qual muitas pessoas trabalhavam.

Em 1937, o Instituto Nacional de Estatística refere que o município de Campo Maior possuía 26.883 habitantes. No entanto, Rebêlo (2000, p. 108), ao pesquisar a dinâmica do crescimento urbano no Piauí, destaca que no ano de 1940 o centro urbano campomaiorense contava com 3.685 pessoas. É relevante salientar que isso dava a Campo Maior um aspecto de grandeza, pois, era a quinta maior cidade piauiense, atrás apenas de Teresina, Parnaíba, Floriano e Piripiri, com 36.695, 22.175, 7.084, e 4.520 habitantes, respectivamente.

Portanto, é a partir da concepção formulada por Aranha que caracterizarmos Campo Maior como uma cidade moderna durante as décadas de 1930 e 1940.

2.1 A CHEGADA DOS EQUIPAMENTOS URBANOS DITOS MODERNOS

Conforme dissemos, com a “Revolução de 1930”, comandada por Getúlio Vargas, Francisco Alves Cavalcante, um dos principais comerciantes da cidade, foi nomeado como prefeito de Campo Maior. Cavalcante foi figura relevante no estudo da modernização, pois, promoveu juntamente com o governo estadual a retomada

dos carnaubais que estavam em poder de particulares, formando o patrimônio municipal que subsidiou o desenvolvimento urbano, sendo um dos expoentes da modernização de Campo Maior.

Nesse contexto, podemos tomar a instalação da Usina Elétrica 4 de outubro – cuja denominação é uma clara referência ao dia que foi iniciada a Revolução de 1930 no Piauí – como um dos primeiros signos da modernização que chegaram a Campo Maior, ainda que instalada em um discreto prédio, afastado da região central (figura 08).

Figura 08 – Usina Elétrica 4 de Outubro



Inaugurada em 1932, a Usina Elétrica representou uma grande conquista para Campo Maior. No *Almanaque da Parnaíba* do ano de 1933 foi registrado em tom de exaltação esse episódio: “a 3 de Janeiro de 1932, teve lugar a inauguração da luz elétrica, entre festas e regozijo geral da população, com a presença do exmo. sr. Interventor Federal, Te. Landry Salles Gonçalves” (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1933, p. 230).

Fonte: LIMA, 1995, s/p

De acordo com Rocha (2000, p. 202), a eletricidade foi um dos elementos que surgiu na virada do século XX, em razão do avanço científico e tecnológico, e, além de ser uma importante conquista material, era imbuída ainda de forte simbolismo. Segundo a autora, a luz estava relacionada ao iluminismo, e associava-se em grande medida ao ideal de progresso, portanto, em perfeita sintonia com o pensamento dos governantes campomaiorenses.

A Usina 4 de Outubro, naquela época, era movida a lenha, e a luz funcionava das 18 às 23 horas, visto que a potência do motor era baixa, o que era comum naquele período em diversos centros urbanos. Com isso, a urbe passou a partilhar de um dos sonhos da cidade moderna, pois antes a iluminação era feita por lampiões abastecidos com querosenes, instalados no alto de postes de madeira.

Faz-se importante ressaltar que o acesso à iluminação elétrica era restrito às principais áreas e logradouros públicos campomaiorenses, ou seja, a área onde ficava a Igreja Matriz, a Praça Rui Barbosa e adjacências, estendendo-se até a Avenida Getúlio Vargas. Tal fato era comum em muitos espaços citadinos. Nesse sentido, Wanderley, ao estudar a cidade paraibana de Pombal, aponta que no fim da década de 1930 “a luz elétrica inicialmente foi implantada no espaço citadino centralizado, ficando as demais ruas desprovidas de iluminação pública” (WANDERLEY, 2010, p. 35). Quanto à população campomaiorense, somente as pessoas mais abastadas podiam usufruir desse benefício.

Contudo, o equipamento moderno em evidência sofria constantes interrupções, ocasionando assim a frustração dos governantes empreendedores da modernização. Pela Portaria nº 33, de junho de 1936, o prefeito Sigefredo Pacheco já dava autorização para sua reforma. Nesse sentido, observamos ainda que, em agosto do mesmo ano, o gestor decretou a suspensão do eletricitista responsável, pois no:

[...] inquérito que se está procedendo nesta prefeitura já se apurou que a Usina Elétrica desta cidade se encontra com sérias avarias por culpa do eletricitista da mesma encarregado, Edesio Gonçalves das Neves (CAMPO MAIOR, 08 de agosto de 1936).

Para a realização da reforma, o prefeito deixava transparecer a preocupação com a utilização de “material moderno”, conforme observamos:

Informe-me de técnicos insuspeitos sobre a situação da Usina Elétrica da cidade e tendo sido constatada a urgentíssima necessidade de uma reforma, sob pena de desastrosa paralisação do fornecimento de iluminação à população urbana, contratei uma completa remodelação que foi feita com substituições e aperfeiçoamentos que incorporaram à Usina material moderno e eficiente no valor de mais de cinquenta contos de réis (ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL..., 1940, p. 16).

Conforme mencionado, o maquinário da Usina Elétrica 4 de outubro possuía pouca potência, tendo sido instalada em um prédio bastante discreto. Dessa forma, os gestores campomaiorenses, passaram a alimentar o desejo de dar à cidade uma usina de maior porte, devido o crescimento da demanda pelo fornecimento de eletricidade.

A partir do ano de 1942, na administração do prefeito Raimundo Ney Baumann, foi dado início a abertura de crédito para aquisição dos novos equipamentos, bem como para a construção da usina que recebeu a denominação de “Getúlio Vargas”. A inauguração da Usina ocorreu em 18 de abril de 1944, em um prédio bem mais amplo, que contava inclusive com dois pavimentos.

Na Exposição de Motivos ao Decreto-lei nº 65, que organizava o quadro de funcionários da Getúlio Vargas, durante a gestão do prefeito Ascendino Pinto Aragão, ele falava das vantagens dessa usina em relação à anterior. Observamos nas palavras do prefeito a oposição entre o “velho” e o “novo”, onde este representava o moderno, e aquele, o antigo:

A velha usina tinha apenas um motor simples e de pequena potência, além de funcionar somente de 18 às 24 horas.

A nova usina tem dois grandes, possantes e complexos motores, funciona das 12 às 24 horas e mantém serviços anexos, como serrarias e oficinas mecânicas.

Além disto a rede elétrica da cidade é mais extensa, a usina tem capacidade para ampliá-la ainda muito mais e é minha intenção fazê-lo em futuro próximo (CAMPO MAIOR, 01 de agosto de 1944).

Ao atentarmos para a dicotomia novo/velho que se impôs quanto à luz elétrica, torna-se pertinente uma referência às análises de Gagnebin a respeito do moderno em Charles Baudelaire e Walter Benjamin. De acordo com a autora, Baudelaire coloca o moderno como algo paradoxal, quando relacionado ao que é “novo”. Tal contradição se impõe porque “o novo está, por definição, destinado a se transformar no seu contrário, no não-novo, no obsoleto, e o moderno, conseqüentemente, designa um espaço de atualidade cada vez mais restrito” (GAGNEBIN, 1997, p. 143). Dessa forma, “o moderno fica rapidamente antigo”. Quanto à Usina Elétrica em Campo Maior, podemos observar essa assertiva, visto que no recorte temporal de pouco mais de uma década a Usina 4 de outubro, que antes era considerada moderna, passa a ser tida como “velha”, precisando dar lugar

a Usina Getúlio Vargas, que, naquele momento, podia receber a denominação de “nova”.

Não obstante a modernização elétrica, as dificuldades no fornecimento do serviço continuavam, para frustração dos gestores municipais. É o que se pode apreender na Exposição de Motivos ao Decreto-lei nº 79, que tinha como finalidade a reconstrução parcial do prédio da Usina, dado que havia ocorrido um incêndio em novembro de 1944, facilitado pelo aquecimento oriundo da queima da lenha:

[...] Em novembro do ano passado se incendiou o prédio da Usina Elétrica Getúlio Vargas, desta cidade, incêndio que teve como causas, segundo o exame pericial ali procedido o aquecimento excessivo das caldeiras e sua muito próxima colocação do soalho da madeira do segundo andar do pavimento central, de maneira a inflamar aquela madeira já sobremodo ressequida (CAMPO MAIOR, 13 de julho de 1945).

Desse modo, podemos perceber que nem sempre as pretensões governamentais, de pôr em funcionamento equipamentos modernos, eram correspondidas em sua plenitude. No caso da luz elétrica, desde que o serviço passou a ser fornecido em 1932, os problemas eram constantes, deixando Campo Maior frequentemente sob a escuridão. Como podemos notar, a inauguração da Usina Getúlio Vargas ocorreu em abril de 1944, porém, já em novembro do mesmo ano, ocorreu um incêndio nas suas instalações.

No ano de 1933, a cidade de Campo Maior recebeu mais um símbolo do progresso, o avião, ao ser contemplada com um posto de aterrissagem do Correio Aéreo Militar. Ter um campo de pouso para uma aeronave era partilhar de um dos maiores signos do moderno, em uma época que mesmo os automóveis ainda eram raros. Nascimento destaca a felicidade que foi para a população da capital Teresina, quando da chegada desse equipamento moderno: “A cidade sentia-se recebendo um presente dos deuses. [...] O campo de pouso, mesmo ficando distante da zona urbana, atraiu pessoas que queriam ver e tocar aquela máquina voadora” (NASCIMENTO, 2002, p. 178). É interessante percebermos que mesmo Teresina só foi contemplada com a chegada do avião nesse período, pois até então o serviço postal aéreo era realizado por hidroaviões que faziam escala no litoral piauiense. É o que podemos observar no livro do departamento de estatística piauiense, emitido no ano de 1935:

O serviço postal aéreo no Piauí foi iniciado pelos hidroaviões da *Panair do Brasil S. A.*, que fazem escala no porto marítimo de “Luiz Correia” (antigo Amarração), em julho de 1932, em substituição aos da *Nibardo Brasil*, que vinham de 1930. Em 1933, a 20 de dezembro, [...] teve começo o Correio Aéreo Militar que, como aquela empresa, tem prestado relevantes serviços a este Estado. Os aviões dispõem de apropriados campos de aterrissagem nas cidades do interior: *Parnahyba, Piracuruca, Periperi, Campo Maior, Amarante, Floriano e na Capital* (DIRETORIA DE estatística, 1935, p. 125, grifo do autor).

Em 1936, o prefeito de Campo Maior era o médico Sigefredo Pacheco³. Foi na sua gestão que ocorreu a edificação de outro importante símbolo da modernização de Campo Maior, o Cineteatro Glória.⁴ Tal obra, foi uma das principais construções inseridas no bojo da modernização que se operava, estando localizado na Praça Rui Barbosa, a principal da cidade. No ano de 1937, Pacheco deu início a instalação do prédio:

[...] Iniciei a construção de um prédio destinado a cinema e teatro, adquirindo terreno central, todo o material de alvenaria, de teto, lançando os alicerces e erguendo as paredes a mais de meio metro de altura [...] (ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL..., 1940, p. 16).

Essa obra se estendeu pela administração seguinte, visto que quando Sigefredo Pacheco foi substituído no cargo de prefeito o prédio ainda não havia sido concluído. Após ser erguido, não há evidências que o imóvel do Cineteatro ou os equipamentos cinematográficos tenham passado por alguma modificação no decorrer da década de 1930 ou 1940.

Podemos considerar o Cineteatro Glória um edifício relativamente grande, se levarmos em conta a dimensão da cidade, pois possuía dois pavimentos e tinha capacidade para cerca de 200 espectadores. O aspecto cinematográfico prevalecia sobre o teatral. Quanto à sua organização, cada fileira tinha de seis a oito cadeiras, contando com iluminação própria para que as sessões não fossem interrompidas devido a problemas elétricos da rede municipal, além de possuir um palco amplo para as apresentações teatrais.

³ Sigefredo Pacheco comandou o Executivo municipal entre março de 1936 e dezembro de 1937, quando foi retirado do cargo em decorrência do início do Estado Novo, regime ditatorial implantado pelo presidente Getúlio Vargas.

⁴ Como veremos no terceiro capítulo desta dissertação, até então a exibição de filmes em Campo Maior era realizada pelo cinema itinerante.

Sevcenko (1998) ao voltar seu olhar para umas das principais cidades brasileiras, o Rio de Janeiro, nota a difusão desse equipamento urbano e a importância que ele teve para a sociedade carioca, na década de 1930. O cinema era o local que, para as pessoas ditas modernas, era imprescindível frequentar. O autor salienta que:

Se para Renato Murce os anos 30 foram a era de ouro da música brasileira, para o mundo como um todo, Brasil incluído, esse período poderia ser igualmente conhecido como a era do cinema. [...] Cinema nessa época significava estritamente Hollywood. Desde inícios dos anos 20, impulsionado pela situação privilegiada da indústria cinematográfica americana, o mercado de distribuição cresceu rapidamente e as salas de cinema se multiplicaram por toda parte. [...] Ir ao cinema pelo menos uma vez por semana, vestido com a melhor roupa, tornou-se uma obrigação para garantir a condição de moderno e manter o reconhecimento social (SEVCENKO, 1998, p.598-599).

Como Sevcenko (1998) aponta, a produção cinematográfica nesse momento era estritamente norte-americana. Tal fato, não foi diferente em Campo Maior, iniciando com o cinema mudo, e só depois passando a haver a reprodução da fala dos atores. O Cineteatro Glória era um signo da modernização por excelência, pois, como Sevcenko afirma, a década de 1930 foi a “era do cinema”, o que significa que se Campo Maior partilhava desse equipamento estava em sintonia com o mundo moderno.

Entretanto, a aspiração dos governantes de atrair o público e impulsionar essa forma de lazer, que se difundia em diversas cidades, não foi totalmente satisfeita. Além da pouca demanda do público, havia ainda os problemas financeiros que surgiram devido à crise econômica da cera de carnaúba.

2.2 O EMBELEZAMENTO DA URBE: PRAÇAS E ARTÉRIAS URBANAS

Quando investigamos a modernização de cidades, mundo afora, é comum observar em inúmeras delas a existência de uma avenida principal, uma artéria urbana que se torna a “menina dos olhos” dos empreendedores das reformas paisagísticas. No Brasil, temos como um dos exemplos mais marcantes a Avenida Central – depois denominada de Rio Branco – no Rio de Janeiro, primeira cidade do país a sofrer uma grande modificação urbana, no início do século XX, sob o

comando do prefeito Pereira Passos, inspirado na Paris de Haussmann. Jeffrey Needell chama a atenção para a monumentalidade desse imenso bulevar, que se estendia por 1.996 metros, e possuía uma largura de 33 metros. Sobre a grandiosidade da avenida, Needell afirma ainda que:

A avenida havia sido planejada com objetivos que ultrapassavam em muito as necessidades estritamente viárias – ela foi concebida como uma proclamação. Quando, em 1910, seus edifícios ficaram prontos, e o conceito de avenida se completou, uma magnífica paisagem urbana passou a embelezar o Rio. A Capital Federal possuía agora um bulevar verdadeiramente “civilizado” – duas muralhas paralelas de edifícios que refletiam o máximo do bom gosto existente – e um monumento ao progresso do país (NEEDELL, 2003, p. 60-61).

Guardadas as devidas proporções espaciais, em Campo Maior, a via urbana que recebeu a maior atenção do poder público foi a Avenida 5 de Outubro, que passou a receber a denominação de José Paulino a partir do ano de 1948. Se no Rio de Janeiro a Avenida Central passou a ter importantes edifícios que contribuía para o embelezamento da cidade, em Campo Maior, a 5 de Outubro, também recebeu alguns dos principais prédios desse centro urbano: Grupo Escolar Valdivino Tito, Correios e Telégrafos, Banco do Brasil.

A fotografia aérea a seguir, datada do ano de 1934, nos permite entender melhor a localização da avenida, assim como a configuração espacial que a cidade tomou durante o processo de modernização. Vemos um centro urbano acanhado e bastante concentrado em torno da área onde teve início o desenvolvimento espacial de Campo Maior, expandindo-se a partir da Igreja de Santo Antônio e da Praça Rui Barbosa, a mais importante da urbe. Como podemos notar, as primeiras ruas abertas nessa área eram mais estreitas.

Figura 09 – Vista aérea da cidade de Campo Maior
Avenida 5 de Outubro (indicada pela seta vermelha); Igreja Matriz e Praça Rui Barbosa
(indicadas pelo círculo); direção dos carnaubais (indicada pelas setas azuis) (1934)



Fonte: SILVA FILHO, 2007, p. 68

A cidade foi então crescendo no sentido oeste a partir da década de 1930, seguindo os preceitos modernos com ruas mais largas, alinhadas, e quadras perfeitamente retilíneas, que permitiam maior arejamento e incidência da luz. A Avenida 5 de Outubro é uma espécie de marco divisório, pois era uma artéria urbana que possuía uma configuração mais ampla, em contraposição às ruas mais estreitas que ainda vinham da época colonial. Durante o recorte temporal que propomos aqui, a atenção dos gestores ficou voltada para a área que ficava próxima à Praça Rui Barbosa, estendendo-se até a avenida em destaque, sendo esses os espaços onde a modernização foi mais presente.

A Avenida 5 de Outubro havia recebido esse nome em alusão ao dia em que Campo Maior aderiu à Revolução de 1930. Posteriormente, por meio do Decreto-lei nº 11, de 1938, o prefeito Francisco Alves Cavalcante estabeleceu uma nova designação para essa via pública, dessa vez sob a denominação de “Getúlio Vargas”, em referência ao presidente da República à época.

Uma das principais preocupações do governo municipal, no momento aqui abordado, foi com a expansão do calçamento das ruas com paralelepípedo, discurso

que passa a se repetir constantemente nos decretos-lei, desde o início da década de 1940. É necessário destacarmos que a preocupação dos administradores era com as ruas localizadas na área central, refletindo o desejo de embelezar, sobretudo, aquela região do espaço citadino.

Nesse sentido, a Avenida Getúlio Vargas ocupou lugar de destaque. A exemplo disso, em 1943, era visível a preocupação do governo municipal com a aparência desse logradouro urbano. O prefeito Ascendino Pinto Aragão, ao decretar a desapropriação de um terreno que interrompia o andamento da expansão da Avenida, expõe os motivos que o levaram a tomar essa decisão:

A „Avenida Getúlio Vargas“, a mais bela desta cidade, é interrompida por um velho muro que a afeia e a torna, até certo ponto, anti-higiênica, pelo acúmulo de lixo e outros dejetos que ali é feito. É pois, de inteira conveniência e de maior urgência que do traçado da avenida se faça retirar tal muro, a fim de que tais inconvenientes fiquem remediados, pois que desaparecido dali, removido terá sido o acúmulo de materiais ruinosas à saúde pública [...]. A dita avenida ficará mais ampla e mais bela [...] (CAMPO MAIOR, 10 de julho de 1943).

Notamos aí dois elementos que fizeram parte do imaginário moderno dos governantes em diversas partes do Brasil: o embelezamento urbano e o ideário sanitário. Fabio Gutemberg de Sousa destaca que esses pressupostos se tornaram comuns em muitas reformas urbanas ocorridas no Brasil desde a segunda metade do século XIX, que traduziam preocupações estéticas e higiênicas especialmente direcionadas para as áreas centrais das cidades. De acordo com esse autor, tais fundamentos “foram articuladas em torno do ideário de civilização e progresso comum em países como França e Inglaterra; no século XX, seriam incorporados projetos de urbanização de cidades norte-americanas” (SOUSA, 2003, p. 63).

Marshall Berman observa que em São Petersburgo a rua que mais se destacava era a Newski, “a mais longa, mais larga, mais bem iluminada e pavimentada” (BERMAN, 1986, p. 186). Tal artéria urbana antecederia, no início do século XIX, até mesmo os bulevares da Paris de Haussmann. Berman relata que era “um espaço urbano caracteristicamente moderno”, visto que congregava “a retidão, a largura, o comprimento e a boa pavimentação” (BERMAN, 1986, p. 187). Nesse sentido, guardadas as devidas proporções espaciais, percebemos que a Getúlio

Vargas em Campo Maior possuía essas mesmas características e cumpria o papel de ser a mais moderna da cidade.

A memorialista Silvia Sousa cita um poema elaborado por uma campomaiorenses chamada Socorro Paz, no qual é feita uma referência a Avenida Getúlio Vargas (atual José Paulino). A artéria urbana é colocada como a melhor da urbe, porém, no mesmo poema é também ressaltado como animais ainda eram presentes nas ruas de Campo Maior, contrastando com a boa estética da Getúlio Vargas. Socorro Paz relembra:

O ontem de que falo
Tenho muito o que contar
Mas somente coisas boas
Quero hoje lembrar

As ruas com poucos carros
Trânsito livre pra se andar
Carroças, cavalos e jumentos
Também podiam trafegar

Avenida Zé Paulino
A mais larga e bem calçada
Por isso era também
Sempre a mais movimentada
(PAZ, Apud SOUSA, 2010, p. 58).

No Relatório de Governo, do ano de 1942, apresentado pelo interventor Leônidas Melo ao presidente Getúlio Vargas, havia menção à pavimentação que estava sendo efetuada em Campo Maior: “Fez calçamento em alguns trechos das ruas „Siqueira Campos”, „Senador José Eusébio”, Quintino Bocaiúva” e praças „Floriano” e „João Pessoa” [...]” (RELATÓRIO, 1942, p. 137). É necessário atentarmos que esses locais ficavam todos situados na área central, refletindo o desejo do governo de embelezar aquela região do espaço citadino.

Nesse ponto, é importante observarmos as memórias de Marcos Vasconcelos, pois a rua onde morava permite visualizar o contraponto da modernização, dado que não havia pavimentação. Segundo ele, os moradores de sua rua eram pessoas simples, em geral artifices, e chamavam o local de “Rua da Lagoa”, porque quando as chuvas eram mais fortes havia alagamentos, chegando mesmo a invadir as residências. Vejamos como ele descreve a rua na qual nasceu e residiu durante a infância e adolescência:

Nasci na cidade de Campo Maior-PI [...] na rua Maranhão, 58, que o povo batizou de Rua da Lagoa. [...] Era uma rua de casas simples, sem calçamento, cheia de camadas de pedras, refletindo o modesto padrão de vida de sua gente. [...] Nas chuvas fortes, formavam-se enormes cachoeiras, para suplício dos moradores. As águas invadiam as casas e corriam rumo às quintas de capim [...] (VASCONCELOS, 2008, p. 15-16).

Célia Ferraz de Souza aponta que é comum a população atribuir designações a logradouros públicos que diferem da denominação tida como oficial. Utilizando o esclarecimento da autora, podemos dizer que a “Rua da Lagoa” tem a sua nomenclatura inspirada em um “referencial físico natural”, ou seja, as enchentes que formavam uma espécie de lagoa. Desse modo, a autora observa que se estabelece forte ligação entre o morador e o nome que é dado por ele a determinado logradouro, levando ao “esquecimento do nome original e ao fortalecimento do apelido identificado com a população que lhe batizou” (SOUZA, 2001, p. 139).

Ainda em 1942, o prefeito Francisco Alves Cavalcante decretou a abertura de crédito para a continuação do serviço de calçamento. Apesar de não ter recebido aprovação, essa lei nos ajuda a entender o imaginário progressista do prefeito. Segundo ele, a pavimentação de ruas “se impõe, quer pelo crescente progresso da cidade, quer por ser um serviço que vem beneficiar grande número de pessoas que necessita de trabalho [...]” (CAMPO MAIOR, 18 de abril de 1942). Desse modo, colocava como justificativa não só a necessidade de dar andamento ao “progresso”, mas também, buscava usar como argumento o exercício de seu papel enquanto provedor de melhoria de vida dos campomaiorenses naquele momento conturbado, devido a Segunda Guerra Mundial, e ainda a “crise climatérica que ora assola o Nordeste constituindo uma verdadeira calamidade [...]” (CAMPO MAIOR, 18 de abril de 1942).

Em 1947, na gestão de Humberto Bona, a preocupação com a estética urbana de Campo Maior continuava sendo um dos motivos que ocasionou a autorização da desapropriação de um terreno com vistas à construção de um beco ligando as ruas Cel. Eulálio Filho e Cel. Rafael Oliveira. Segundo o prefeito, tal “ligação é necessária à estética das ruas citadas e facilita o trânsito de pedestres e veículos” [...] (CAMPO MAIOR, 05 de julho de 1947).

Conforme observamos, Humberto Bona não estava preocupado apenas com o embelezamento ao baixar o decreto supracitado. Seu interesse direcionava-se,

igualmente, para a facilitação do movimento de importantes máquinas modernas do período, que em Campo Maior eram principalmente o automóvel e, em menor medida, a motocicleta, acessíveis somente a pessoas abastadas. No entanto, o “trânsito de veículos”, o qual Humberto Bona se referiu, nas décadas de 1930 e 1940, ainda era bastante limitado. É relevante dizer que, em 1938, apesar de a cidade possuir uma das maiores quantidades dos transportes existentes do Piauí, estes ainda eram poucos, distribuídos da seguinte forma: automóveis particulares (6), automóveis de praça (3), caminhões (7) e motocicletas (3) (DIRETORIA de Estatística, 1938, p. 183). Ora, nesse período, embora os anseios modernos falassem no “trânsito veículos”, o que ocorria é que o meio de transporte mais comum continuava sendo animais de montaria, no caso, o cavalo.

Por volta do fim dos anos 1940, já havia um aumento dessas máquinas em território campomaiorense, embora Francisco da Silva Cardoso afirmasse que ainda eram raras. O memorialista arrisca-se inclusive a descrever todas elas, citando inclusive seu modelo, cor e proprietário. De modo geral, Cardoso (2011, p. 114-117) refere que as motos eram cerca de uma dezena; quanto aos automóveis sua quantidade gravitava em torno de trinta.

A preocupação com o aformoseamento do espaço citadino campomaiorense era uma constante, que, obviamente, não estava restrito apenas às artérias urbanas. Era presente também no que se refere às praças públicas, afinal eram pontos de concentração dos transeuntes e, por isso mesmo, tinham que passar uma boa imagem.

O primeiro logradouro público, instalado para servir de espaço de lazer e sociabilidade, foi a Praça Rui Barbosa, que sofreu completa remodelação na gestão do prefeito Francisco Alves Cavalcante. A praça passou a ser a principal da cidade, contando com ajardinamento, coreto, diversos bancos e iluminação elétrica, tidas como fundamentais para lhe dar uma boa aparência. Era o principal ponto de adensamento populacional de campomaiorenses, até mesmo porque ficava situada atrás da Igreja Matriz. Além do mais, ao se aproximar o final da década de 1930, foi edificado o Cineteatro, em suas proximidades.

Nas imediações da Rui Barbosa, e também da Praça João Pessoa (atual Bona Primo), localizada à frente da Igreja Matriz, ficavam ainda importantes casas comerciais, assim como algumas relevantes instituições públicas, dentre elas, Fórum, Delegacia, Cadeia, Prefeitura Municipal.

Na imagem seguinte, o fotógrafo capturou uma parte da Praça, por volta de 1940, onde podemos notar do lado direito o Bar Santo Antônio, fundado em 1934, por Antônio Músico. Próximo ao Bar, havia um alto-falante, que provavelmente tinha como uma das suas finalidades a transmissão do ideário trabalhista de Vargas. Segundo Gomes, o governo federal queria dar máxima abrangência à divulgação do programa “Hora do Brasil”, e, para tal, “aconselhava [...] que sobretudo nas cidades do interior, fosse transmitido por alto-falantes instalados em logradouros públicos, praças e vias de maior movimento” (GOMES, 2005, p. 213). Na foto, observamos também a presença das plantas, que serviam não só à estética, mas também para amenizar o calor. Uma delas, a que está à direita, na fotografia, é uma das quatro carnaúbas que foram plantadas em alinhamento, na época em que a Rui Barbosa sofreu sua primeira reforma.

Figura 10 – Praça Rui Barbosa (década de 1940)



Fonte: SILVA FILHO, 2007, p. 71

Na administração do prefeito Edgar Miranda, foi editado o Decreto-lei nº 76, de 21 de maio de 1945, intencionando fazer uma segunda “remodelação do jardim da Praça Rui Barbosa”. Segundo o prefeito, esse importante espaço precisava sofrer uma nova reforma, pois, estavam ocorrendo problemas elétricos que deixavam a praça até mesmo “às escuras”, o que, é claro, não correspondia ao que se esperava de uma cidade moderna:

Com efeito, esse principal logradouro da cidade estava carecendo de passar por uma remodelação no seu serviço de iluminação, pois a

velha instalação de luz, por força mesmo do tempo, já muito estava deixando a desejar, não só por trazer o jardim e toda a praça constantemente às escuras, como ainda por estar sendo uma fonte de circuitos que vinha prejudicando a luz da rua, como a das casas particulares.

Sendo, como é, uma instalação subterrânea, foi mister fazer-se uma total remodelação, na qual se empregou não só material elétrico, como cimento, areia e outros de construção (CAMPO MAIOR, 21 de maio de 1945).

Não obstante as tentativas de modernizar a Praça Rui Barbosa, havia quem denunciasse que nem tudo estava em consonância com o discurso progressista dos governantes. As reformas do espaço citadino foram alvo de crítica do jornal campomaiorense *O Estímulo*, em uma matéria que tinha como título “O Urbanismo”, que circulou em 5 de maio de 1946. A princípio, era destacado que os gestores muito pavimentaram e pouco arborizaram, contribuindo assim para o aumento do calor:

[...] Campo Maior é uma terra quente.

Nos meses de Agosto, Setembro, Outubro e Novembro então, mal se pode estar dentro de casa, porque é o jeito.

Não há logradouros, praças bem arborizadas, vastas e moralizadas onde se possa espairecer um pouco e respirar melhor.

Parece que os competentes poderes deviam ter se ocupado disto, em vês de tanto calçamento, que sem arborização das ruas vem aumentando o calor (O ESTÍMULO. Campo Maior, 05 de maio de 1946, p. 2).

Na sequência, as críticas são voltadas especificamente para a Rui Barbosa, visto: “que só tem de grande o nome. Cercada, abeirando um passeio muito alto, algumas figueiras, 4 carnaubeiras e duas moitas de bambu. Nos canteiros, que, há 3 anos não têm sossego, vicejam muito bem; jacinto, capim e beldroegas...” (O ESTÍMULO. Campo Maior, 05 de maio de 1946, p. 2).

Na finalização da matéria, temos ainda referências que constituem contrapontos ao ideal modernizador, pois havia a circulação de animais na praça, quando na verdade deviam estar presos em nome da estética e da higiene. Apreendemos ainda que o objetivo não era apenas uma crítica às reformas urbanas operadas. *O Estímulo* tinha forte orientação católica, tendo inclusive como diretor o vigário da cidade, o padre Mateus Rufino. Dessa forma, preservava valores familiares moralizadores que estavam sendo “pervertidos” na praça:

[A praça] tem bonitos bancos. De dia são camas dos vagabundos. À noite, sob a luz das estrelas, são “divãs” para colóquios e carícias dos casaquinhos e, à alta da noite são testemunhas mudas do trabalho construtor dos bezerros, jumentos e porcos!...

É assim a praça Rui Barbosa.

As famílias têm deixado de frequentar. Têm razão.

Ali nada as diverte e muito há que as perverte (O ESTÍMULO. Campo Maior, 05 de maio de 1946, p. 2).

A Rui Barbosa era a praça principal, mas não a única. No período no qual nos debruçamos aqui, foram feitos investimentos em outras duas praças, a “Marechal Floriano” e a “João Pessoa”. Esta última foi crescendo em importância somente após a década de 1950 em diante, a ponto de tornar-se a mais importante de Campo Maior. A partir de 1948, recebeu a denominação de Praça Bona Primo. Era bastante ampla, localizava-se em uma área central, em frente à Igreja Matriz, embora no início dos anos 40, Vasconcelos (2006. p. 99) afirme que ainda era somente “um grande largo de terra batida” usado pelas crianças em suas partidas de futebol. Contudo, em razão da sua localização, por esse período já havia começado a receber a atenção dos governantes que deram início à sua pavimentação.

Contudo, no período que investigamos aqui, a segunda praça mais importante era a “Marechal Floriano”. A primeira obra pública relevante, construída nessa praça, foi o Mercado Público, edificado na década de 1920, aparecendo em primeiro plano, centralizado, na fotografia a seguir. Esse retrato é do ano de 1934, e podemos notar que ainda não havia calçamento, do mesmo modo que também não existia arborização. Na fotografia, há um importante indício de como, apesar das pretensões urbanísticas modernas, o modo de vida rural estava bastante presente, como indica a presença de uma pessoa montada a cavalo⁵, transporte ainda muito usual naquela época. Por outro lado, podemos observar, do lado esquerdo da fotografia, uma edificação de dois pavimentos, considerada moderna para a época.

⁵ Apesar do poder público prever até mesmo a aplicação de multas, caso fossem apreendidos animais, o senhor Jaime da Paz (2013) recorda que muitos animais andavam livremente nas ruas, mesmo porque vários eram criados, em grande quantidade, próximo à área central.

Figura 11 – Praça Marechal Floriano (1934)



Fonte: LIMA, 1995, p. 306

Livrar as ruas de Campo Maior de animais, nas décadas de 1930 e 1940, ainda era tarefa inviável. Podemos perceber isso nitidamente se levarmos em consideração como era feito o fornecimento de água na residência da população. Vasconcelos recorda em seu livro de memórias que toda a água era transportada em animais de carga, e quem possuía melhores condições financeiras tinha o privilégio de comprar o referido líquido na porta de casa. Segundo o autor:

Às vezes fomos apanhar água também nos poços públicos situados na beira do Açude Grande, puxando um jumento com cangalha e duas ancoretas dependuradas. [...] Essa rotina diária só era quebrada quando podíamos comprar a bendita água na porta de nossa casa diretamente da carroça-pipa de propriedade de D. Rosina, esposa do Sr. Silvio Andrade, que vendia água potável “azul” do poço de sua fazenda Lindóia (VASCONCELOS, 2006, p. 23-24).

Quanto à Praça Marechal Floriano – denominada “Luiz Miranda” após 1948, em homenagem ao Intendente que autorizou a construção do Mercado Público – foi no decorrer da década de 1940 que ocorreram as maiores reformas urbanas. Dentre elas, destacamos a implantação do calçamento e a instalação da “Coluna da Hora”, um grande Relógio que dava maior destaque à praça, comum em muitas cidades durante o Estado Novo, pois demarcava o tempo do trabalho, uma das preocupações existentes no período varguista. De frente para o Mercado Público ficava uma importante firma, a Casa Inglesa, que, conforme havíamos analisado, tinha como uma de suas especialidades a comercialização da cera de carnaúba.

2.3 A EXPANSÃO DOS SERVIÇOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

A instrução pública era um dos principais focos dos governantes estaduais e municipais no recorte em estudo, afinal, um estado e uma cidade que almejavam ao progresso precisavam investir na educação. No município de Campo Maior, durante a década de 1930, mas de forma muito mais intensa nos anos 1940, foram edificadas muitas escolas pela administração municipal, das quais daremos atenção aqui aos estabelecimentos da área urbana.

A expansão da instrução pública tornou-se um dos alvos do imaginário moderno difundido no Brasil, durante a Era Vargas⁶. Segundo Nascimento (2002, p. 61), após a Revolução de 1930, surgiu com muita força o ideal de expansão do número de salas de aula de modo a levar mais alunos às escolas piauienses. No Piauí, a intenção era implantar pelo menos um grupo escolar em cada município.

Nesse sentido, em Campo Maior, destacamos aqui a primeira escola pública a ser construída: o Grupo Escolar Valdivino Tito, inaugurado em julho de 1934, fruto de uma parceria com o governo piauiense. Segundo Luís Mendes Ribeiro Gonçalves, diretor de Obras Públicas na gestão do interventor Landry Sales: “as despesas com a construção eram divididas entre governo estadual e o município... O Estado fornecia metade da verba e a outra metade ficava com o município” (GONÇALVES, Apud, NASCIMENTO, 2002, p. 62).

O Grupo Escolar foi estabelecido na Avenida 5 de Outubro (atual Avenida José Paulino), a principal da cidade, pois a suntuosidade de seu prédio simbolizava o nível de adiantamento que a cidade alcançara no setor educacional. Sousa aponta que os colégios edificados na administração de Landri Sales tinham como pressupostos a monumentalidade arquitetônica e a organização no seu funcionamento:

[...] Eram construídos conforme os objetivos do grupo escolar [...] em sua maioria incrustado bem no centro das cidades, ou em locais de maior importância, denotando uma medida majestosa e fruto de um ensino organizado. O aparelhamento das escolas primárias, fornecimento de material didático e mobiliário adequado foram uma constante (SOUSA, 2009, p. 124).

⁶ De acordo com Sílvia Brito (2001, p. 248), naquele período, o progresso brasileiro tinha como uma de suas principais bases a educação; esta funcionava como importante elemento que se atrelava ao discurso da construção da nacionalidade e da identidade do trabalhador brasileiro, que estava sendo moldada nas instituições de ensino.

A instituição de ensino foi criada para o funcionamento das aulas do Ensino Primário, pois, até então, ocorriam em um prédio que havia sido alugado em 1929, situado próximo à Praça Rui Barbosa. Contava com cinco salas, que comportavam cerca de 40 alunos, cada uma. De acordo com Silva Filho (2007, p. 280), muitas construções escolares desse período tinham fachadas que pouco as diferenciava das residências. O autor também nota que era marcante as grandes janelas verticais, uma platibanda central, bem como a simetria presente na planta do prédio, como podemos observar:

Figura 12 – Grupo Escolar Valdivino Tito (1934)



Fonte: LIMA, 1995, p. 311

A instalação do Grupo Escolar Valdivino Tito atendia apenas a demanda do Ensino Primário. Porém, no ano de 1946, foi criado o Ginásio Santo Antônio para atender também a Educação Secundária. Fundado pela iniciativa privada, entretanto, passou a receber ajuda financeira da Prefeitura Municipal com frequência, tornando-se uma das obras constantemente associadas ao progresso e ao moderno.

O próprio governo municipal havia tentado instalar o Ginásio Municipal Santo Antônio no ano de 1943, contudo, o Projeto-lei elaborado para essa finalidade foi rejeitado, frustrando o sonho governamental de ver Campo Maior adquirir maior abrangência no ensino público. Nesse momento, o prefeito Raimundo Ney Baumann destacava entre seus argumentos que as escolas primárias, apesar de serem muitas, estavam lotadas. Desse modo, o Ginásio devia atender esse nível da educação, e no futuro era sua pretensão “ampliar o campo de ação do estabelecimento de modo a ministrar ensino secundário segundo os modernos preceitos”. Além disso, Ney Baumann ressaltava que auxiliaria as pessoas pobres

que não podiam dar continuidade a seus estudos fora de Campo Maior. A instrução pública era uma de suas bandeiras, pois, para ele, uma cidade “civilizada” requeria educação: “[...] facilitar e difundir o ensino em Campo Maior que já alcançou foros de civilização foi meu objetivo ao criar o Ginásio Municipal Santo Antônio” (CAMPO MAIOR, 13 de maio de 1943).

Rinaldo Leite (1996, p. 35-36), ao investigar a cidade de Salvador, do princípio do século XX, refere que o ideal de civilização passa a ganhar contornos nos centros urbanos principalmente devido à expansão do mundo capitalista e crescimento das cidades, que ocorreu a partir da segunda metade do século XIX. Leite assevera que civilizar, progredir, modernizar eram palavras de ordem para determinados segmentos sociais “esclarecidos”, como dirigentes políticos, médicos sanitaristas, higienistas, educadores. As palavras que faziam parte do imaginário modernizador de determinadas elites, citadas pelo autor, também tiveram ressonância em Campo Maior e eram constantemente ressaltadas por seus governantes.

Contudo, conforme dissemos, o sonho do poder público acabou não se concretizando. De acordo com o Almanaque do Cariri (1952, p. 606), a sua fundação ficou a cargo de um grupo de importantes proprietários particulares campomaiorenses, dentre eles o padre Mateus Rufino, que estava à frente da paróquia de Campo Maior, Hilson Bona, juiz de Direito, e o prefeito Waldeck Bona. O Ginásio teve início como um externato implantado em 1945, sob a denominação de Instituto Santo Antônio, funcionando a princípio somente o curso Primário e de Admissão.

O funcionamento do Ginásio ocorreu em um imóvel que antes era a residência de Inácio Fontenele. Ficava situado um pouco afastado da região central da cidade, em uma rua sem calçamento que ficava sujeita a alagamentos na estação chuvosa. No retrato seguinte, do ano de 1947, contrastando com a suntuosidade do prédio, vemos inclusive que a rua estava tomada por plantas que nasceram livremente, sem que tivesse sido feito ainda uma limpeza pelo poder público.

Figura 13 – Ginásio Santo Antônio



Fonte: VASCONCELOS, 2006, p. 56

No momento em que o Ginásio estava sendo posto em funcionamento, Waldeck Bona, um de seus fundadores, era o gestor do Executivo municipal. Em sua administração, foram concedidos vários auxílios à estruturação desse estabelecimento de ensino. O primeiro ocorreu em maio de 1946, por meio do Decreto-lei nº 95. Na Exposição de Motivos, o prefeito destacava que o Ginásio era fundamental para Campo Maior, dado que esta já era uma cidade moderna, possuidora de grande demanda na área da educação:

A criação de um ginásio nesta cidade é empreendimento que já se impõe pelas proporções do meio.

Temos uma densa população, uma cidade moderna e somos já um povo instruído, portanto, nossos filhos, que já precisam de instrução, devem recebê-la aqui mesmo, visto já ser isso possível (CAMPO MAIOR, 17 de maio de 1946).

Em outubro de 1946, Waldeck Bona concedeu novo subsídio ao Ginásio, dessa vez autorizando a doação de um terreno que seria usado na ampliação das instalações do prédio. No entanto, é possível que a obra, a qual fazemos referência, não tenha sido levada a cabo, pois, no ano de 1948, foi baixado o Decreto-lei nº 26 que revogava tal concessão. Não obstante, é importante para percebermos os sonhos que o poder público alimentava em relação à urbe, onde a instrução pública era diretamente associada ao progresso do povo e da própria cidade que se modernizava, deixando claro ainda, a sua preocupação com a estética urbana que seria beneficiada, como podemos observar:

Sendo a instrução um fator primordial de progresso e engrandecimento de um povo e sendo o terreno solicitado necessário às ampliações do Ginásio que será a casa de luz e o tabernáculo de saber de nossa terra, não hesitei em fazer a cessão solicitada cômico do dever que pesa sobre o administrador, de auxiliar, por todos os meios a educação e instrução de seus munícipes. Quanto de benefícios se converterá em favor de nossos jovens, tanto de melhoramento advirá para o próprio urbanismo, pelo aumento do prédio, sobremodo notável embelezamento da rua (CAMPO MAIOR, 29 de outubro de 1946).

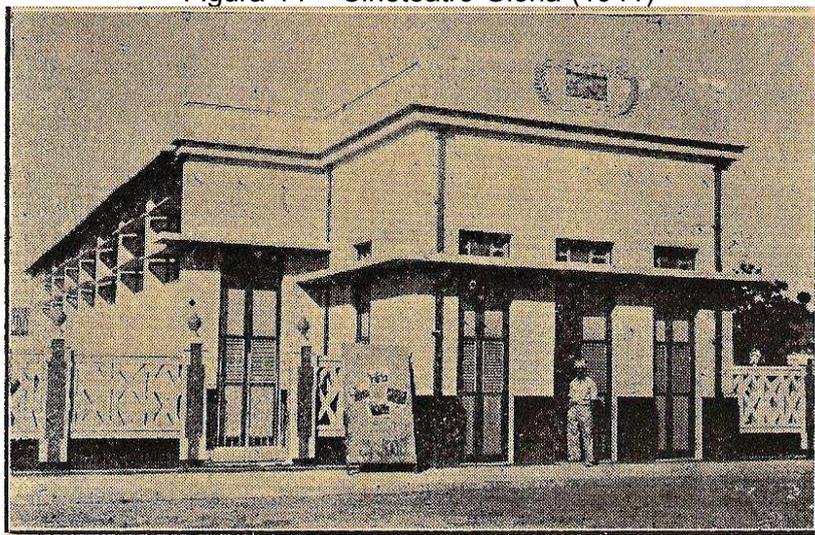
Ainda em novembro de 1946, o Ginásio Santo Antônio recebeu pela terceira vez a atenção do poder público. O investimento governamental estava voltado “para aquisição de gabinetes de física e química, de gabinete biométrico e de uma sala de geografia” (CAMPO MAIOR, 19 de novembro de 1946). Os equipamentos se tornariam patrimônio definitivo do Ginásio após dez anos de sua utilização. Mais uma vez, entre os argumentos de Waldeck Bona, era destacado que a instituição de ensino em tela era de grande valia para o “progresso de sua terra”, enfatizando também que o seu “fracasso seria a destruição de fogueiras [de] esperanças da mocidade campomaiorense, especialmente daqueles jovens que não podem buscar, noutras paragens, luzes para seu espírito” (CAMPO MAIOR, 19 de novembro de 1946).

2.4 A NOVA ARQUITETURA E A HIGIENIZAÇÃO DA CAMPO MAIOR MODERNA

Nascimento (2002, p. 159-162) refere que, na década de 1930, sobretudo após a instalação do Estado Novo (1937-1945), ocorreu a construção de prédios na cidade de Teresina que tinham uma arquitetura que anunciava uma clara ruptura com as edificações mais antigas da capital. Essa nova arquitetura tinha como características principais a conjugação da suntuosidade com linhas simples e retas. Em Campo Maior, essa tendência também pode ser observada nos imóveis públicos que surgiram nos anos 1930 e 1940, bem diferentes das residências particulares ou recintos públicos da época precedente.

O prédio que inaugura esse estilo em Campo Maior é o do Cineteatro, o qual já analisamos alguns aspectos. Podemos notar na fotografia como eram marcantes as características citadas anteriormente. Além do mais, sua estrutura já anunciava certa verticalidade, que lhe dava a condição de moderno, afinal, construções de dois pavimentos no fim da década de 1930 eram raras.

Figura 14 – Cineteatro Glória (1941)

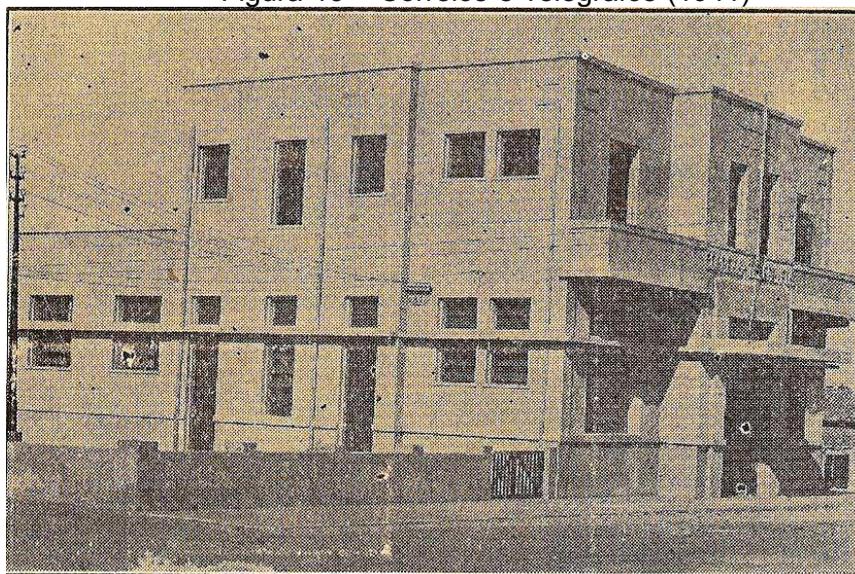


Fonte: ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1941, p. 284

Investigaremos mais detidamente também três outras edificações da década de 1940 que seguiam os preceitos da nova arquitetura, a saber, Correios e Telégrafos, Banco do Brasil e Centro Operário Campomaioireense.

Na Avenida Getúlio Vargas, foi instalada a sede dos Correios e Telégrafos no início dos anos 40. Ficou a cargo da prefeitura fazer a doação do terreno para o Governo Federal, que foi responsável pela sua edificação. Conforme podemos notar, era marcante a presença dos traços modernos mencionados, além de contar com certa verticalidade, visto que tinha dois andares, contribuindo assim para o embelezamento da mais importante artéria urbana de Campo Maior:

Figura 15 – Correios e Telégrafos (1941)



Fonte: ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1941, p. 293

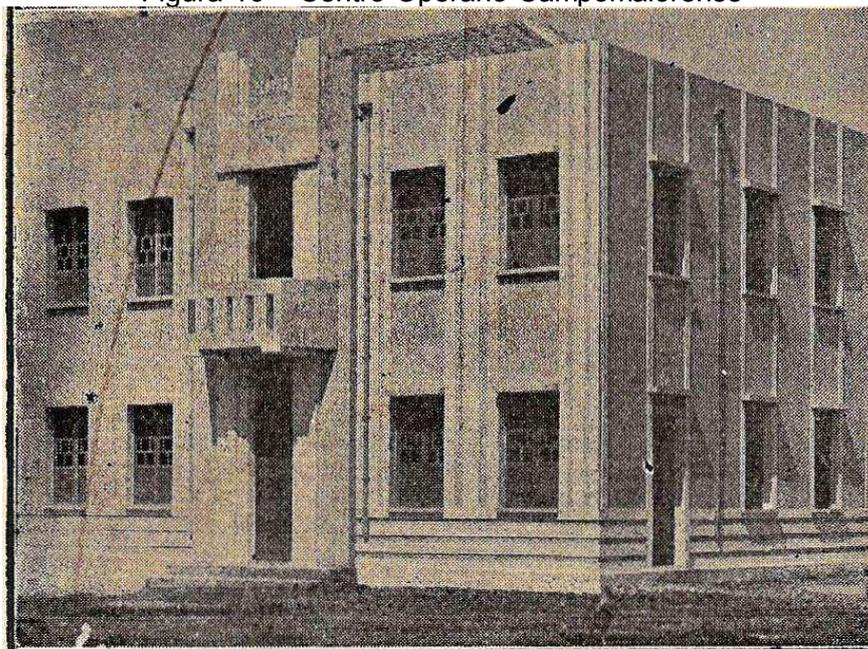
Contrastando com a suntuosidade do edifício, havia a dificuldade e morosidade no trânsito das correspondências, pois, muitas vezes, o transporte usado era a bicicleta, ou mesmo o cavalo, bastante comum naquele período. Essa situação se agravava caso a mensagem a ser transmitida tivesse como destino a zona rural de Campo Maior. É o que nos relata a senhora Socorro (2013), ao falar da complicação para a entrega de um telegrama no povoado Matinhos, informando a morte de um senhor casado com uma tia sua. Segundo a entrevistada, o transporte usado foi uma bicicleta.

Entre os poucos prédios de dois andares que existiam, além dos Correios e Telégrafos, estava o do Centro Operário Campomaiorense. Embora não existissem operários em Campo Maior, visto que não havia fábricas, o prédio em evidência recebia esta denominação. Também planejado segundo os preceitos modernos em foco, o edifício seguia as linhas do estilo *art déco*, que foi uma tendência marcante em diversas cidades brasileiras nas décadas de 1930 e 1940, tradutora das modernas concepções arquitetônicas.

Ocorre que a construção de uma sede própria era aspiração dos artesãos campomaiorenses, dentre eles, alfaiates, carpinteiros, marceneiros, sapateiros. É necessário ressaltar que a edificação do imóvel foi realizada a partir da conjugação de verbas dos trabalhadores, e auxílios concedidos pelo poder público estadual e municipal. Foi uma obra marcada pela morosidade, pois, na segunda metade da década de 1930, já havia menção à sua construção, porém, em 1946, ainda havia registro que suas instalações não haviam sido concluídas.

Correia (2010, p. 16) salienta que no Brasil a arquitetura de inspiração *art déco* esteve em alguns momentos vinculada a “edifícios institucionais que abrigavam funções de um Estado que se modernizava e expandia”, relacionando-se assim diretamente com os ideais dos governantes campomaiorenses. A autora cita algumas características do *art déco* que podemos identificar no Centro Operário, das quais evidenciamos aqui: geometrismo, linhas simples na ornamentação das fachadas, às vezes possuindo decoração em alto-relevo, além do ideal de verticalidade em maior evidência no centro do prédio. Na fotografia a seguir, do ano de 1941, podemos verificar alguns dos traços em destaque:

Figura 16 – Centro Operário Campomaioireense



Fonte: ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1941, p. 282

O prédio localizava-se um pouco mais afastado da área central da cidade, sendo uma obra de interesse também do governo estadual, visto que pela Lei nº 92, de 1936, o interventor Leônidas Melo concedia um subsídio de 5.000\$000 (cinco contos de réis), a ser pago assim que a construção do edifício tivesse início. O interesse, até mesmo do governo estadual, por essa instituição é perfeitamente compreensível, se levarmos em conta as palavras de Ângela Castro Gomes. A autora refere que no pós-30, com a chegada de Vargas à presidência da República, o trabalhador tornou-se figura de destaque no cenário brasileiro. Quanto às ligações entre governo e operariado, Gomes sugere que naquele período:

O estatuto de trabalhador é o que dá identidade social e política ao homem brasileiro, fato magistralmente materializado pela criação da carteira de trabalho e pela definição da vadiagem como crime. A cidadania, fundada no gozo dos direitos sociais do trabalho e no reconhecimento das associações profissionais – ambos tão almejados e demandados pela classe trabalhadora durante décadas –, é sancionada com a articulação de um pacto político entre Estado e classe trabalhadora que, ao se efetuar, constrói estes dois atores que assim se conhecem e reconhecem (GOMES, 2005, p. 27).

Ademais, o Centro Operário mantinha ainda a Escola Operária Getúlio Vargas, na qual era ministrada aula para o Ensino Primário, que, apesar de

pertencer a essa associação, recebia subvenções da Prefeitura Municipal, já que o crescimento da educação era uma de suas metas basilares.

Por ser um prédio que tinha arquitetura moderna, conforme mencionamos, o Centro Operário na época da sua construção recebia auxílios do poder público, não só devido às funções que exercia, mas também por contribuir para o embelezamento de Campo Maior, preocupação constante dos governantes, como vimos. Ao expor os motivos que o levaram a subvencionar a edificação do imóvel, Waldeck Bona, um dos prefeitos mais preocupados com a estética da cidade, no período em estudo, ressaltava a importância dada a esse aspecto:

O “Centro Operário Campomaioense”, associação de classe local, empreendeu a construção de um prédio próprio para sua sede, porém a precariedade de seus recursos não permitiu a conclusão da obra que é de dois andares. O prédio é obra de valor que merece amparo do poder público. Mesmo porque sua conclusão será obra de urbanismo, pelo embelezamento que empresta à cidade (CAMPO MAIOR, 17 de maio de 1946).

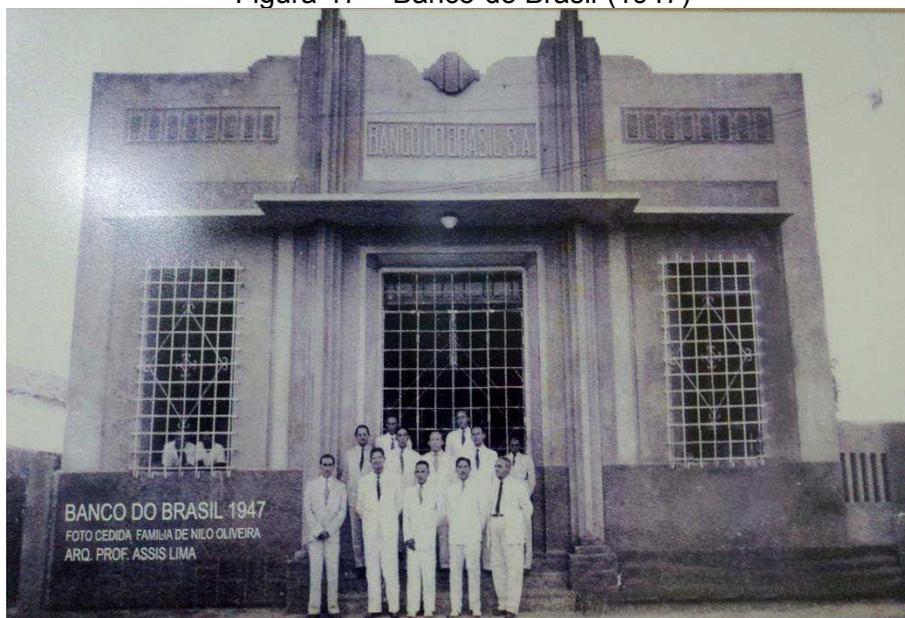
A construção de um edifício de dois andares, a exemplo do Centro Operário, era de grande interesse de Waldeck Bona porque tinha, além da dimensão estética material, um forte aspecto simbólico, pois era diretamente associado ao moderno. Sousa, ao estudar Campina Grande entre os anos de 1930 e 1945, também observa a importância que era dada aos prédios de mais de um andar. Sousa (2003, p. 67) afirma, inclusive, que em Campina Grande, em algumas ruas centrais, só era permitido pelo governo local a instalação de imóveis com mais de um pavimento.

Para termos ideia de como tal obra era relevante para os preceitos modernos em voga em Campo Maior, basta ressaltar que no ano de 1935, o Departamento de Estatística do Piauí (1935, p. 90) contabilizou apenas seis casas que tinham mais de um pavimento. Portanto, o prédio em destaque tinha enorme carga simbólica, dado que contribuía para o *status* de cidade moderna que se impunha em Campo Maior. Destacamos ainda que, apesar de parecer um número baixo, a quantidade de casas apontadas na estatística, apenas Teresina e Parnaíba tinham mais residências com essas características no Piauí, com 48 e 49 domicílios, respectivamente.

Outro imóvel que seguia os pressupostos arquitetônicos do *art déco* era o Banco do Brasil, instalado em Campo Maior, também na Avenida Getúlio Vargas. Dentre as características presentes, inerentes ao *art déco*, podemos notar: simetria

e geometrismo, ideia de verticalidade central, ornamentação em baixo relevo, grades de metal e marquise. São esses os aspectos perceptíveis na fotografia seguinte, datada do ano de 1947:

Figura 17 – Banco do Brasil (1947)



Fonte: Arquivo particular de Assis Lima

O Banco do Brasil foi implantado devido ao crescimento comercial da cidade, sendo Campo Maior um dos poucos espaços citadinos contemplados com uma filial, pois, até então, eram restritas aos centros urbanos de Teresina, Parnaíba e Floriano. Possivelmente, suas atividades tiveram início no fim da década de 1930.

No que diz respeito à higienização do espaço urbano, como é sabido, esse ideal fez parte do imaginário do poder público em diversas cidades que passaram por um processo de modernização. Nesse sentido, podemos citar a análise de Fernanda Alves (2010) acerca da questão habitacional no Nordeste brasileiro, durante as primeiras décadas do século XX, com destaque para a cidade da Parahyba do Norte, atual João Pessoa, capital do Estado da Paraíba. A autora observa que a preocupação que povoava a mente dos idealizadores da reforma urbana estava voltada para um segmento social bem específico, ou seja, sobretudo: “as aglomerações de trabalhadores pobres, mal alojados em casas de palha e quartos de um cômodo, nos vários becos espalhados pela cidade, uma grave ameaça a saúde pública” (ALVES, 2010, p. 64). Tais habitações, consideradas insalubres e inestéticas, ameaçavam a higiene e precisavam ser removidas.

No que diz respeito a Campo Maior, essa urbe seguiu caminhos em busca da higiene que destoam da cidade anteriormente citada, dado que a preocupação dos gestores municipais concentrou-se, sobretudo, em dois prédios públicos: o Matadouro Municipal e o Mercado Público. Mesmo porque Campo Maior não tinha grandes aglomerações de prédios, visto que ainda era um centro urbano em desenvolvimento.

Nesse contexto, colocamos em relevo, inicialmente o Mercado Público, construído ainda na década de 1920, durante a administração do intendente Luiz Miranda. Era bastante amplo, localizado na Praça Marechal Floriano, com venda de carne no centro do imóvel e uma grande quantidade de pequenos comércios instalados em seu entorno, onde eram vendidos produtos de origem vegetal para alimentação, e até mesmo tecidos. Antes da existência do Mercado, um dos principais alimentos vendidos, a carne, era comercializada sem nenhuma atenção aos princípios da higiene. Um cronista campomaiorenses chamado Irmão Turuka deixou registrado no jornal *A Luta*, de 02 de março de 1969, que: “os açougues eram verdadeiros cubículos salitrados, sem higiene é verdade, mas de muita prestimosidade”. Em sua escrita saudosista, o articulista nos dá exemplo de um desses “cubículos”, ao falar de Aderson Sampaio, um dos vendedores de carne, que tinha o seu “açougue instalado num velho quartinho nos fundos da casa onde está o bar do Bona Neto” (A LUTA. Campo Maior, 02 de março de 1969, p. 02).

O governo municipal investiu em uma primeira reforma na década de 1930, tendo ocorrido sua inauguração no ano de 1939, quando da administração de Francisco Alves Cavalcante. Em 1945, o prefeito Edgar Miranda, através do Decreto-lei nº 77, mostrava-se preocupado com a higienização, ao autorizar a abertura de crédito para efetuar o pagamento da remodelação do Mercado:

[...] que se encontrava em péssimas condições de asseio e higiene. Urgia, em consequência, uma remodelação total e imediata, pois a saúde pública já começava a sofrer os males decorrentes do estado em que se encontrava (CAMPO MAIOR, 21 de maio de 1945).

Para o prefeito Edgar Miranda, higienização, limpeza, eram palavras de ordem para as atividades ocorridas no Mercado, afinal, Campo Maior precisava estar em sintonia com as concepções sanitárias modernas, que naquele contexto significava a oposição entre materiais velhos, como madeira, e novos, representados

pelo cimento e o mármore. É o que podemos apreender na Exposição de Motivos ao Decreto-lei nº 77, que aprovou a abertura de crédito para o pagamento das despesas feitas com a reforma do Mercado:

[...] Meu antecessor projetou e executou uma reforma completa daquele Departamento de serviço municipal, de modo a satisfazer às modernas condições de higiene.

Com efeito, ali vemos hoje, em substituição aos velhos açougues de grades de madeira sujos, novos e higiênicos açougues de cimento com bancas de marmorito, além do serviço de esgoto e substituição total do piso e revestimento interno de suas paredes inclusive de todos os quartos que são alugados (CAMPO MAIOR, 21 de maio de 1945).

No ano de 1946, Waldeck Bona, grande comerciante local, assume o cargo de prefeito. O novo gestor mantém como um dos princípios de seu governo o ideal de higienizar, voltando sua atenção para a tentativa de construir um Mercado de Frutas. Sousa, ao investigar a reforma urbana de Campina Grande (1930-1945), refere que a atenção às condições sanitárias e o embelezamento da cidade estavam estreitamente ligadas à tentativa de “erradicar os maus hábitos e costumes dos seus moradores, dar-lhe uma nova fisionomia e plasticidade e criar usos condizentes com os padrões da civilidade burguesa” (SOUSA, 2003, p. 65). Essa observação é igualmente pertinente no que se relaciona a Campo Maior, pois, como observamos na Exposição de Motivos ao decreto que autorizou a edificação do Mercado de Frutas, havia certa indignação quanto à forma de venda das frutas, demonstrando que nem tudo estava condizente com as representações de cidade moderna, proclamadas pelos governantes:

A construção de um mercado para a venda de frutas nesta cidade é obra de inadiável necessidade, em benefício da higiene pública, que a venda de frutas, feita, como vem sendo, avulsamente, pelas ruas e em barracos nas proximidades do mercado público, vem prejudicando grandemente a população, por não se observarem menores preceitos de higiene (CAMPO MAIOR, 29 de agosto de 1946).

Em seguida, Waldeck Bona argumenta, ainda, que Campo Maior já estava em avançado estado de desenvolvimento e que além das vantagens que seriam alcançadas, no que tange à salubridade, a obra pública em questão também contribuía para o “embelezamento da cidade”. Dessa forma, temos uma importante

pista que nos permite entender que, para o prefeito, uma cidade moderna estava diretamente ligada à higiene, e igualmente à estética.

Já o Matadouro Público foi uma obra levada a cabo na primeira metade da década de 1930. Instalado em uma área distante do centro, teve uma reforma autorizada pelo prefeito Edgar Miranda no ano de 1945. Segundo ele, as razões que ensejaram as modificações no Matadouro foram as fortes chuvas que ocorreram em 1945, danificando todas as instalações.

Nesse sentido, Edgar Miranda afirma a preocupação com a higiene daquele departamento público:

O estado arruinado em que ficou depois do inverno, reclamava urgente reparação, para que a administração e os munícipes não sofressem os prejuízos decorrentes daquele seu estado ou de sua falta.

Para remediar isso, resolvemos promover a reconstrução de todo o Matadouro (casa, suas dependências, currais e cercados), de modo a torná-lo em condições de higiene e aptidão para bem preencher aos seus fins (CAMPO MAIOR, 08 de outubro de 1945).

Devemos realçar, também, que o ideal de higienização, divulgado pela elite política, devia se estender também aos ambientes particulares. Ao fazer um relatório da sua administração, o prefeito Sigefredo Pacheco mencionou a atenção dispensada por ele à higiene das residências:

Velei para que a construção de casas na cidade obedecesse às normas mínimas de higiene e conforto, estabelecendo altura mínima para as paredes e teto, de modo que ficassem mais ventiladas no verão e menos úmidas na estação chuvosa (ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL..., 1940, p. 16).

O poder público conseguiu que seu pressuposto higienizador tivesse ressonância nas habitações privadas. Foi o que identificamos em um anúncio do jornal teresinense *O Momento*, que trazia a propaganda de uma hospedaria campomaiorenses denominada Pensão Portela. No anúncio, buscava-se deixar claro que elementos fundamentais para a salubridade estavam presentes, a saber, “luz e ar em abundância”:

[Pensão Portela] Completamente remodelada, com sala de refeições atendendo à higiene e bom gosto. Água corrente. Aposentos para casais e solteiros. Ótima mobília. Luz e ar em abundância. Perfeita

instalação sanitária. Cozinha brasileira, sadia e variada. Bebidas geladas. Criadagem distinta e diligente (O MOMENTO. Teresina, 24 de outubro de 1937).

Apesar das pretensões dos governantes de tornar Campo Maior uma urbe mais “asseada”, podemos notar na fala de Dona Iracema os contrapontos e limites da modernização, ao se referir ao Mercado e o Matadouro:

Mercado vinha a carne na carroça, vinha lá de perto da, das carnaubeiras para acolá, chamavam Pintados. Lá matavam o boi, era assim: no campo mesmo, era um Matadouro, uma imundice, aí botavam nas costas, jogavam dentro de uma carroça velha suja, aí chegavam, botavam o fígado, era colocado, se estragava, aí traziam para o Mercado (SANTOS, 2013).

Os governantes representavam Campo Maior como uma cidade progressista, em elevado nível de “adiantamento” no cenário piauiense, e por isso mesmo tinham como um dos seus principais pressupostos o investimento em obras capazes de dar melhor higienização à cidade dita moderna. Contudo, a rememoração de Dona Iracema nos dá um indício para entender que nem sempre as representações de cidade moderna e progressista, feitas pelos governantes, estavam em harmonia com os antigos hábitos dos moradores.

No decorrer de nossa investigação, analisamos as práticas modernizadoras efetuadas pela elite política dominante, que voltou seu olhar para a cidade e investiu em diversos equipamentos urbanos ditos modernos, bem como em obras públicas, durante o período compreendido entre os anos de 1930 e 1947. Na medida em que as reformas paisagísticas eram operadas, os gestores construía representações em torno de Campo Maior, nomeando-a como uma cidade moderna, progressista, civilizada.

No entanto, também encontramos referências que nos indicam que, na cidade moderna, havia espaço, igualmente, para contradições que frustravam os administradores municipais. Percebemos isso até mesmo nos próprios documentos administrativos, nos quais, por vezes, os governantes campomaiorenses afirmavam que nem tudo estava indo conforme o imaginário moderno articulado por eles. Pudemos ver esses contrapontos em diversos aspectos: problemas constantes na luz elétrica; reclamações quanto aos prejuízos gerados pelo Cineteatro; animais soltos na rua; morosidade em obras públicas como o Centro Operário; práticas anti-

higiênicas, contrárias aos ideais difundidos pelos prefeitos. Dessa forma, podemos concluir que apesar do imaginário modernizador dos gestores municipais, houve momentos em que a cidade sonhada teve que conviver com a cidade real.

Até aqui, investigamos Campo Maior a partir da ótica dos governantes que levaram a cabo a modernização urbana. Entretanto, é preciso considerar que estes não foram os únicos que pensaram a cidade e traduziram seu imaginário sobre aquele tecido urbano. Havia também as “pessoas simples”, aqueles sujeitos que não pertenciam a elite política, mas que, igualmente, possuem um olhar singular sobre a urbe.

Pretendemos agora analisar essa outra cidade, contando para tal com recordações de campomaioreses que não figuram na documentação oficial, mas que estavam lá, presentes na Campo Maior dita moderna. Dessa forma, devemos deixar claro que não estabelecemos assim uma dicotomia governantes/populares, pois consideramos que o espaço cidadão é construído por todos. Porém, seguiremos agora o caminho que nos permite entender como moradores da cidade traduziram/traduzem aquele novo espaço cidadão das décadas de 1930 e 1940, buscando compreender sua vivência, modo de pensar, diversão, sociabilidade, sensibilidade.

3 VIVÊNCIAS POPULARES NA CIDADE MODERNA: RECORDAÇÕES DE MORADORES CAMPOMAIORENSES

3.1 AS NOVAS SENSIBILIDADES: IMPACTO DA ILUMINAÇÃO ELÉTRICA, AVIÃO E CINETEATRO NA VIDA DE CAMPOMAIORENSES

De acordo com o observado no segundo capítulo, a cidade de Campo Maior, no período em apreço, destacou-se pelas diversas práticas modernizadoras realizadas pelos gestores municipais, que influenciaram na caracterização da cidade como moderna, progressista e civilizada.

As mudanças ocorridas na urbe foram impressas no subjetivo dos indivíduos que participaram da inclusão dos diversos eventos de reestruturação do espaço urbano de Campo Maior, no período de 1930-1940. O relato das experiências de pessoas que vivenciaram esse período de transformações no espaço urbano de Campo Maior se apresenta como elemento essencial na análise da História Cultural dessa cidade, por nos permitir compreender não só aspectos do cotidiano dessas pessoas, mas também, por trazer subsídios que possibilitam entender, ainda que de forma fragmentária, os impactos que as intervenções urbanas provocaram naquele espaço citadino.

Desse modo, destacamos a sua subjetividade enquanto indivíduos que também traduziram o seu olhar sobre a cidade, almejando perceber quais as sociabilidades que se desenvolveram, assim como as novas sensibilidades que permearam a vida dos campomaiorenses. Para isso, enfatizamos os populares, a sua visão de mundo a respeito da moderna Campo Maior.

Seguindo esse raciocínio, Pesavento (2007) ressalta a importância da análise da experiência pessoal para a compreensão do passado, embora tenhamos que perceber sua relação com o mundo social o qual investigamos:

A sensibilidade revela a presença do eu como agente e matriz das sensações e sentimentos. Ela começa no indivíduo que, pela reação do sentir, expõe o seu íntimo. Nesta medida, a leitura das sensibilidades é uma espécie de leitura da alma. Mas, mesmo sendo um processo individual, brotado como uma experiência única, a sensibilidade não é, a rigor, intransferível. [...] É a partir da experiência pessoal que se resgatam emoções, sentimentos, ideias, temores ou desejos, o que não implica abandonar a perspectiva de que esta tradução sensível da realidade seja historicizada e socializada para os homens de uma determinada época. Os homens

aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos através da sua inserção no mundo social, na sua relação com o outro (PESAVENTO, 2007, p. 13-14).

Para efeito de melhor entendimento, consideramos dois modos de ver a repercussão das modificações urbanas em Campo Maior durante o período de 1930-1940: no primeiro caminho que trilhamos, buscamos compreender o impacto que os equipamentos modernos (energia elétrica, avião, cinema) tiveram em Campo Maior; posteriormente, atentamos para a forma como as reformas paisagísticas do espaço público (praça pública, Grupo Escolar Valdivino Tito, Centro Operário) foram apropriadas pelos populares.

Para nos ajudar na investigação da sociedade campomaiorenses durante este período, contamos com quatro entrevistas temáticas, realizadas com pessoas idosas que nasceram em Campo Maior e viveram sua juventude nessa cidade, durante o período investigado. Contamos com a colaboração dos seguintes interlocutores: Augusto Pereira (89 anos, estudante, auxiliava sua família na labuta cotidiana), Maria do Socorro de Sousa (88 anos, atuou na produção da cera e em atividades domésticas), Jaime da Paz (92 anos, estudante, trabalhou na casa comercial dos familiares com quem residia) e Iracema Lima Costa Santos (91 anos, estudante, realizava trabalhos relacionados à área da Saúde). Nesse sentido, aplicamos um Termo de Consentimento livre e esclarecido, assinado pelos entrevistados, dando-nos liberdade para utilizar os seus depoimentos em nosso trabalho¹.

Acrescidos às entrevistas, foram utilizados ainda três livros de memória, escritos por campomaiorenses, que nos auxiliam a compreender essa cidade nas décadas de 1930 e/ou 1940: *Raízes de Pedra*, escrito por Marcos Vasconcelos (2006); *Estrelas no chão: memórias*, elaborado por Joaquim Pereira de Oliveira (1997); *Campo Maior: recordações*, de autoria de Sílvia Melo de Sousa (2010). Dos três livros elencados, apenas o último não foi escrito por uma pessoa que vivenciou o período, visto que Sílvia Sousa elabora sua narrativa a partir das recordações de pessoas que viveram a época sobre a qual nos debruçamos.

Para o entendimento das apropriações que os populares fizeram da urbe, foram fundamentais também as recordações de Antônio Andrade Filho, conhecido

¹ Para a escolha das pessoas entrevistadas, utilizamos como critério principal o fato de a pessoa não ter pertencido à elite da sociedade campomaiorenses na época investigada; ou seja, privilegiamos os populares, cidadãos comuns da urbe.

como Irmão Turuka. Escrevia para o jornal local *A Luta*, no final dos anos 1960. Contudo, demos atenção aqui às matérias saudosistas desse articulista, que colocava em relevo o cotidiano de Campo Maior durante as décadas de 1930 e 1940, época de sua juventude.

A Campo Maior das décadas de 1930 e 1940 ainda era uma cidade onde todos se conheciam e a vida dos outros era sempre um bom assunto a se discutir. Desse modo, as pessoas:

Sabiam de tudo do seu universo restrito e disparavam a língua nos mal feitos dos outros. Os bem feitos não animavam a conversa, porque a vida alheia sempre foi uma delícia para matar a ociosidade e o tédio (VASCONCELOS, 2006, p. 16).

Na Praça João Pessoa (atual Bona Primo), que ficava situada na área central, o entretenimento era o mais simples possível, com “brincadeiras de prendas e danças de rodas, onde os pequenos, moças e rapazes se divertiam”, já os mais idosos “conversavam nas ‚bocas da noite”” (A LUTA, 25 de agosto de 1968, p. 286).

Para termos uma ideia de como Campo Maior ainda era um espaço citadino marcado pela tranquilidade, é só observarmos o adensamento populacional que se formava devido um pequeno rádio de pilha, no início da década de 1930:

Quando chegou o primeiro rádio em Campo Maior quem comprou foi seu Deoclécio [...]. Rapaz, rádio chegou muito cedo aqui, eu era criança. Eu sei que ali tinha o Mercado Velho, e ele botava o rádio na porta e ficava [...] gente para ouvir, mas não tinha transmissão boa, a gente só entendia blublublu, mas não entendia nada (SANTOS, 2013).

Em face do exposto, podemos imaginar o impacto que as maquinarias modernas causaram em Campo Maior, gerando novas sensibilidades e proporcionando uma maior movimentação à cidade. Nesse contexto, a iluminação pública foi o primeiro ícone moderno a chegar a Campo Maior, sendo responsável por despertar novas sensibilidades naquela cidade, uma vez que esta havia adentrado o século XX com suas ruas totalmente às escuras, sem contar nem mesmo com lampiões, os quais chegaram à urbe no ano de 1904. Esta situação está registrada em uma crônica intitulada “Passado e Presente”, onde Irmão Turuka transcreve um trecho do jornal teresinense *A Gazeta*, referindo que:

Esta cidade, como já se deve saber por aí, não é mais uma cidade das trevas: 43 lampiões projetam, à noite, sua belíssima luz sobre as ruas, que ficam perfeitamente iluminadas. Esse melhoramento introduzido pelo Conselho Municipal é digno dos maiores encômios (LIMA, 1995, p. 322).

Como podemos perceber, por essa época os lampiões eram uma grande conquista material e simbólica, digna de comemoração.

Quanto ao espaço privado, o senhor Jaime da Paz, que chegou a Campo Maior no fim dos anos 1920, recorda como era a iluminação nesse período, e destaca que, nas residências, as pessoas, de modo geral, “usavam muito era lamparina”, e acrescenta também que “geladeira, essas coisas ninguém tinha não. Não, porque nem tinha energia nesse tempo; depois é que [chegou a luz elétrica]... Acho que foi em 30 e pouco, rapaz, no tempo de Chico Alves até” (PAZ, 2013). Ainda sobre esse aspecto, a senhora Iracema afirma que “de dentro do dormitório, a gente usava, chamavam, era uma candeiazinha de óleo, não é? Para não ter fumaça, era o que se usava dentro dos dormitórios à noite” (SANTOS, 2013).

Se, a princípio, nas residências das pessoas mais simples a chegada da luz elétrica não causou mudanças, no espaço público esse ícone moderno provocou transformações, dado que era um grande avanço se comparado aos antigos lampiões. Ao observar as desvantagens desse sistema de iluminação, Aranha (2005, p. 118) destaca que os mesmos não forneciam uma “iluminação das mais brilhantes”, além de não ficarem acesos durante toda a noite, visto que eram apagados pela pessoa que havia acendido, ou esgotavam o combustível que tinha sido depositado. Aranha enfatiza o traço modernizante da iluminação elétrica que era o acionamento por via automática, a partir de uma chave geral, sobrepondo-se assim aos lampiões.

Da época da instalação da iluminação elétrica pública, o senhor Augusto deixa transparecer como ficou cristalizada em sua memória a figura do prefeito Francisco Alves Cavalcante, que foi considerado uma espécie de “arauto do progresso”:

[...] Francisco Alves Cavalcante era prefeito de Campo Maior. Comprou uma usina, ele mesmo, assim como prefeito se encarregou, eletrizou a cidade, a cidade passou a ter luz elétrica [...]. Nas ruas também, as ruas eram iluminadas, as ruas e as casas, as casas eram iluminadas [...]. Os postes eram de aroeira, madeira, uns postes muito grossos, espalhados não é, na cidade, não é? Os fios instalados, fio elétrico, daí eles puxavam para as casas, para as residências, para as praças (PEREIRA, 2012).

Ao falar do episódio da inauguração, o entrevistado recorda em tom de exaltação, pois, para ele, essa era uma grande conquista, afinal Campo Maior até então vivia sob o “escuro”:

Uma satisfação muito grande na cidade, uma vibração, uma coisa muito, muito satisfatória na cidade, cidade ter luz elétrica, não é? Porque, a cidade, eu conheci ela no escuro, não é? Não tinha luz, não tinha nada [...]. Francisco Alves Cavalcante não era nem de Campo Maior, ele era um batalhense², ele foi alto comerciante de Campo Maior, e foi prefeito, um homem que lutou muito pelo desenvolvimento de Campo Maior, essa que é a verdade (PEREIRA, 2012).

O senhor Augusto discorreu sobre a euforia quando da inauguração. De outro modo, a senhora Iracema relata que assistiu tal evento, porém, percebemos que ela vê essa aquisição material e simbólica sob outra perspectiva, sem muito entusiasmo. Entretanto, o que permanece como lugar-comum é a lembrança que os dois têm das “melhorias” feitas pelo prefeito Francisco Alves. Passados 81 anos do acontecimento em questão, a senhora Iracema recorda aquele momento fazendo certa comparação com a iluminação contemporânea, e, por isso, não demonstra muito admiração:

Eu era criança, foi na gestão de coronel Francisco Alves Cavalcante, era prefeito naquela época [...]. Era pequenininha, eu assisti a inauguração, as lâmpadas, uma aqui outra acolá, pareciam umas lamparazinhas velhas, e só gente muito importante tinha nas suas casas. Devia ser caro e difícil porque o motor não tinha força mesmo para estender tanto, não é? Aí, passou para ali aonde é o Quartel³, e lá era a lenha e não sei o que teve, uma explosão que teve, um incêndio, e aí passou muito [tempo] desativada, aí, depois mandaram ajeitar [...] (SANTOS, 2013).

Como a senhora Iracema salienta, a iluminação elétrica tinha o seu caráter excludente, dado que nem todos podiam usufruir desse equipamento urbano. Impunham-se as dificuldades com a aquisição do material para a instalação, além de ser necessário pagar uma taxa pelo serviço, dificultando assim o acesso para a população mais pobre que continuava tendo que usar lamparinas abastecidas com querosene. Pesavento (2002, p. 274-275) também destaca que a chegada da

² Natural do município de Batalha, localizado na região norte do Piauí, a cerca de 110 km de Campo Maior.

³ O Quartel, a que a entrevistada se refere, é o atual 2º Distrito Policial de Campo Maior.

iluminação elétrica em Porto Alegre, no final do século XIX, era um privilégio de poucos, pois ficou restrita apenas à região central, bem como às pessoas abastadas.

De acordo com o depoimento do senhor Jaime da Paz, a energia elétrica só chegou a sua casa por volta da década de 1940, quando residia na Avenida Getúlio Vargas. É importante observar que a instalação da energia elétrica na residência do mesmo foi favorecida pela localização da rua no contexto urbano da cidade, já que era necessária uma menor quantidade de fios, visto que os cabos que transmitiam a eletricidade estavam presentes nessa artéria urbana.

Michel de Certeau (1994) afirma que os indivíduos comuns da cidade são marcados fortemente pela sua capacidade de inventar o seu próprio cotidiano, frente às dificuldades que se impõem. A cidade é um espaço planejado pela elite dominante, contudo, há uma cultura popular que prolifera “as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de gerir” (CERTEAU, 1994, p. 174). Nessa perspectiva, destacamos que a senhora Iracema também teve a felicidade de partilhar do símbolo moderno em destaque, pois relata que seu irmão, com seus conhecimentos mecânicos, instalou a iluminação, embora não fosse proveniente da Prefeitura:

A energia lá em casa, quando eu consegui, meu irmão já era rapaz. Eu já era mocinha, de meus vinte anos, mais ou menos. Fui para o interior, quando eu cheguei, ele era mecânico, aí tinha botado uma lâmpada na sala, só uma lâmpada na sala (SANTOS, 2013).

A eletricidade gerada pela Usina Elétrica 4 de Outubro funcionava das 18 às 24 horas. A instalação da Usina Getúlio Vargas, ocorrida posteriormente, deveria estender esse horário de funcionamento. No entanto, captamos na fala de alguns entrevistados que isso não ocorria. A senhora Iracema recorda que no seu trabalho tinha dificuldades quando precisava da eletricidade fora do horário estabelecido pelo poder público. Contudo, o local onde ela trabalhava como enfermeira tinha como um dos donos o influente político Sigefredo Pacheco, capaz de utilizar os serviços da Usina mesmo durante o dia, já que podia pagar pelo fornecimento da eletricidade. A entrevistada recorda:

[...] Quando eu comecei a trabalhar na Farmácia Pacheco, em 43, ainda não tinha luz de dia, eu fazia umas aplicações elétricas e o Dr.

Sigefredo pedia luz às três horas da tarde [quinze horas], e eu trabalhava até às dez horas da noite [vinte e duas horas] fazendo, antes da luz se apagar também, não era? (SANTOS, 2013).

Prorrogar o funcionamento da eletricidade não era um privilégio acessível a todos os campomaiorenses. A senhora Socorro relembra outra possibilidade para que a iluminação artificial se estendesse: “[...] quando tinha o velório de uma pessoa, que tinha condição, aí era até mais tarde, tinha, acho que aí era a noite toda, a gente dizia assim: olha a luz foi fulano que morreu! Aí, tinha luz. Tinha luz até mais tarde [...]” (SOUSA, 2013).

Não obstante, há indícios de que as prorrogações do funcionamento da Usina Elétrica não estavam tendo o retorno financeiro esperado pelo poder público local, pois, havia gente que não pagava pelo serviço concedido. No ano de 1944, por meio da Portaria nº 35 – que segundo consta não teve execução – o prefeito Ascendino Pinto Aragão buscava regular essa situação ao determinar “ao Eletricista da Usina Getúlio Vargas que absolutamente não prorrogue a luz além da hora regimental sem expressa autorização do Prefeito e pagamento adiantado da luz pretendida” (CAMPO MAIOR, 28 de setembro de 1944).

Wanderley observa que na cidade de Pombal a chegada da iluminação elétrica provocou mudanças na vida noturna daqueles habitantes citadinos. Segundo a autora, devido a tal equipamento moderno “surgiu uma nova cartografia noturna, o que ocorria em função dos usos e invenções dos seus habitantes” (WANDERLEY, 2010, 42).

Em Campo Maior também podemos notar algumas novas sensibilidades e sociabilidades proporcionadas em decorrência do ícone moderno em foco. Ora, os antigos lampiões não ofereciam grande claridade, mas com a luz elétrica a situação se modificava. O dia agora podia ser “alongado”, permitindo a existência de novas práticas pelos campomaiorenses. O senhor Augusto é quem nos fala da cartografia da noite em Campo Maior, após o advento da iluminação artificial:

[...] Cidade era cidade, não é? Ruas claras, o centro, as praças, as praças como aquela praça que fica lá detrás da Igreja de Santo Antônio, a Rui Barbosa. A Praça Bona Primo que é aquela praça em frente à Igreja de Santo Antônio, e por aí vai, umas pequenas praças do centro mais iluminadas e o resto era iluminado por poste, e poste de oitenta metros de distância um do outro, luz aqui, luz lá na frente (PEREIRA, 2012).

O lazer em Campo Maior ganhou novo impulso após a instalação do referido equipamento moderno. A senhora Socorro recorda, com certo saudosismo, as noites em que a luz elétrica era prorrogada devido à existência dos bailes, que eram uma das poucas possibilidades para sair da rotina naquela acanhada cidade. Segundo ela: “Eu ia olhar o sereno do baile chamado, a gente ficava olhando as pessoas dançando, mas era só quando tinha essas festas assim que tinha luz até terminar a festa, quando terminava, a luz ia embora também” (SOUSA, 2013).

A chegada da luz elétrica ocasionou grandes modificações na Campo Maior das décadas de 1930 e 1940, fazendo com que o espaço público fosse ocupado pelos transeuntes após o crepúsculo. Para as pessoas abastadas da cidade significou uma conquista material contar com esse equipamento em suas residências. Contudo, é preciso considerar também que nem todos foram beneficiados. As ruas mais afastadas da área central teriam que continuar às escuras, ou sob a iluminação dos velhos lampiões. Já os sujeitos simples, em sua maioria, teriam que seguir utilizando suas lamparinas, já consideradas ultrapassadas, mas, de qualquer modo, era o que lhes era acessível naquele momento.

No princípio da década de 1930, a instalação da luz artificial impactou a população campomaiorense. Mas, esse decênio seria responsável ainda pela chegada de outro ícone moderno, ou seja, o avião. Segundo Sevckenko (1994, p. 77-78), ao analisar a cidade de São Paulo dos anos 1920, “a nova grande sensação” a partir desse período era essa máquina moderna, que provocou imenso alvoroço entre os paulistanos. Alguns tiveram a chance de apreciar um voo, outros tiveram que se contentar em apenas admirar aquele invento.

Em Campo Maior, segundo a senhora Iracema, o avião pioneiro foi comandado por um campomaiorense, o capitão da Força Aérea Manoel de Oliveira, embora não possamos afirmar se este pouso foi realizado em razão dos serviços do Correio Militar, dado que a mesma senhora destaca que Manoel de Oliveira veio fazer uma espécie de homenagem à sua família, após ter estudado tanto tempo fora da cidade.

De acordo com Reginaldo Lima (1995, p. 242), o capitão Manoel de Oliveira havia nascido em Campo Maior no ano de 1909, ingressando como cadete em 1926 na Força Aérea Brasileira, onde fez toda sua carreira como militar e aviador. Faleceu ainda jovem, aos 26 anos, vítima de um acidente aéreo enquanto realizava

acrobacias em uma solenidade pública. Tornou-se marcante na memória dos que viveram aquele período, não só porque era um piloto campomaiorense, mas também devido a sua morte trágica. Nesse sentido, Sevcenko (1994, p. 78) observa que a aviação em São Paulo era assunto recorrente nos anos 1920 devido aos recordes de altura, distância, velocidade que eram quebrados, e, igualmente, em decorrência das mortes trágicas que causava.

A senhora Iracema diz ter assistido ao momento marcante da chegada do avião, e revela que o local escolhido para fazerem o campo de pouso localizava-se onde hoje é o Bairro Cariri, sendo necessário retirar grande quantidade de carnaubeiras para receber a aeronave. José Miranda, um articulista do jornal *A Luta*, em uma matéria de 07 de outubro de 1972, relembra que o impacto causado com a chegada desse avião é comparável ao momento em que adentrou o primeiro automóvel em Campo Maior, no ano de 1924. Segundo José Miranda:

Os acontecimentos que registraram a chegada do primeiro automóvel em nossa terra causaram profunda impressão ao que, como eu, tiveram a oportunidade de presenciá-los, só comparáveis àquele outro da descida aqui, em campo provisório, feito às pressas, dia e noite, do primeiro avião pilotado pelo campomaiorense Capitão Manoel de Oliveira, memorável figura humana roubada muito cedo do convívio de seus semelhantes. Tanto num como no outro, a lembrança continua viva, e jamais se apagará enquanto vivos permaneceremos, embora tendo isso acontecido em longínquas searas (A LUTA, Campo Maior, 07 de outubro de 1972, p. 02).

No momento em que pousava a primeira aeronave em solo campomaiorense a agitação era grande, afinal, não era todo dia que se via uma máquina que podia voar e ainda transportar pessoas. A senhora Iracema rememora que “tinha muita gente lá, era gente demais. Foi ele [capitão Manoel de Oliveira que] se formou e veio fazer essa homenagem à mãe dele” (SANTOS, 2013).

A disciplina escolar à época era bem rígida, mas aquele não era um dia como qualquer outro. Desse modo, a senhora Iracema disse que estudava no Grupo Escolar Valdivino Tito, quando ainda funcionava próximo à Igreja, e, exatamente no momento em que o avião aterrissava, estava havendo aula. Segundo ela, a professora tentou evitar a saída dos alunos, mas isso não os impediu de presenciar o importante acontecimento:

Ah, meu Deus do céu! Rapaz, eu era estudante nesse Valdivino aí perto da Praça, e a diretora em vez de mandar os alunos irem uma coisa assim não, quis foi impedir na hora, e teve lá um que era muito gaiato [riso], empurrou ela e passou por cima dela e a turma toda, todo mundo saiu! Era a Dona Briolanja Jesuína Oliveira, a primeira professora formada (SANTOS, 2013).

A entrevistada acrescenta ainda, demonstrando certa indignação em relação à professora: “Ora mais, como é que uma coisa dessas não, não permitir aos alunos saírem para ir!” (SANTOS, 2013). A senhora Iracema lembra ainda, segundo ela, com precisão, o que lhe falou seu avô Joaquim Bostoque da Costa Araújo, que era ligado ao Centro Operário. Segundo ela, o seu avô era uma pessoa muito inteligente, e teria feito certa previsão ao ver o pequeno avião, o que mostra como a máquina voadora influenciou na imaginação dos moradores:

[...] Quando chegou o avião, que foi um filho da terra que trouxe, eu tinha talvez uns dez anos [...]. Eu fui, era ali na Baixa, mandaram tirar um bocado de carnaubeira e meu avô disse também: – esse aí só conduz três pessoas, mas virá tempo de conduzir é cento e tantas pessoas. Como ele tinha ideia das coisas, não era? Era inteligente! (SANTOS, 2013).

Após esse primeiro avião que pousou em Campo Maior, houve a partir de 1933, o do Correio Aéreo Militar. Este marcou menos a memória dos entrevistados. O senhor Jaime afirma que a aeronave vinha poucas vezes, e era considerado perigoso assistir à sua chegada, havendo inclusive uma área demarcada onde as pessoas podiam ficar.

Não obstante os empecilhos, aquela máquina moderna também impactou a população e, de acordo com o senhor Jaime, quando alguém dizia, “olha o avião, lá vem, todos corriam para olhar”. Se o acesso ao campo de pouso em Campo Maior não era fácil, isso não foi motivo suficiente para retirar o entusiasmo da população com o avião. Nesse sentido, nosso entrevistado recorda que “trabalhava na casa do comércio lá desse meu tio [com quem o entrevistado morava] a gente via o avião passando, aí ele gostava de dizer assim: – „olha, ali, vai gente ali dentro” [riso] (PAZ, 2013)”.

Data da década de 1930 a chegada de outro importante símbolo moderno em Campo Maior, o cinema, capaz de despertar inúmeras sensibilidades, além de ser um importante local de sociabilidade. O poder público edificou um prédio objetivando comportar um Cineteatro, mas o teatro tinha menos projeção que o cinema, que no

início do século XX se expandiu em ritmo acelerado. Raimundo Arrais salienta que o cinema nasceu ainda no fim do século XIX, tendo sua difusão no século seguinte. O autor aponta que: “na exposição universal de 1900, ocorrida na França, o cinema já ocupava lugar de destaque entre as principais atrações” (ARRAIS, 2008, p. 157).

Em grande parte das cidades, as primeiras exhibições cinematográficas foram proporcionadas pelo cinema ambulante. Arrais assevera que:

O cinema ambulante proporcionava a difusão das películas em cidades que nem mesmo possuíam uma sala de exibição. Muitas foram as adaptações feitas para que as imagens cinematográficas pudessem circular pelas menores cidades (ARRAIS, 2008, p. 158).

Na capital piauiense, Queiroz afirma que não há data precisa para a chegada das primeiras projeções cinematográficas, contudo, sabe-se que foi no princípio do século XX. A autora faz algumas observações a respeito de Teresina, mas que também são igualmente verificáveis em Campo Maior na época do advento desse ícone moderno: “o cinema é então raro e curioso; os aparelhos são ambulantes e perfazem um circuito regional, indo das capitais ao interior; as „máquinas” enquanto tais são referidas e chamam a atenção enquanto mecanismo” (QUEIROZ, 1998, p. 43).

Antes da existência do cinema em Campo Maior, quem quisesse assistir filmes tinha que se deslocar até Teresina, cidade localizada a cerca de 84 quilômetros de Campo Maior, o que para a época poderia ser considerado distante, se levarmos em conta as condições das estradas e os meios de transporte. Uma das pessoas que teve a oportunidade de ter contato com o cinema, na capital piauiense, foi o senhor Augusto:

Eu assistia em Teresina, quando ia. Em Teresina tinha muito, ali no [Teatro] 4 de Setembro, ali no 4 de setembro no centro da Praça [Pedro II] ali [...]. Meu pai era muito fã, gostava, quando ele ia para Teresina me levava, eu acompanhava ele [...] (PEREIRA, 2012).

Queiroz (1998, 49-50) destaca que o Teatro 4 de Setembro era o local utilizado para exhibições cinematográficas até o início dos anos 1920. O cinema por onde passou causou grande influência na população, as pessoas admiravam profundamente aqueles atores e atrizes estrangeiros. Sobre esse aspecto, Queiroz enfatiza:

[...] O cinema, além de ditador de modas e toaletes teria imposto novos modos de sentar (por exemplo, com as pernas cruzadas), de olhar, de fumar (seguido pelos cavalheiros) e até de flertar, pois o cinema (e sobretudo o hall do cinema) era tido como o local mais apropriado para o flerte – diversão moderna e de efeito momentâneo e fugidio como o das projeções cinematográficas (QUEIROZ, 1998, p. 45).

As primeiras películas cinematográficas exibidas em Campo Maior faziam parte do cinema itinerante. A senhora Iracema lembra que havia sido alugada uma casa para exibição dos filmes. Foi nesse local que ela teve o seu primeiro contato com esse ícone moderno. Na fala da entrevistada podemos notar o impacto e a influência que o cinema causou nos campomaiorenses. Nesse primeiro momento, o que existia em Campo Maior era o cinema mudo, ainda assim causava forte influência nos cidadãos, a ponto de colocarem o nome de uma atriz da época em uma criança. Conforme a senhora Iracema:

[...] Era aquele cinema mudo, as personagens pulando, a gente nem entendia [riso] eu não sei nem de quem era, eu era menina mesmo. Lembro-me que eu assisti, o primeiro filme que eu assisti, era uma garota chamada Shirley Temple, que a minha tia botou até o nome de uma filha dela, achou bonito o nome, botou Shirley, era Shirley Temple. Ela tinha um cavalo, era aquele movimento com o cavalo, mas era mudo. Também tinha [o filme] *A Paixão de Cristo*, tudo mudo (SANTOS, 2013).

Se o cinema mudo já causava grande repercussão em Campo Maior, podemos então imaginar quão impactante foi a chegada do cinema falado, um grande avanço na indústria cinematográfica. Quando ocorreu a edificação do Cineteatro Glória, no fim dos anos 1930, os filmes reproduzidos já funcionavam com a transmissão da fala dos atores. O senhor Augusto nos conta como foi a recepção do público campomaiorense ao assistir às primeiras películas no Cineteatro. Segundo ele:

Foi um verdadeiro dilúvio! O povo gostava. O seguinte, ouviu? Aqui tinha uma firma, aqui não, ela vinha lá do sul, a Casa Bayer, e passava muito cinema na cidade já, só que era mudo, era mudo, cinema mudo, passava na cidade, o povo já tinha costume de ver. E quando trouxe o cinema foi falado, foi falando, o cinema falando, os artistas falando lá na tela. Foi um dos eventos que evoluiu muito, ouviu? O cinema! (PEREIRA, 2012).

Arrais (2008, 160-161) afirma que o cinema era “conhecido como a diversão das massas, era considerado em todo o mundo como uma forma de diversão barata”, embora, o autor ressalte que essa assertiva não se observava em Natal, cidade por ele analisada, no início do século XX. Já em Campo Maior, o senhor Jaime da Paz observa que a população, de modo geral, tinha acesso a esse símbolo moderno. O entrevistado mesmo destaca que “ia sempre. Filme era uma vez por semana, lá pra domingo, sábado” (PAZ, 2013).

Antônio Paulo Rezende, ao investigar os (des)encantos modernos da cidade do Recife, no princípio do século XX, atenta para a importância que o cinema teve no aumento da “movimentação” da capital pernambucana. De acordo com o autor:

Com o cinema o Recife alarga os seus horários noturnos, movimenta-se mais o centro da cidade, mais assuntos para conversar, novos ídolos, novas seduções, novos e agitados pontos de encontro. Não se fica mais restrito às festas de fim de ano, aos fandangos, aos pastoris, aos mamulengos ou mesmo aos circos de cavalinhos que divertiram a todos (REZENDE, 1997, p. 78).

Com o Cineteatro Glória Campo Maior passou a ter um novo espaço de lazer e sociabilidade. Tornou-se um dos principais pontos de encontro da população naquela acanhada cidade, onde as pessoas tinham pouca possibilidade de sair da rotina. Já salientamos que, de modo geral, tanto pessoas com mais condições financeiras quanto populares assistiam aos filmes, dado que o preço era acessível.

Nas cidades onde havia um cinema, este se tornava um dos locais privilegiados para o desenvolvimento de relacionamentos amoroso. Sevcenko chega mesmo a dizer que:

[...] Ao cinema, ou se vai sozinho, ou se vai em casal. Quando a luz apaga e nada mais se vê além da tela prateada, ou se fica isolado na poltrona, ou, se tem a suprema felicidade, há um corpo ao lado para afagar.

Há portanto vários sentidos na frase quando as pessoas dizem que amam o cinema. Ele é, afinal de contas, uma máquina de simbolização e difusão do amor, à sua maneira (SEVCENKO, 1998, p. 608).

Em Campo Maior, o Cine Glória ficava localizado próximo a Praça Rui Barbosa, lugar de convergência da juventude, considerada como um dos principais espaços de lazer da cidade. Havia assim a potencialização das aproximações

amorosas, que poderiam resultar somente em um rápido flerte, ou em um relacionamento mais duradouro. A senhora Iracema recorda que ia com seu esposo, aproveitar um filme a dois, embora ele não fosse tão cinéfilo quanto ela:

[...] Até casada eu ia com meu marido e ele era muito dorminhoco, quando ia sentava e já era dormindo, aí eu dizia: – “rapaz tu faz o seguinte, tu vai me deixar lá na entrada e quando tocar a sirene para terminar tu vai me buscar, porque vai só para gastar o dinheiro, chega lá tu senta na poltrona já vai dormindo”. Não assistia nada [riso] (SANTOS, 2013).

Tanto na fala dos entrevistados, quanto nos livros de memorialistas, notamos o quanto o cinema marcou a memória dessas pessoas. Isso é perceptível não só no entusiasmo com que falam sobre essa temática, mas também no nível de detalhamento que são capazes de transmitir. O senhor Augusto lembra nomes de filmes e de atores, apesar de ter assistido tais filmes na década de 1930:

Lembro, lembro, lembro, os filmes antigos, *Carga da Brigada Ligeira*. Imitava os artistas, Errol Flynn, tudo americano, nós não tínhamos nada nacional, muito filme bom, muito faroeste, *Carga da Brigada Ligeira*, e eram uns filmes muito bons, ouviu? Os faroestes chamados (PEREIRA, 2012).

De acordo com o senhor Augusto a produção cinematográfica desse período era, em suma, oriunda dos Estados Unidos, ficando cristalizados em sua memória, sobretudo, os filmes de faroeste. Do mesmo modo, Joaquim Pereira de Oliveira anotou em seu livro de memórias o que mais lhe marcou quando frequentava o Cineteatro Glória: os filmes de faroeste, estrelados pelos grandes intérpretes norte-americanos. Para ele e seus amigos, uma das brincadeiras preferidas era imitar os atores, que exterminavam índios e bandidos à bala. O quanto os participantes imprimiam realismo na diversão, sentindo-se verdadeiros caubóis, mostra como as películas cinematográficas foram marcantes e influenciaram a vida de muitas pessoas daquela época e, também, o imaginário. Atentemos ao registro deste memorialista:

Além dos jogos de futebol e de petecas, era mania a brincadeira de imitar os caubóis do Cine Glória: Rocky Lane, Johnny Mc Brown, Rod Cameron, Errol Flynn, Randolph Scott, John Wayne, Durango Kid, Roy Rogers e outros, cada um mais empenhado em exterminar bandidos e índios cheyenne, apache, comanche, sioux. [...] A mão

fechada, apenas o indicador e o médio esticado, estava feito o revólver. [...] No internato, nas ruas, nas praças, de vez em quando tinha dois ou mais protegendo-se nas árvores, postes e esquinas. Balas zunindo por tudo quanto era lado. Alguns mais empolgados, levavam a fantasia a realismo e exagerado, atiravam-se por cima de paus e pedras, esfolavam-se, chegavam a sangrar. Quem fosse surpreendido e descoberto, era obrigado a fingir-se baleado e caía, retorcendo-se, no chão (OLIVEIRA, 1997, p. 47).

O senhor Joaquim Oliveira não era o único fascinado pelos filmes de faroeste. Marcos Vasconcelos relata que não recorda qual o primeiro filme que assistiu, porém, admite que era um verdadeiro cinéfilo, não se contentando somente em ver o filme, pois tinha também que imitar os atores:

[...] Eu estava lá, bem na frente, não perdia uma sessão de cinema, decorando gestos e diálogos dos “artistas”, para imitá-los nas rodas dos amigos e nas minhas brincadeiras. Com uma espada de madeira e a mão protegida por uma tampa de lata de manteiga, brincávamos de mocinho e bandido, em lutas de fazer inveja ao próprio Errol Flynn, em seu filme de aventuras *Capitão Blood* (VASCONCELOS, 2006, p. 86-87, grifo do autor).

De acordo com o senhor Augusto, no Cine Glória, havia um controle bastante eficiente sobre a entrada das pessoas, para que não entrasse nenhum “penetra”. O entrevistado afirma que durante o tempo que seu pai, Estácio Zair de Melo, era o responsável pelo cinema, dava a ele a incumbência de auxiliá-lo, almejando evitar a entrada de quem não pagasse. Segundo o senhor Augusto:

Eu nunca tinha assistido não. Meu pai era um homem assim meio rígido assim nas coisas, e botava a gente, eu que tinha quinze, dezesseis anos para ficar pastorando [controlando] as portas de lado, para não furarem, era de arame, assim para não furar, para não invadir, não é? A gente ficava olhando, dando parte, e aí o pau comia lá dentro, gente assistindo aos filmes (PEREIRA, 2012).

O rigoroso controle que havia no Cine Glória não era suficiente para conter os cinéfilos de plantão, que não intencionavam pagar para usufruir daquele signo moderno. Um desses indivíduos que burlavam o valor da entrada era o memorialista campomaioense Marcos Vasconcelos, que é quem nos conta qual a tática usada para conseguir assistir às exibições cinematográficas:

Nas bilheterias (duas) trabalhavam a Gracinha (filha de D. Ceci) e, na outra, minha irmã Maria, que autorizava a minha entrada, de graça, para ver os filmes repetidas vezes. Tinha eu uns dez anos mais ou menos nessa época (VASCONCELOS, 2006, p. 81).

Apesar de ter sido criado para o entretenimento teatral e cinematográfico, o Cineteatro Glória teve uma maior expressividade em sua função de cinema, corroborando com a tendência mundial entre as décadas de 1930 e 1940, encantando e seduzindo pessoas em diversas cidades. Contudo, é salutar destacarmos que isso não significa dizer que as atividades teatrais tenham sido totalmente esquecidas em Campo Maior. Quem nos assegura isso é Marcos Vasconcelos, que diz ter sido inclusive ator:

Mistura de cinema e teatro, bastava afastar a tela para a montagem de peças como *Deus lhe pague*, de Joraci Camargo (com ele próprio atuando), e outras que apareciam na cidade. Fui “artista” de algumas peças dirigidas pela saudosa Rosa Piau e pelo Chico Bento, filho do Totó Ribeiro, como: *Lenda Árabe* e *Julgamento de Judas*. Tinha um palco enorme, com uma abertura perto da ribalta [parte frontal do palco], onde ficava o “ponto” (pessoa que passava as falas para os atores) (VASCONCELOS, 2006, p. 81-82).

As peças teatrais do Cineteatro Glória não eram restritas à elite. Os populares também eram espectadores e, mesmo, atores. Novamente fazemos referência a Marcos Vasconcelos, que relembra uma das vezes em que ele e sua irmã atuaram:

Recordo-me de uma vez em que encenava aquela passagem de Jesus Cristo andando sobre as águas, numa peça sob a direção da Rosa Piau, que ficava dentro da abertura, funcionando como “ponto”. No palco, no papel de Nossa Senhora estava minha irmã Magnólia, vivendo Pedro, o Edmar Piau, filho da diretora, e no de Cristo – benza Deus – eu. Sim, eu mesmo (VASCONCELOS, 2006, p. 82).

Além de funcionar como cinema e teatro, o Cine Glória, era ainda utilizado em cerimônias como formaturas, palestras, conferências, afinal, era um dos principais prédios da cidade, possuindo um espaço amplo, adequado para eventos de ordem pública ou particular.

3.2 AS APROPRIAÇÕES POPULARES DOS NOVOS LOCAIS DE SOCIABILIDADE DE CAMPO MAIOR

Conforme observamos, os ícones modernos analisados despertaram novas sensibilidades em Campo Maior, impactando a acanhada cidade. As décadas de 1930 e 1940 também foram responsáveis pela efetivação de reformas urbanas significativas, as quais propiciaram o desenvolvimento de novas sociabilidades. Nesse contexto, é certo que a Praça Rui Barbosa era o local por excelência para a ocorrência dessas relações interpessoais, mas elas também estiveram presentes em outros espaços que pretendemos igualmente analisar, a saber, Grupo Escolar Valdivino Tito e Centro Operário.

A Praça Rui Barbosa, após sua remodelação no ano de 1933, tornou-se o ponto de encontro principal dos campomaiorenses, mesmo porque foi escolhida pelo poder público para receber os maiores melhoramentos. No período em estudo, havia duas outras praças também de destaque, a João Pessoa (atual Bona Primo) e a Marechal Floriano (atual Luiz Miranda). Entretanto, estas não tinham a mesma capacidade de atração populacional que tinha a Rui Barbosa.

A esse respeito, o senhor Augusto relembra o disciplinamento imposto pelo poder público naquele logradouro para que ninguém o danificasse. Ele afirma que:

Era muito jovem ainda, rapaz. Saía, brincava, tinha meus amigos, jovens, não existem mais, morreram todos. A praça era o seguinte: naquele tempo, os vigias tinham muita recomendação dos prefeitos para que a molecada, como eles chamavam, a meninada, não fosse deteriorar as plantas, as flores, e o jardineiro levava o pai, levava o filho, até onde estava o pai para denunciar que eles estavam fazendo isso, assim, assim, assado (PEREIRA, 2012).

Percebemos na fala do senhor Augusto que os gestores públicos estavam conseguindo atingir seu objetivo de disciplinar o uso do local público em foco, influenciando a mentalidade das pessoas. Nesse sentido, o senhor Augusto assevera que até foi flagrado deteriorando a praça, mas refere que de modo geral todos gostavam da Rui Barbosa.

[...] A gente tinha aquilo assim como, amava aquilo, gostava, não é? Tudo iluminado, ouviu? Aquilo a gente sentia que fazia parte da vida da gente, não é? Naquele começo, os jovens tinham outra mentalidade, os jovens vivem hoje envolvidos com drogas, essas

coisas. Sei nem o que era droga quando menino, eu não sei nem o que era! (PEREIRA, 2012)

A Praça Rui Barbosa, passou a ser o mais importante espaço de adensamento populacional não só por ser a principal da cidade, mas também devido à proximidade da Igreja e do Cineteatro. O senhor Augusto assevera enfaticamente: “O centro era ali, o centro era ali, tudo que você queria assistir de Campo Maior era no centro da Igreja de Santo Antônio, ali, naquela área ali” (PEREIRA, 2012).

Em uma cidade pequena como Campo Maior, a Rui Barbosa logo foi eleita pelos gestores, e pelas demais pessoas, como o ponto de encontro dos campomaiorenses, onde se desenvolviam muitas conversas, fofocas, discussões, diversões, e, claro, grande parte dos namoros. Enfim, o vazio urbanístico podia ser preenchido pelas pessoas, fossem elas habitantes da zona urbana ou visitantes do campo, e mesmo viajantes. Nesse contexto, Wanderley (2010) também observa a relevância que as primeiras praças da acanhada cidade de Pombal tinham:

As praças e seus monumentos, durante o dia eliminavam o vazio urbanístico do espaço citadino centralizado, tornando-se, além de cartão de visita da cidade, ponto de parada para os pombalenses que vinham da zona rural ou mesmo para os homens e mulheres do espaço urbano. À noite, por sua vez, os banquinhos da praça Getúlio Vargas, iluminados pelas luzes “redondas e branquinhas” serviam entre outras coisas para namorar. Os passeios noturnos nesta praça tornaram-se um espetáculo. Moças e rapazes desfilavam com seus trajes mais finos (WANDERLEY, 2010, p. 46-47).

Wanderley (2010) observa, ainda, que todos os frequentadores da Praça Getúlio Vargas usavam os “seus trajes mais finos”. Em Campo Maior não era diferente, mesmo porque a Rui Barbosa era o espaço público de destaque, portanto, ninguém queria se apresentar desarrumado, correndo inclusive o risco de ser vítima de “comentários maldosos” dos demais transeuntes. Por isso, todos usavam suas roupas domingueiras quando se dirigiam a esse logradouro público. Dessa forma, o senhor Jaime deixa claro que “nesse tempo ninguém usava bermuda não, eram todos bem arrumadinhos. Não tinha bermuda, nem moça andava com negócio de short, todos vestidinhos” (PAZ, 2013). Nessa perspectiva, é preciso também considerar a forte influência que a Igreja Católica exercia no vestuário, sobretudo feminino. Na década de 1940, época em que o Padre Mateus Rufino era o pároco da

cidade, as normas que as mulheres deveriam seguir no uso dos vestidos, para evitar “os olhares maliciosos dos atrevidos”, eram as seguintes:

- 1ª Que o decote não exceda três dedos além da base do pescoço.
- 2ª Que as mangas se curtas cheguem até perto do cotovelo.
- 3ª Que as saias fiquem abaixo dos joelhos [...].
- 4ª Que nos vestidos transparentes seja usada uma combinação de proporção igual ao do vestido.
- 5ª Que os vestidos não sejam demasiadamente estreitos e ligados ao corpo (LIVRO DE TOMBO, 1942, p. 07).

Essas eram as indicações emanadas do Bispo de Teresina, D. Severino, para conter a “imodéstia dos vestidos”. Ao que parece, quanto ao centro urbano, o Padre Mateus estava contente, já quanto à zona rural fez críticas, visto que “a moda indecente dos vestidos, [...] está causando seus incalculáveis males entre aquele pobre povo” (LIVRO DE TOMBO, 1942, p. 08).

Tanto na fala dos entrevistados como nos livros de memória, percebemos que a Rui Barbosa foi um dos locais que mais marcou aqueles que a frequentaram nas décadas de 1930 e 1940. A maioria recorda, com felicidade, um dos aspectos que mais ficou cristalizado em sua memória, ou seja, os namoros. O senhor Augusto refere que a Praça Rui Barbosa era o principal local de lazer, sobretudo para quem era solteiro e estava em busca de uma aproximação amorosa, dado que era o ponto de encontro de toda a rapaziada, assim como das moças. Segundo esse senhor, havia inclusive uma banda de música:

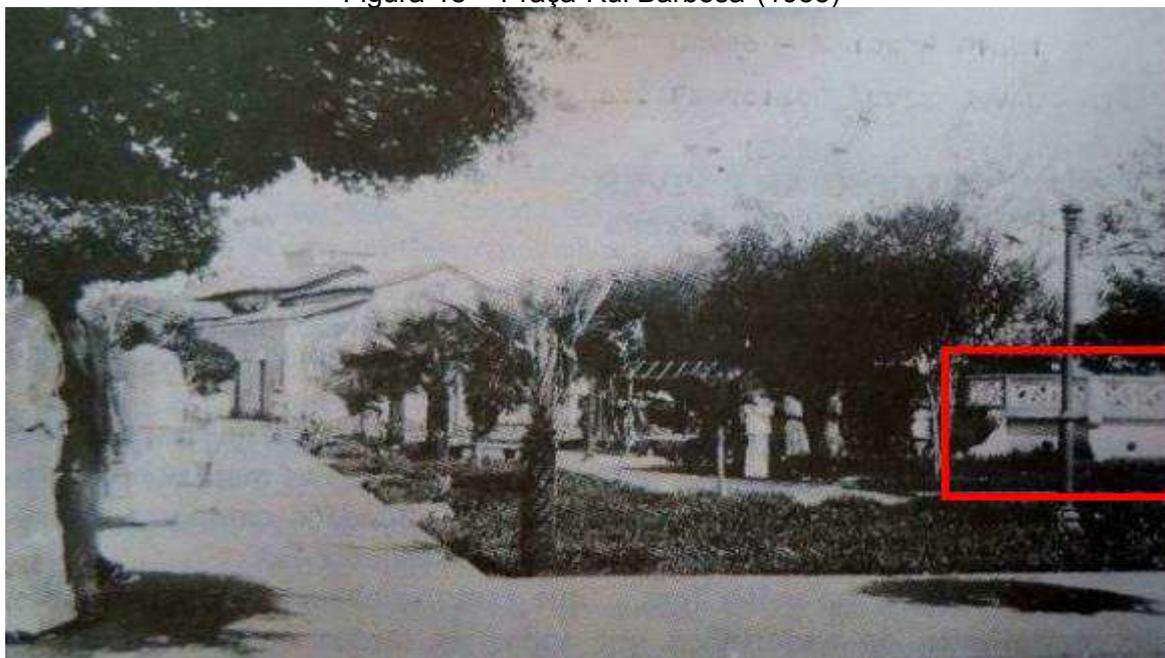
[...] Sete, oito horas da noite, era horário normal. O prefeito mandava banda de música fazer tocata em cima da praça, lá no coreto, e juntava o povo para passear na praça, volteada sabe? Era animado, o prefeito se encarregava de animar a cidade. [...] O centro ali todo tinha gente, muita mocinha nova, a gente ia quebrando os galhos com uma e com outra [riso] (PEREIRA, 2012).

O memorialista Marcos Vasconcelos também relembra como era aquele espaço de sociabilidade, enfatizando como tinham início os namoros no coreto da praça, marcados pelo tradicionalismo de uma cidade que passava a adquirir uma estrutura moderna, mas preservava muitos dos valores familiares tradicionais. Segundo o escritor:

Ali [no coreto], num sentido, giravam os homens e noutro, as mulheres, cruzando olhares e iniciando grandes namoros. [...] À noite, toda iluminada, com banda de música no coreto, a retreta ia até 21 horas, quando a debandada era geral, pois a moça que se prezava não ficava na praça após a retreta (VASCONCELOS, 2006, p. 73).

Conforme pudemos observar, o ponto central da Rui Barbosa era o coreto. Na fotografia a seguir, datada do ano de 1935, podemos entender melhor a cartografia desse espaço de sociabilidade. Como notamos, a arborização era marcante e, do lado direito, em destaque, visualizamos o coreto onde se apresentava a banda de música.

Figura 18 – Praça Rui Barbosa (1935)



Fonte: LIMA, 1995, s/p

A banda de música responsável por animar a Rui Barbosa, de início, era a que pertencia ao Major Honório Bona, que, de acordo com Reginaldo Lima, “tocava muito bem a flauta, manejava com perfeição o violão, acordeão, saxofone e clarineta” (LIMA, 1995, p. 215). Queiroz assevera que a música estava ganhando destaque no Piauí, ao citar que na passagem do século XIX para o XX havia sido trazida para o centro da vida social teresinense. Sua presença era fundamental na capital piauiense, no início do século XX:

Além dos usos regulares e tradicionais da música, no início deste século apareceram novas formas de lazer que requerem sua utilização ou em que ela é o próprio centro, como as tocatas familiares, os números executados durante e nos intervalos das sessões cinematográficas e as famosas retretas no Jardim da Praça Rio Branco (QUEIROZ, 1998, 52-53).

A banda de música de Honório Bona foi responsável por alegrar Campo Maior até que o poder público organizasse uma. Na primeira gestão de Francisco Alves Cavalcante, o mesmo tomou providências para adquirir os instrumentos de uma banda para a Prefeitura Municipal, que posteriormente passou a tocar na Praça Rui Barbosa. Em 1933, o prefeito contactou a Força Pública do Estado, objetivando comprar os utensílios musicais, como podemos notar em seu argumento:

Temos ciência de existir, em depósito na Força Pública do Estado, um instrumental da banda musical da referida Força, venho, respeitosamente, solicitar de V. Excia. a cessão do mesmo, aliás de uma parte, à Prefeitura Municipal ora sob minha humilde administração. A exemplo do que se dá em outros municípios do Estado, é meu intento constituir uma regular “banda de música”, que sirva aos festejos oficiais e particulares. [...] Venho, assim, pedir que V. Excia., atendendo a solicitação feita, se digne arbitrar uma quantia razoável para o pagamento do referido instrumental (CAMPO MAIOR, 20 de abril de 1933).

É importante atentarmos para o fato que o interesse do prefeito não era apenas ampliar as opções de lazer em Campo Maior, pois, uma banda de música era fundamental para as comemorações e atividades oficiais da Prefeitura naquela época de governo ditatorial. Em uma crônica publicada no jornal *A Luta*, Irmão Turuka faz um apanhado da trajetória das bandas em Campo Maior. Em uma matéria intitulada “Eu vi a banda passar”, o articulista rememora como era composto esse primeiro grupo musical que se formou após a aquisição dos instrumentos:

Na década de 30, o Prefeito foi Francisco Alves Cavalcante, que logo autorizou ao ilustre campomaiorense José Lopes Castelo Branco a tomar iniciativas para a fundação de uma Banda de Música Municipal. Todos fardados. Coube ao maestro José Cardoso da Silva, homem de sete instrumentos, compositor primoroso, o comando da Banda. Os mais lindos programas musicais eram executados em inesquecíveis retretas na Praça Rui Barbosa, às quintas e domingos. A cidade aplaudia. Na Banda havia uma criança, Siné Rosa, que dava show, rufando o tambor. Era mascote e servia de modelo em conduta disciplinar (A LUTA. Campo Maior, 17 de dezembro de 1967. In: LIMA, p. 347-348).

Ainda segundo Irmão Turuka, com a saída de Francisco Alves, após sua segunda administração, quem assume a prefeitura é Raimundo Ney Baumann, que tinha pouca simpatia pelos músicos, “chegando mesmo a ameaçá-los de cadeia”. Os músicos se dispersaram e encontraram como líder Antônio Bona Neto, também conhecido como Antônio Músico, filho de Honório Bona. Era dono do Bar Santo Antônio, o mais famoso da urbe. O cronista em tela refere em tom bem humorado que Antônio Músico já era “experiente em assunto de banda. Quando menino, fundara uma grande „banda” de música, na base do talo de mamão, papel de seda e flandres” (A LUTA, 17 de dezembro de 1967. In: LIMA, 1995, p. 348).

A estreia da nova banda, denominada Lyra Santo Antônio, e que tornaria Campo Maior mais divertida a partir de então, ocorreu em 05 de dezembro de 1942. Irmão Turuka nos conta como foi esse evento, que arregimentou muita gente após ouvir a tocada:

[...] A “Lyra” fez muita gente correr para ver a Banda passar, tocando o dobrado “Depois do Acampamento”. O segundo número, à porta da Igreja do Padroeiro, foi a valsa de H. Neto [Honório Bona], “Última Filha”. Quem tocava tão bem? – Alguém perguntou (A LUTA, 17 de dezembro de 1967. In: LIMA, 1995, p. 348).

O cronista conclui dizendo que quando Ascendino Pinto Aragão sucedeu Ney Baumann, a banda da Prefeitura é reorganizada e “chama-se de Sobral o maestro saxofonista Carneiro e os outros bons artistas de outras cidades”, sendo assim, “Campo Maior, que dantes só exportava cera de carnaúba e tucum, passou também a exportar em larga escala a melhor música conhecida no Estado” (A LUTA, 17 de dezembro de 1967. In: LIMA, 1995, p. 348).

A banda de música e o coreto ficaram marcados na memória das pessoas que vivenciaram aquele período. O tempo não foi capaz de apagar as boas lembranças. O senhor Jaime rememora as aproximações amorosas que ocorriam na Rui Barbosa, espaço privilegiado, sobretudo, para os jovens. O entrevistado afirma, inclusive, que conheceu sua esposa, Mariema Paz, em uma das tantas vezes em que saiu para esse local de sociabilidade.

A Rui Barbosa, ela só tinha um coreto no tempo que eu era solteiro, rapazinho. A gente ia lá para... lá a banda de música para tocar nas quartas-feiras e sábado, não é? E aí, a gente ia para lá para passear, os rapazes vinham num sentido e as moças vinham em outro, aí

começou... [riso]. Ora, minha mulher, o primeiro encontro dela foi lá, onze de julho de mil novecentos e quarenta e um, foi lá, a gente foi para o teatro, tinha um cinemazinho ali perto (PAZ, 2013).

A senhora Iracema revela que também era frequentadora desse logradouro público. Quando questionada como era a praça no tempo em que ela era jovem, responde o seguinte: “Era deste tamanhinho, ali já foi ampliada. Era pequena tinha, mas era até bonitinha, tinha o coreto e tinha umas trepadeiras assim, umas quatro trepadeiras bem cuidadinhas” (SANTOS, 2013). A senhora Iracema é bastante enfática ao falar que na tranquila Campo Maior a retreta “era o único divertimento que tinha na vida naquele tempo, meu filho. Estava cheio lá, tocavam até às nove horas, [quando] os músicos iam embora” (SANTOS, 2013).

Nas memórias elencadas para o desenvolvimento de nossa pesquisa, grande parte de nossos colaboradores e colaboradoras recordam os namoros. Contudo, é recorrente em suas falas que as aproximações amorosas ocorriam com o máximo de respeito. A memorialista Silvia Melo de Sousa, atenta para o recato que os transeuntes tinham na praça, mesmo porque, em cidade pequena, a fofoca podia espalhar-se rápido:

Naquela época, o namoro era praticamente pegar na mão da moça e conversar um pouquinho e só, beijos raríssimos, quando muito acompanhá-la com suas amigas que geralmente vinham da Praça Rui Barbosa até a sua casa. Mas os pais sabem? Nem pensar... Cidade pequena onde todos se conheciam predominava a fidelidade entre as amigas, não podendo uma tomar o marido da outra (SOUSA, 2010, p. 25).

O senhor Augusto compartilha da mesma opinião que Silvia Sousa ao acentuar que “na praça, era de um certo modo; tinha um certo respeito, a gente, porque, naqueles tempos, a criação era diferente, muito, muito, muitíssimo, então a gente tinha aquela, aquela, convivência de amigos, colegas [...]” (PEREIRA, 2012).

Em face do exposto, retomamos aqui uma assertiva de Oliveira (2011), que ao investigar a cidade de Belo Horizonte, no princípio do século XX, nota que muitos hábitos e costumes ainda remetiam à sociedade mineira colonial, familiar, ligada aos pressupostos religiosos. O autor infere ainda que a praça “na tradição colonial portuguesa aparece atrelada aos adros da igreja, um espaço amarrado aos costumes de sociabilidade da tradição cristã” (OLIVEIRA, 2011, p. 157). Em Campo Maior, a Praça Rui Barbosa, como dissemos, estava situada atrás da Igreja Matriz de

Santo Antônio. Os valores tradicionais cristãos que pregavam o recato nos namoros estavam bem presentes, em uma época em que a religião católica apostólica romana tinha quase total predominância na cidade. Entretanto, nas noites dos festejos do Padroeiro Santo Antônio, em junho, havia um maior adensamento populacional, o que possibilitava a alguns romper os ditames da “moralidade”. Dessa forma, Irmão Turuka registrou que nos festejos de 1936 surgiam algumas “mãos bobas nos seios pontudos”, que eram acompanhadas de “muitas taponas com o subtítulo de „moleque sem vergonha” ” (A LUTA. Campo Maior, 14 de abril de 1968. In: LIMA, 1995, p. 282).

Se normalmente a Rui Barbosa era onde a população se concentrava, nos festejos do Padroeiro Santo Antônio, no início do mês de junho, a praça tornava-se mais movimentada, afinal era a grande festividade do ano, atraindo não só cidadãos campomaiorenses, mas também pessoas da zona rural e das cidades circunvizinhas.

A Igreja Matriz da cidade começou a ser reformada no ano de 1944, sendo as obras coordenadas pelo padre Mateus. Até 1944, os festejos eram realizados na Praça Rui Barbosa, iniciando-se em 31 de maio e estendendo-se até 13 de junho. Quando a reconstrução da Igreja foi concluída, e instalado um prédio bem mais amplo, em 1962, os festejos passaram a ser na Praça Bona Primo, situada à frente da Matriz. Marcos Vasconcelos nos oferece uma descrição da cartografia da festividade quando ainda ocorria na Rui Barbosa:

Nessa época, as barracas para os festejos de Santo Antônio eram armadas por trás da velha igreja, ocupando todo um lado da praça Rui Barbosa, estendendo-se até perto da residência do Zeca Mendes, virando até a frente do Cineteatro Glória, e por toda a área dos tamarindeiros (VASCONCELOS, 2006, p. 91).

Vasconcelos (2006, p. 92) refere que o leilão ocorrido no festejo era realizado na Rui Barbosa, com “prendas recolhidas na cidade pelos mordomos da noite”. Havia as “joias” mais comuns como bolos, e era feito igualmente “um pequeno jirau contendo as prendas „vivas””, ou seja, animais a serem leiloados, dando indícios de como o rural e o urbano se mesclavam. Era marcante ainda, na década de 1940, a presença da banda Lyra de Santo Antônio, de propriedade de Antônio Músico, responsável por animar a festividade.

Em uma de suas crônicas no jornal *A Luta*, mais uma vez, Irmão Turuka rememora aquela época e nos mostra como o festejo proporcionava à cidade um maior afluxo de pessoas que não residiam em Campo Maior, e vinham em busca das celebrações religiosas, e, claro, também à procura de lazer. O articulista relata:

Os caminhões mistos de Mundico da Paz, João de Deus Fonseca e Manoel Tolentino traziam de Teresina os estudantes da Terra e os Maloqueiros para a Festa do Padroeiro. Atrás da Matriz, onde os carros paravam, centenas de barracas, bancas, cercados e taboleiros se enfileiravam disputando os “trocados” do povo (A LUTA. Campo Maior, 14 de abril de 1968. In: LIMA, 1995, p. 281).

Silvia Sousa também ressalta em seu livro de memórias a capacidade de atração populacional que o festejo tinha, sobretudo, arregimentando pessoas de famílias da cidade, que ficavam ausentes durante o resto do ano e aproveitavam o momento festivo para visitar Campo Maior:

Cada noite queria superar em animação e arrecadação a noite anterior. Famílias campomaiorenses tradicionais ou não, que residiam em Teresina, cidades vizinhas e interiores, vinham pelo menos uma noite participar do tradicional festejo, principalmente na noite dos vaqueiros (SOUSA, 2010, p. 31).

Irmão Turuka lembra que, apesar de a festividade ser ligada a tradição católica, havia também espaço para os jogos que davam um tom a mais de agitação nas noites de junho. Segundo ele, essas barracas eram frequentadíssimas, pois muitos queriam tentar a sorte: “com dois tostões arriscava-se na sorte ou no azar, perfumes de todo jeito; broches enfeites, o diabo que se pensasse em comprar”. Os jogos eram variados, como bingos, dados, roletas dos bichos, tiro ao alvo, laços para garrafas de vinho ou cigarros, faziam a felicidade, sobretudo, dos chamados “viciados”, que tinham uma oportunidade ímpar de apreciar tantos tipos de jogos diferentes reunidos.

Muitas barracas que eram montadas pertenciam aos populares, que aproveitavam o mês de junho para adquirirem uma renda extra. Irmão Turuka nos fala com riqueza de detalhes sobre esses sujeitos, e a variedade de alimentos que vendiam, além de mencionar também a propaganda usada para atrair a clientela. Atentemos para o relato de Irmão Turuka:

[...] Fritos de marreca e a engenhoca do Pedro Garapeira; a banca da Benedita do Chico Môco, concorrendo com os bolos gostosos da Izabel Pacheco e Benvinda Eulálio; os bagulhos do Chico Puba; um mundo de frutas e doces; a eloquência do Pedro Curica a oferecer “os beijus de coco da pralha, feitos pela dona Dalha, que estão uma nalha”; os pirulitos do Raimundo Abel: “mamãe eu choro, papai eu grito, me dá um tostão pra comprar de pirulito, enrolado no papel, enfiado no palito, amassado no pinico, piiiirolito...” (A LUTA. Campo Maior, 14 de abril de 1968. In: LIMA, 1995, p. 282).

Irmão Turuka conclui sua matéria saudosista, sobre os festejos de junho de 1936, falando do que mais lhe chamava a atenção: “o que havia mesmo de belo e muito artístico eram os fogos” (A LUTA. Campo Maior, 14 de abril de 1968. In: LIMA, 1995, p. 282). Os fogos utilizados na queima eram fabricados em Campo Maior, o especialista nessa área chamava-se João de Deus. O articulista nos dá pistas para entender porque, para ele, esse era o momento mais importante, afinal era quando a cidade, até então clareada somente pela iluminação elétrica, recebia uma luz ainda mais intensa, propiciada pelos fogos de artifício.

De acordo com a senhora Socorro, as “atrações musicais” se ampliavam na época em que tinha festejo do Padroeiro Santo Antônio, e havia o que ela denomina “Alvorada”, ou seja, quando a música começava às cinco horas e, posteriormente, havia mais dois momentos em que tocavam:

[...] Quando era na época da festa, aí os músicos ficavam. Tinha a Alvorada, tinha cinco horas da manhã, a gente via os músicos tocando, e assim doze horas do dia era que os músicos tocavam lá na Igreja de Santo Antônio, nove horas da noite [vinte e uma horas]. Eram três vezes na época da festa de Santo Antônio. Era só na época da festa que tinha a Alvorada (SOUSA, 2013).

A entrevistada conclui falando dos passeios de pedestres que ocorriam na área próxima à igreja:

Era muito animada aqui [em] época de festa! O pessoal, também, antes de começar as novenas, quando terminava, ficavam passeando no patamar da igreja. Ah! Mas aí passeavam demais, tudo de braço [dado], todos em redor, ali, era muito animado! Tinha gente que gostava de ir para ficar no patamar da igreja (SOUSA, 2013).

Até agora, investigamos as sociabilidades que tinham a Praça Rui Barbosa como palco, enfocando os momentos de lazer e os namoros. Mas, a Rui Barbosa

não era apenas o local de relações interpessoais “pacíficas”, mas, também, de sociabilidades que resultavam de conflitos, sobretudo, políticos. Nessa perspectiva, as principais querelas que ocorriam na Praça envolviam dois adversários políticos ferrenhos dos anos 30 e 40 em Campo Maior: Francisco Alves Cavalcante e Sigefredo Pacheco. Este era o principal, e podemos dizer até mesmo o único que se opunha a Francisco Alves, forte aliado dos interventores Landri Sales e Leônidas Melo.

As disputas políticas entre o “Cel. Chico Alves” e o Dr. Sigefredo – assim chamado por ser médico – marcaram a sociedade campomaiorenses no período em estudo. Quem discorre, com riqueza de detalhes, sobre alguns episódios das suas disputas é Castelo Branco Filho. O autor, no livro *Paz e Guerra na Terra dos Carnaubais*, escreve sobre as eleições do ano de 1935, que deram a vitória a Sigefredo Pacheco. Na luta pela Prefeitura, Francisco Alves não era candidato, pois exercia o cargo de deputado estadual. Dessa forma, apoiava a candidatura de Antônio Cícero Correia Lima.

Castelo Branco Filho assevera que, nas eleições, todos os meios possíveis para vencer eram válidos, e era comum o uso da força por ambas as partes, dado que cada candidato tinha espécies de “capangas” para ajudar caso as coisas tomassem rumos violentos. As fraudes também eram extremamente comuns. O autor comenta esse aspecto:

As urnas, quando encerradas as votações, eram seladas e conduzidas para o Fórum na sede do município, onde posteriormente o juiz remetia pelos Correios para Teresina onde eram apuradas pelo Tribunal Eleitoral. Muitas vezes no trajeto entre a secção e o Fórum eram “emprenhadas” ou substituídas por urnas gêmeas, já devidamente alimentadas com as chapas dos fraudadores (CASTELO BRANCO FILHO, 1992, p. 67).

Sigefredo Pacheco saiu vitorioso nas eleições e assumiu a Prefeitura Municipal. Obviamente, a oposição de Francisco Alves à sua administração permaneceu. Ao se aproximar as eleições do ano de 1938 – que não se efetivaram devido à instalação do Estado Novo – um dos jornais ligados ao governo estadual, chamado *O Momento*, publicava constantemente que pessoas estavam deixando de apoiar Sigefredo e aderindo a Francisco Alves. O jornal mostrava como a tensão política havia se instalado em Campo Maior. Temos aqui uma das tantas matérias

onde o periódico publicava uma carta de um eleitor campomaiorense que dizia estar-se aliando a Francisco Alves, em outubro de 1937:

Vinha trabalhando, neste município, ao lado do Partido Progressista, desde a sua fundação. Acontece, porém, que a administração do Prefeito Sigefredo Pacheco tem sido contrária ao que se esperava, pois está muito longe das suas promessas em discursos de plataforma. [...] Reconhecendo que a gestão do ex-prefeito, deputado Francisco Alves, foi muito proveitosa a este município [...] resolvi deixar de vez, em política, o Sr. Sigefredo Pacheco e ficar solidário com o Deputado Francisco Alves, a quem já escrevi a respeito. Conto com 41 eleitores, pessoas de minha família e amigos decididos, que foram por mim alistadas e seguem a minha orientação política.

SIMPLICIANO RIBEIRO DE CARVALHO (O MOMENTO. Teresina, 08 de outubro de 1937, p. 01).

Como sabemos, em novembro de 1937, Getúlio Vargas instalou um regime de governo ditatorial denominado Estado Novo, que se estendeu até 1945. No governo piauiense manteve-se o interventor Leônidas Melo. Já em Campo Maior, Sigefredo Pacheco foi retirado do poder e Francisco Alves ocupou novamente o comando do Executivo municipal.

A Praça Rui Barbosa, após a queda de Sigefredo do poder, foi palco de uma das tantas confusões que ocorreram nela. A senhora Iracema recorda que estava presente quando ocorria a comemoração do retorno de Francisco Alves à prefeitura, porém, é claro que Sigefredo Pacheco não estava nem um pouco contente com aquela situação. A interlocutora nos narra o alvoroço causado por Sigefredo ao chegar à Praça no momento em que havia a festividade:

[...] Faltou energia, e o seu Chico Alves, que ganhou parece pela segunda vez, ele mandou... Ao redor aqui tinha pés de figueira na praça [...] aí ele mandou botar candeeiro em cada uma daquelas figueiras e mandou chamar uns caboclos de fora que tocavam a cuíca, anham, anham, anham [reprodução do som], e outro negócio. Botou lá no coreto para tocar. Agora o Dr. Sigefredo tinha um sujeito que era o guarda-costas dele, aí passou e viu aquele movimento, aí foi lá onde estava o Dr. Sigefredo: “– Dr. a praça está iluminada com candeeiro e tem lá uma orquestra tocando de berimbau, era berimbau [...]”. Só instrumentos de corda dessas coisas não é, e a cuíca. A cuíca é... Metia, assim, a mão dentro e saía aquele som. Aí o Dr. Sigefredo veio lá com o cacete, ele e o capanga dele, aí chegou foi quebrando tudo [riso] os lampiões todos! Eu estava na praça, quando vi aquele movimento, saí correndo, todo mundo saiu

correndo com medo! As políticas de primeiro eram mais baixas de que hoje rapaz! Era coisa de doido!
 Ele fez livremente para todo mundo ver, não é? Chegou com um capanga dele e pá, pá [reprodução do som], e arreventou tudinho e botou os tocadores para correr, porque aquilo ali foi uma afronta que o coronel Chico Alves fez, porque achava que ele não estava administrando à altura [...] (SANTOS, 2013).

O senhor Augusto destaca também como era a política, segundo ele, bastante perigosa:

Porque os chefes políticos tinham bandidos, tinham pistoleiros dentro de casa, dentro da cidade... Chico Alves tinha um sujeito que era Dois de Ouro, Sigefredo Pacheco tinha um que era o Cavalcante, pistoleiros, não é? Era perigoso! (PEREIRA, 2012).

A respeito do sujeito chamado “Cavalcante” não temos maiores informações, já quanto a “Dois de Ouro”, Castelo Branco Filho salienta que o mesmo era natural de Cajazeiras, Estado da Paraíba, e serviu a Francisco Alves até quando foi expulso violentamente de Campo Maior por um grupo de pessoas ligadas a Sigefredo Pacheco.

A Praça Rui Barbosa, como era o principal espaço público de Campo Maior, comportava as mais distintas sociabilidades, como aproximações amorosas, conversas de amigos, e até mesmo brigas políticas. Era o local frequentado pelas pessoas que possuíam melhores condições financeiras. Entretanto, os sujeitos simples também estavam sempre presentes para fazer valer o direito de uso de sua cidade, ainda que por vezes as distinções sociais fossem presentes.

Havia ainda outro importante espaço de sociabilidade que os campomaiorenses podiam frequentar, o Centro Operário, que tinha sua função de associação sindical, mas também promovia algumas festas em sua sede, oferecendo uma opção de lazer a mais à população da cidade. Segundo nos relatou a senhora Iracema, o fundador da associação foi seu avô, Joaquim Bostoque da Costa Araújo, pessoa de alta capacidade de articulação sindical, além de ser exímio sapateiro.

O Centro Operário tinha um número considerável de sócios, dada a dimensão da cidade, que possuía pouco mais de 3,5 mil habitantes. Em junho de 1946, o jornal campomaiorense *O Estímulo* refere que havia nesse ano 766 afiliados. Quanto a sua função enquanto associação sindical, o mesmo periódico nos dá bons indícios a esse respeito ao comentar que “fornecia assistência nas doenças, funerais e pecúlio

à família, além da defesa dos interesses da classe” (O ESTÍMULO. Campo Maior, 13 de junho de 1946).

No que diz respeito aos momentos de lazer que eram proporcionados no Centro Operário, Marcos Vasconcelos afirma que o prédio possuía “instalações amplas, um bom salão de festas”, e, exigia “de seus sócios e convidados, muito respeito e observância às regras” (VASCONCELOS, 2006, p. 104). O autor revela que, por volta do fim da década de 1940, diversas festas eram realizadas no local. A senhora Socorro conta que quando era jovem também usufruiu desse espaço de lazer, pois os sócios responsáveis às vezes aproveitavam o período do festejo do Padroeiro, para promover festas:

Nas festas de Santo Antônio, tinham as festas lá no Centro Operário, ainda fui festa lá no Centro Operário. O Centro Operário era muito animado, toda festa que tinha era lá no Centro Operário [...] Era o pessoal do Centro Operário que fazia as festas. Aí, o pessoal que vinha dos interiores [zona rural] quando terminavam as novenas iam para as festas. Era muito movimentado o Centro Operário, era muito falado nessa época (SOUSA, 2013).

Outro local que marcou profundamente as memórias aqui analisadas foi o Grupo Escolar Valdivino Tito, que foi a primeira instituição de ensino que todos frequentavam nas décadas de 1930 e 1940, visto que lá funcionava o Ensino Primário. Pretendemos mostrar como as pessoas simples se apropriaram dessa obra pública, levada a cabo no bojo das reformas urbanas.

Podemos dizer que esse colégio era o espaço por excelência para as relações de sociabilidade iniciais, aglomerando considerável quantidade de alunos. O senhor Augusto afirma que “aquele Valdivino Tito acolá era cheinho, meu filho. Colégio público só era ele” (PEREIRA, 2012). A memorialista Silvia Sousa (2010, p. 22) acentua que todas as pessoas, tivessem elas boas condições financeiras ou não, frequentavam a instituição de ensino. Marcos Vasconcelos corrobora com Sousa, quando o escritor recorda que “o grupo escolar era formado por meninos de todos os cantos da cidade, pobres, ricos e descamisados” (VASCONCELOS, 2006, P. 52).

Antes da construção do prédio, na Avenida 5 de Outubro, onde o colégio funcionou após 1934, o Valdivino Tito era localizado próximo à Praça Rui Barbosa. O senhor Jaime da Paz nos fala:

Comecei estudar lá na Praça Rui Barbosa. Perto da Igreja, tinha o Valdivino Tito lá, uma escola grande, ouviu? Depois construíram, que veio para construção nova, aí [...]. Depois foi tempo que foi construído o prédio novo do Valdivino Tito, aí eu vim estudar, aí, fiz o primário, aí (PAZ, 2013).

A senhora Iracema recorda igualmente seus estudos na antiga escola, até o momento em que foi para as novas instalações, onde estudou apenas durante um ano:

[...] Eu comecei no Valdivino Tito, ali, perto da Rui Barbosa, não é? Aí, quando foi inaugurado, lá, o grupo, eu só estudei o quarto ano, já estava saindo, aí eu comecei a ir, aí mudamos para lá. Lá eu fui no quarto ano, não tinha nem quinto ano, tinha o quarto ano só (SANTOS, 2013).

De acordo com o senhor Augusto, as aulas funcionavam no turno matutino, mas como a demanda de alunos no Grupo Escolar era grande, às vezes era necessário fazer a divisão da classe. Quando isso ocorria, as professoras ficavam com uma parte da turma pela manhã e os demais estudavam à tarde. Nesse momento, o quadro docente era composto basicamente por mulheres. Silvia Sousa (2011, p. 57) refere que a primeira professora e diretora foi a campomaioreense Briolanja Genuíno de Oliveira, formada na primeira turma da Escola Normal, em Teresina.⁴

Sousa infere que os estudantes do sexo masculino eram predominantes entre o corpo discente. Isso se deve ao cuidado que as famílias tradicionais tinham com suas filhas, como esclarece a memorialista:

[...] Predominavam os meninos, já que as meninas, na maioria, não iam à escola, visto que os pais, rigorosos na orientação, não queriam que elas aprendessem a ler para que não fizessem bilhetes para o namorado. Outras famílias importantes colocavam preceptores para cuidar da instrução de suas filhas (SOUSA, 2010, p. 22).

Entre as recordações recolhidas é constante a menção à disciplina no Valdivino Tito. O comportamento dos alunos era observado de perto pelo corpo docente. Silvia Sousa ressalta inclusive que havia a temida palmatória:

4 De acordo com Vilarinho Castelo Branco, a primeira turma da Escola Normal de Teresina, em 1913, havia se formado e contava com 20 professoras. O autor afirma que essas docentes tinham como objetivo “formar os futuros cidadãos da pátria brasileira. Esta seria sua principal função, a de verdadeiros baluartes da civilização, em busca de livrar os brasileiros da ignorância e torná-los bons cidadãos” (CASTELO BRANCO, 2013, p. 95).

Era ensino primário, ministrado de forma competente, embora tivesse a conhecida palmatória usada nas sabatinas, sem tanto rigor, somente como reforço ao domínio da tabuada. Mais em tom de brincadeira, a professora falava: “*Quem quer tomar um bolo?*” em seguida formulava uma pergunta, geralmente sobre a multiplicação, e quem não respondesse corretamente recebia um “bolo” dos colegas que já tinham acertado (SOUSA, 2010, p. 22, grifo do autor).

O senhor Jaime relata que havia muita ordem no Grupo Escolar. O entrevistado, assim como as demais pessoas que recordam o cotidiano do Valdivino Tito, mostra-se bastante contente com aquela rígida disciplina imposta a alunos. Ao fazer uma comparação com a educação atual, mostra-se descontente, pois considera que devia haver mais rigidez por parte das instituições de ensino. De acordo com o entrevistado, na época em que estudava, uma das tarefas obrigatórias era cantar alguns hinos:

[...] Havia muita ordem, antes de começar a aula reunia todos os alunos para cantar o hino, Hino da Bandeira, Hino do Estado, do Piauí, tudo em ordem era beleza seguir, tudo bem organizado, ouviu? Não tem mais ordem desse jeito não (PAZ, 2013).

Marcos Vasconcelos, que estudou todo o Ensino Primário no Valdivino Tito, nos dá maiores detalhes no que tange a esse aspecto:

Entre as salas de aula, havia um salão em que, pela manhã cedo, antes do início das aulas, e depois delas, se reuniam todos os alunos para cantar o Hino Nacional e Hino à Bandeira, dos inesquecíveis e belos versos de Olavo Bilac (a música é do maestro Francisco Braga) – “Salve Lindo pendão da esperança/ Salve! Símbolo Augusto da paz!/ Tua nobre presença à lembrança/ A grandeza da Pátria nos traz”. Isto era todo dia [...] (VASCONCELOS, 2006, p. 49).

Os diversos hinos que os discentes tinham que cantar não desapareceram facilmente da memória daqueles que viveram o cotidiano da escola. Isso demonstra como o Estado foi eficiente em seu objetivo de criar cidadãos que “exaltassem a pátria” brasileira, utilizando como meio privilegiado as instituições de ensino espalhadas pelo Brasil, entre as quais, o Valdivino Tito era mais uma delas. Jane Sousa nota que, sobretudo, durante o Estado Novo o professor tinha o papel de importante transmissor desses ideais, que deviam ser inculcados no alunado:

O professor atuaria como transmissor de conhecimentos para a formação da criança e da mocidade voltados para o engrandecimento da pátria. A criança, vista como esperança do futuro. O estudo e o trabalho, como impulsionadores do crescimento da pátria. E, acima de tudo, a reafirmação do Estado Novo como um Brasil grande, forte, unido, disciplinado e civilizado. E o educador, a serviço desse pensamento (SOUSA, 2009, p. 126-127).

Quanto a essa ação efetuada pelo professor, o depoimento do senhor Augusto sobre a rotina da escola é bastante esclarecedor:

As professoras eram muito rígidas. A gente chegava, entrava no colégio, primeira coisa que se fazia... Cada ano, tinha o primeiro ano A, o primeiro ano B, segundo ano, terceiro ano, quarto ano, elas dividiam assim, sabe? A gente chegava tinha, uma aula daquela, um salão daquele, e cantava o Nacional, cantava o Hino da Bandeira, cantava o Hino da Independência, tudo isso a gente cantava obrigatoriamente. O Hino da Bandeira: “Salve lindo pendão da esperança! Salve símbolo pendão lalalalá...”. Esse era um dos hinos, aí, tinha o Hino Nacional, do Ipiranga, aí tinha o Hino da Bandeira, era bonito, ouviu? Diversão! (PEREIRA, 2012).

Do mesmo modo, havia igualmente grande exaltação das datas comemorativas que remetiam a divulgação do civismo brasileiro. Mesmo antes do Estado Novo, percebemos a divulgação desses princípios, pois, em setembro de 1934, o prefeito Francisco Alves respondeu um telegrama do Secretário-Geral do Estado, Leônidas Melo, remetendo como havia sido as comemorações do Sete de Setembro em Campo Maior. O prefeito fazia grande exaltação da solenidade: “foi esta grande data histórica da nossa nacionalidade, solenizada entusiasticamente, com a participação de todas as autoridades, classes sociais e do povo em geral” (CAMPO MAIOR, 08 de setembro de 1934). Em seguida colocava como foi a participação dos estudantes campomaiorenses:

Sob a direção das distintas educadoras do Grupo Escolar “Valdivino Tito” e da Escola particular “Maria Auxiliadora”, formava em alas, que estendiam por toda a face oriental daquele logradouro público, os alunos daqueles estabelecimentos de ensino, devidamente fardados. Ao som do Hino Nacional, tocado pela banda municipal e cantado pelos estudantes, era içada a Bandeira Nacional (CAMPO MAIOR, 08 de setembro de 1934).

Para finalizar as festividades, Francisco Alves salientava que o “povo” havia seguido para o prédio da prefeitura onde foi erguido o “auriverde pendão”,

destacando também que existia um grande adensamento populacional que prestigiava o evento com “vivas e aplausos”, traduzindo o “civismo do nosso povo e o seu amor à gloriosa tradição do nosso querido Brasil” (CAMPO MAIOR, 08 de setembro de 1934). Percebemos como o governo foi eficiente em repassar seus ideais patrióticos por meio das escolas, ao observamos como isso permanece vivo nas memórias recolhidas.

Conforme havíamos mencionado, no Grupo Escolar Valdivino Tito, havia uma severa disciplina, comandado pelas professoras naquela época. No entanto, os alunos se apropriavam do local, e nos momentos que era possível, tornavam-no um espaço para sua diversão. Marcos Vasconcelos anotou em suas memórias como eram os momentos de diversão fora da sala de aula:

Quando entrei no grupo escolar, vindo da rua da Lagoa que ficava do outro lado da cidade, não estranhei muito o ambiente, ao contrário, vibrei quando encontrei meus amigos todos. Além do mais, por ser o único estabelecimento de ensino, quase que em toda sala eu tinha um irmão mais velho do que eu. O grupo foi para muitos meninos a continuação de nosso campo de brincadeiras, só que agora de forma organizada e com horários rígidos. Todos na sala de aula ficavam atentos aos ensinamentos da professora, mas ansiosos pela batida da sineta anunciando o recreio. Era meia hora de brincadeiras, lanches, brigas marcadas dentro da sala de aula, para tirar as diferenças, papos, paqueras, fuxicos. Aquilo de toda escola (VASCONCELOS, 2006, p. 50).

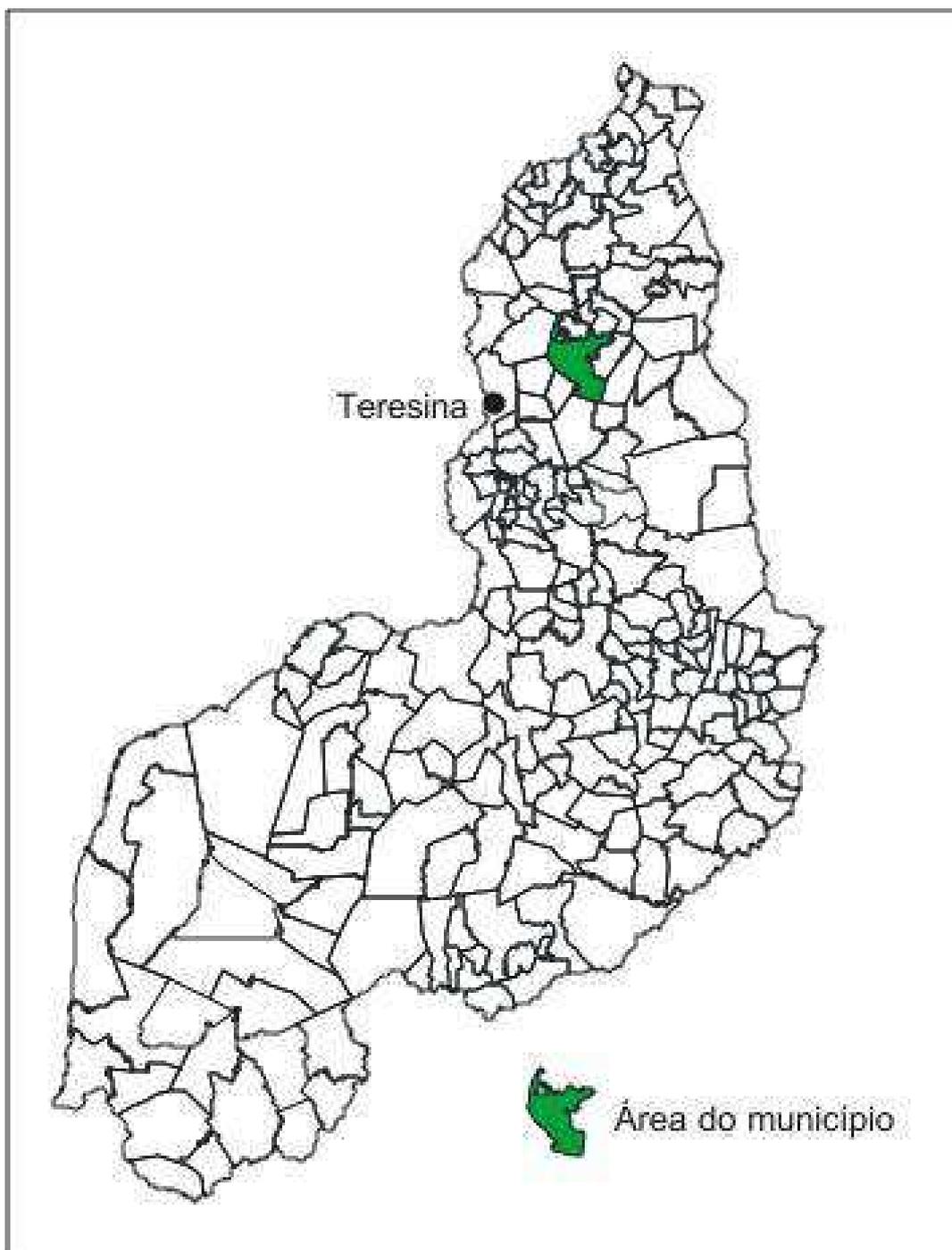
Campo Maior, ao chegar o final da década de 1940, havia passado por profundas transformações urbanas levadas a cabo pelos gestores, tornando-se uma cidade que alcançara a denominação de “moderna”, sobretudo nas representações feitas pelos governantes. À luz do exposto, percebemos diversos aspectos em que os populares também foram atuantes no “novo” espaço citadino. Houve momentos em que só conseguiram partilhar de alguns símbolos da modernização de forma restrita, como a luz elétrica que era usufruída pelas pessoas simples apenas no espaço público, embora estas não tivessem condição financeira de tê-la no ambiente de suas residências. No entanto, de modo geral, a população que não era abastada também conseguiu usufruir das modificações urbanas.

A modernização operada na urbe obviamente não provocou somente mudanças de efeito paisagístico, permitiu também a campomaiorenses a construção de uma nova cartografia, possível graças à apropriação do “novo” espaço citadino,

que impactou em sua vivência. Dessa forma, vimos como pessoas simples passaram a delinear o seu cotidiano, agora marcado pelos equipamentos modernos analisados, assim como pelos novos espaços que surgiram em decorrência das modificações urbanas levadas a cabo pelo poder público. Emergiram, assim, sensibilidades provocadas por ícones modernos que, até então, eram uma realidade distante e mesmo até desconhecida dos campomaiorenses. Igualmente, notamos a emergência de espaços públicos que ampliaram a possibilidade de aproximações interpessoais, havendo o desenvolvimento de novas sociabilidades em Campo Maior, bem como de locais de lazer.

ANEXO

ANEXO – Mapa de localização do município de Campo Maior



Fonte: AGUIAR, 2004, p. 03.

APÊNDICE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTUDO: Modernização urbana de Campo Maior-Pi no período áureo da Cera de Carnaúba (1930-1947)

Você está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você.

Eu,

.....
portador da Cédula de identidade, RG , e inscrito no CPF/MF.....nascido(a) em ____ / ____ / ____ , abaixo assinado(a), concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário(a) do estudo historiográfico: “Modernização urbana de Campo Maior-Pi no período áureo da Cera de Carnaúba (1930-1947)”.

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

Estou ciente que:

- I) O estudo se faz necessário para que possam ser elaborados relatos históricos sobre a **modernização urbana de Campo Maior-PI (1930-1947)**, contextualizando-a com o período áureo da Cera de Carnaúba;
- II) Serão gravados depoimentos em áudio, de antigos moradores de Campo Maior;
- III) Essa (s) entrevistas(s) serão feitas apenas para uso acadêmico, sem fins lucrativos;
- IV) Tenho a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação;
- V) A exposição do meu nome no trabalho científico depende da minha aprovação;

VI) Caso eu desejar, poderei pessoalmente tomar conhecimento dos resultados, ao final desta pesquisa.

Desejo ser reconhecido como narrador.

Não desejo expor meu nome na pesquisa.

VII) Observações Complementares.

VIII) Caso me sinta prejudicado (a) por participar desta pesquisa, poderei recorrer ao Comitê de Ética do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Campina Grande.

Campo Maior, _____ de _____ de 2014.

Entrevistado(a): _____

Testemunha(s):

Nome / RG / Telefone

Responsável pelo Projeto:

Mestrando Raimundo Nonato Bitencourt Pereira

Telefone para contato: _____

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

1 Bibliografia geral

A ADMINISTRAÇÃO Leônidas Melo no Piauí. Rio de Janeiro: Indústrias Gráfica Luxo, 1943.

AGUIAR, Robério Bôto de. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí**: diagnóstico do município de Campo Maior. Fortaleza: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2004.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALVES, Fernanda Karoline Martins Lira. Becos e casebres na Parahyba do Norte. In: SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Cidades e experiências modernas**. EDUFCEG, 2010.

ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas. In: AGRA DO Ó, Alarcon. **A Paraíba no Império e na República**: estudos de história social e cultural. 2. ed. João Pessoa: Idea, 2005.

ARAÚJO, Erick Assis de. **Nos labirintos da cidade**: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza. Fortaleza: INESP, 2007.

ARAÚJO, José Luís Lopes. O rastro da carnaúba no Piauí. **Revista Mosaico**.v.1, n.2, p.198-205, jul./dez., 2008.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de; EUGÊNIO, João Kennedy. **Gente de Longe**: histórias e memórias. Teresina: Halley, 2006.

ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. **O Corpo e a alma da cidade**: natal entre. 1900 e 1930. Natal: EDUFRN, 2008.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo** – Obras Escolhidas III. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BENCHIMOL, Jaime Larry. A modernização do Rio de Janeiro. In: DEL BRENA, Giovanna Rosso (org.). **O Rio de Janeiro de Pereira Passos**: uma cidade em questão II. Rio de Janeiro: Index, 1985.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 11ª ED. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX – o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **“História e Historiografia das cidades em Percurso.”** In: FREITAS, Marcos Cezar (org). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

BRITO, Sílvia Helena Andrade de. **Educação e sociedade na fronteira oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)**. 2001. 371 f. Tese de Doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

BURKE, Peter. Unidade e variedade na história cultural. In. _____: **Variedades de história cultural**. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

CARDOSO, Francisco da Silva. **Memórias de Campo Maior**. Teresina: [s.n.], 2011.

CARVALHO, Francisco Prancacio Araújo de. **Eco-eficiência na produção de pó e cera de carnaúba no município de Campo Maior (PI)**. 2005. 157 f. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina: 2005.

CARVALHO, Francisco Prancacio Araújo de; GOMES, Jaíra Maria Alcobaça. **Eco-eficiência na produção de pó e cera de carnaúba no município de Campo Maior (PI)**. Piracicaba, SP, vol. 46, nº 02, p. 421-453, abr/jun 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara. Carnaúba. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Nº 2, 1964, abril-junho.

CASTELO BRANCO FILHO, Heitor. **Paz e Guerra na Terra dos Carnaubais**. Teresina: Gráfica da UFPI, 1992.

CASTELO BRANCO, Renato. **O Piauí: a terra, o homem, o meio**. São Paulo: Livraria Quatro Artes, 1970.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres plurais: a condição feminina na Primeira República**. Teresina: Edufpi, 2013.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

_____. **À beira da falésia**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002.

_____. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHAVES, Celson. **A urbanização em Campo Maior (1930-1970)**. Campo Maior: Edição do autor, 2007.

CORREIA, Telma de Barros. **O Art Déco na arquitetura brasileira**. Revista UFG, Ano XII, nº 8, Julho 2010.

COSTA, Giovanni. **O Estado Novo no Piauí**. Rio de Janeiro, 1941.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13.ed. São Paulo: Edusp, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Baudelaire, Benjamin e o moderno. In: _____. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GANDARA, Gercinair Silvério; ROCHA, Leandro Mendes. A presença francesa no Piauí do século XIX. **História Revista**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 291-309, jan./jun. 2009.

GOMES, Ângela Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GRUZINSKI, Serge. Por uma história das sensibilidades. In: LANGUE, Frédérique; PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Orgs). **Sensibilidades na história**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: EDUFRGS, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX (1914-1991). 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **E a Bahia civiliza-se...**: ideias de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana – Salvador, 1912-1916. Dissertação [Mestrado em História] – Universidade Federal da Bahia: Salvador-BA, 1996.

LIMA, Reginaldo Gonçalves de. **Geração Campo Maior**: anotações para uma enciclopédia. Teresina: Gráfica e editora Júnior Ltda, 1995.

MARTINS, Agenor de Sousa. **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. 3. Ed. Teresina: Fundação CEPRO, 2002.

MELO, Cláudio. **Os primórdios de nossa história**. Teresina, 1983.

MELO, Leônidas de Castro. **Trechos do meu caminho**. Teresina: Comepi, 1976.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A Revolução de 1930 no Piauí (1928-1934)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

_____. **A cidade sob o fogo**: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). Teresina-Pi: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

NEDELL, Jeffrey D. Rio de Janeiro: a capital do século XIX brasileiro. In: _____. **Belle Époque Tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

NEVES, Margarida de Souza. Nos compassos do tempo. A história e a cultura da memória. In: SOHIET, Rachel (et. al.). **Mitos, projetos e práticas políticas**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

NUNES, Maria Cecília S. de Almeida. A influência britânica em Parnaíba. In: MARTINS, Agenor de Sousa. O caráter da colonização do Piauí. In: **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. 2.ed. Teresina-PI: Fundação CEPRO, 2006.

OLIVEIRA, Carlos Alberto. Praça Sete de Setembro: os populares no espaço público e a construção de lugares identitários em Belo Horizonte – MG. In: SOUSA, Antonio Clarindo Barbosa. **Populares na cidade**. João Pessoa: Idea, 2011.

OLIVEIRA Joaquim Pereira de. **Estrelas no chão**. Brasília: André Quicé Editor, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In _____; LANGUE, Frédérique. (Orgs). **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2007.

_____. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

PORTO, Carlos Eugênio. **Roteiro do Piauí**. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1974.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo**. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2006.

_____. **A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí (1900-1920)**. Teresina: EDUFPI, 1994.

_____. Viver na província: transformações. In: **Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo**. Teresina/João Pessoa: EDUFPI/EDUFPB, 1998.

RÊBELO, Emília Maria de C. Gonçalves. **Análise do processo de urbanização do Piauí**. Fundação CEPRO: Teresina, 1985.

_____. **A urbanização no Piauí**. CEPRO: Teresina, v. 18, n. 1. p. 99-114, jan/jun, 2000.

REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do. **Dos Sertões aos Mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)**. 2010. 291 f. Tese de Doutorado - Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, 2010.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte**. Recife: Fundarpe, 1997.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Amara Silva de Souza. Modernas seduções urbanas: e eletrificação no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, n. 14, dezembro de 2000.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. **Evolução histórica da economia piauiense**. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001, p. 98.

SANTOS, Antônio de Pádua Silva dos. **Estudo sócio-econômico dos principais produtos do extrativismo vegetal do Piauí: carnaúba**. CEPRO: Teresina, 1979.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: _____. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí**. V. 2. Belo Horizonte: Ed. Do autor, 2007.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 46, 2003.

SOUSA, Jane Bezerra de. Tempos de ser professora no Piauí (1929-1951): saberes, ideias, discursos, evidências. In: _____. **Ser e fazer-se professora no Piauí no século XX: a história de vida de Nevinha Santos**. [Tese de Doutorado em Educação Escolar]. Universidade Federal de Uberlândia - UFU, 2009.

SOUSA, Silvia Maria Melo de. **Campo Maior: recordações**. Teresina: Gráfica Andrade Ltda, 2010.

_____. **Educação e educadores de Campo Maior**. Teresina: Gráfica e Editora Realce, 2011.

SOUZA, Antônio José de. **Estudo e coleta de dados sobre a cera de carnaúba**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura: 1974.

SOUZA, Celia Ferraz de. O sentido das palavras na rua da cidade: entre as práticas populares e o poder do Estado (ou público). In: BRESCIANI, Maria Stella (Org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2001.

SOUZA NETO, Simplício Eustáquio de. **Carnaubeira como fonte de matéria prima em vários setores da economia e ambiente**. Campina Grande: EDUFCG, 2012.

TELES, João Agostinho. **Estrutura econômica piauiense**. Teresina: Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO), 1974.

VASCONCELOS, Marcos. **Raízes de pedra**. Fortaleza: Editora livro Técnico Premium, 2006.

VELOSO, Raimundo Nonato. Carnaúba. **Revista Econômica Piauiense**. Teresina. Vol. 3, 1959.

WAIZBORT, Leopoldo. “A cidade, grande e moderna”. In: **As aventuras de Georg Simmel**. 2 ed. - São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia; Editora 34, 2006.

WANDERLEY, Helmara Gicelli Formiga. O espetáculo da noite em Pombal: a luz dita moderna e as representações sobre a escuridão. In: SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. **Cidades e experiências modernas**. Campina Grande: EDUFPG, 2010.

2 Documentos Oficiais

CAMPO MAIOR. Comunicado nº 23, de 11 de abril de 1934. Congratulação ao interventor Landri Sales Gonçalves pela retomada dos carnaubais. Campo Maior, 1934.

CAMPO MAIOR. Decreto lei nº 12 de 24 de setembro de 1938. Dispõe sobre o arrendamento de carnaubais do Patrimônio. Campo Maior, 24 de setembro de 1938.

CAMPO MAIOR. Decreto lei nº 50 de 26 de agosto de 1941. Orça a receita e fixa a despesa para o ano de 1941. Campo Maior, 26 de agosto de 1941.

CAMPO MAIOR. Exposição de Motivos ao Decreto-lei nº 80. Campo Maior, 14 de setembro de 1945.

CAMPO MAIOR. Decreto-lei nº 48 de 15 de julho de 1941. Dispõe sobre a abertura de 3.000\$000 para o “Serviço dos Carnaubais”. Campo Maior, 15 de julho de 1941.

CAMPO MAIOR. Parecer ao Decreto-lei nº 120. Campo Maior, 02 de agosto de 1948.

CAMPO MAIOR. Parecer ao Projeto de Lei nº 36. Campo Maior, 13 de outubro de 1948.

CAMPO MAIOR. Portaria nº 33. Campo Maior, 08 de agosto de 1936.

CAMPO MAIOR. Decreto-lei nº 65 de 01 de agosto de 1944. Dispõe sobre a organização do quadro de funcionários da Usina Elétrica. Campo Maior, 01 de agosto de 1944.

CAMPO MAIOR. Exposição de Motivos ao Decreto-lei nº 76. Campo Maior, 21 de maio de 1945.

CAMPO MAIOR. Exposição de Motivos ao Decreto-lei nº 1. Campo Maior, 18 de abril de 1942.

CAMPO MAIOR. Exposição de Motivos ao Decreto-lei nº 123. Campo Maior, 05 de julho de 1947.

CAMPO MAIOR. Projeto de lei n° 37, de 07 de outubro de 1948. Dispõe sobre a concessão do Cine-Teatro a empresa privada. Campo Maior, 07 de outubro de 1948.

CAMPO MAIOR. Decreto-lei n° 11, de 19 de setembro de 1938. Dá nova denominação a Avenida 5 de Outubro. Campo Maior, 19 de setembro de 1938.

CAMPO MAIOR. Exposição de Motivos ao Decreto-lei n° 43. Campo Maior, 10 de julho de 1943.

CAMPO MAIOR. Mensagem direcionada à Câmara Municipal. Campo Maior, 01 de julho de 1948.

CAMPO MAIOR. Exposição de Motivos ao Decreto-lei n° 79. Campo Maior, 13 de julho de 1945.

CAMPO MAIOR. Exposição de Motivos ao Decreto-lei n° 77. Campo Maior, 21 de maio de 1945.

CAMPO MAIOR. Exposição de Motivos ao Decreto-lei n° 112. Campo Maior, 29 de agosto de 1946.

CAMPO MAIOR. Exposição de Motivos ao Decreto-lei n° 82. Campo Maior, 08 de outubro de 1945.

CAMPO MAIOR. Decreto-lei n° 115, 19 de novembro de 1946. Dispõe sobre a concessão de auxílio ao Ginásio Santo Antônio. Campo Maior, 19 de novembro de 1946.

CAMPO MAIOR. Exposição de Motivos ao Decreto-Lei n° 94. Campo Maior, 17 de maio de 1946.

CAMPO MAIOR. Exposição de motivos ao Decreto-lei n°115. Campo Maior, 19 de novembro de 1946.

CAMPO MAIOR. Exposição de motivos ao Decreto-lei n° 114. Campo Maior, 29 de outubro de 1946.

CAMPO MAIOR. Decreto-Lei n° 26 de 15 de novembro de 1948. Dispõe sobre a revogação do Decreto-lei n° 114 que dava autorização para a doação de um terreno na Rua Antonino Freire. Campo Maior, 15 de novembro de 1948.

CAMPO MAIOR. Exposição de Motivos ao Decreto-lei n° 95. Campo Maior, 17 de maio de 1946.

CAMPO MAIOR. Exposição de motivos ao Decreto-Lei n° 36. Campo Maior, 13 de maio de 1943.

DIRETORIA geral de estatística do estado do Piauí. Teresina, 1935.

DIRETORIA geral de estatística do estado do Piauí, Teresina, 1938.

PIAUÍ. Decreto Lei nº 1.419, de 01 de outubro de 1932. Proíbe o corte de carnaubeiras vivas no estado do Piauí, Teresina, 1932. In: **Livro de decretos do ano de 1932**. Teresina: Imprensa oficial, 1933.

PIAUÍ. Decreto-Lei nº 1.466, de 31 de julho de 1933. Aprova as instruções para a administração das Fazendas Nacionais, Teresina, 1933. In: **Livro de decretos do ano de 1933**. Teresina: Imprensa oficial, 1934.

PIAUÍ. Relatório apresentado ao presidente Getulio Vargas pelo interventor Landry Sales Gonçalves – 1931-1935. Teresina: Imprensa oficial, 1935.

PIAUÍ. Relatório apresentado ao presidente Getulio Vargas pelo interventor Leônidas de Castro Melo. Teresina: Imprensa oficial, 1938.

PIAUÍ. Mensagem de Governo apresentada a Assembleia Legislativa do Piauí pelo interventor Leônidas Melo. Teresina: Imprensa Oficial, 1936.

PIAUÍ. Mensagem de governo apresentada ao presidente Getulio Vargas pelo interventor Leônidas de Castro Melo. Teresina: Imprensa oficial, 1937.

PIAUÍ. Relatório de governo apresentado a Getúlio Vargas pelo interventor Leônidas de Castro Melo. Teresina: Imprensa Oficial, 1940.

PIAUÍ. Relatório de governo apresentado a Getúlio Vargas pelo interventor Leônidas de Castro Melo. Teresina: DEIP, 1942.

PIAUÍ. Lei nº 92 de 20 de agosto de 1936. Torna de utilidade pública e dá ao Centro Operário Campomaiorense, da cidade de Campo Maior a quantia de 5 000\$000 réis [cinco contos de réis] para auxílio na construção de sua sede. Teresina, 20 de agosto de 1936.

RELATÓRIO do Diretório Regional de Geografia do Piauí. Teresina: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1941.

3 Periódicos

3.1 Jornais impressos

A CRISE Econômica. **O Piauí**. Teresina, 24 de julho de 1948, p. 01.

A EXPORTAÇÃO piauiense. **Diário Oficial**. Teresina, 14 de jan. de 1942, p. 05.

CRIA-SE ALI UMA CIVILIZAÇÃO e se escreve a história do progresso piauiense em marcha. **Diário Oficial**. Teresina, 12 de março de 1940, p. 01.

MARCHANTES e Magarefes. **A Luta**. Campo Maior, 02 de março de 1969, p. 02.

MORAES & CIA. **O Estímulo**. Campo Maior, 13 de junho de 1946, p. 08.

O DESASTRE. **O Piauí**. Teresina, 31 de janeiro de 1948, s.p.

OPINIÕES. **O Raio**. Campo Maior, outubro de 1916, p. 01.

PANORAMA Administrativo do Piauí. **Diário Oficial**. Teresina, 11 de fevereiro de 1941, p. 02.

PENSÃO PORTELA. **O Momento**. Teresina, 24 de outubro de 1937.

PREFEITURA Municipal de Campo Maior. **Diário Oficial**. Teresina, 07 de agosto de 1939, p. 10.

URBANISMO. **O Estímulo**. Campo Maior, 05 de maio de 1946, p. 2.

3.2 Almanques

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Edição do autor: Parnaíba, 1932.

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Edição do autor: Parnaíba, 1933.

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Edição do autor: Parnaíba, 1934.

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Edição do autor: Parnaíba, 1941.

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Edição do autor: Parnaíba, 1942.

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Edição do autor: Parnaíba, 1981.

ALMANAQUE DO CARIRI, 1952.

ALMANQUE PIAUIENSE. Teresina: 1937.

4. Entrevistas

PAZ, Jaime da. Entrevista concedida a Raimundo Nonato Bitencourt Pereira. Campo Maior, 25 de julho de 2013.

PEREIRA, Augusto. Entrevista concedida a Raimundo Nonato Bitencourt Pereira. Campo Maior, 03 de julho de 2013.

SANTOS, Iracema Lima Costa. Entrevista concedida a Raimundo Nonato Bitencourt Pereira. Campo Maior, 26 de julho de 2013.

SOUSA, Maria do Socorro de. Entrevista concedida a Raimundo Nonato Bitencourt Pereira. Campo Maior, 23 de agosto de 2013.

APÊNDICE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTUDO: Modernização urbana de Campo Maior-Pi no período áureo da Cera de Carnaúba (1930-1947)

Você está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você.

Eu,

....., portador da Cédula de identidade, RG, e inscrito no CPF/MF.....nascido(a) em ____ / ____ / _____, abaixo assinado(a), concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário(a) do estudo historiográfico: “Modernização urbana de Campo Maior-Pi no período áureo da Cera de Carnaúba (1930-1947)”.

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

Estou ciente que:

- I) O estudo se faz necessário para que possam ser elaborados relatos históricos sobre a **modernização urbana de Campo Maior-PI (1930-1947)**, contextualizando-a com o período áureo da Cera de Carnaúba;
- II) Serão gravados depoimentos em áudio, de antigos moradores de Campo Maior;
- III) Essa (s) entrevistas(s) serão feitas apenas para uso acadêmico, sem fins lucrativos;
- IV) Tenho a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação;
- V) A exposição do meu nome no trabalho científico depende da minha aprovação;

VI) Caso eu desejar, poderei pessoalmente tomar conhecimento dos resultados, ao final desta pesquisa.

Desejo ser reconhecido como narrador.

Não desejo expor meu nome na pesquisa.

VII) Observações Complementares.

VIII) Caso me sinta prejudicado (a) por participar desta pesquisa, poderei recorrer ao Comitê de Ética do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Campina Grande.

Campo Maior, _____ de _____ de 2014.

Entrevistado(a): _____

Testemunha(s):

Nome / RG / Telefone

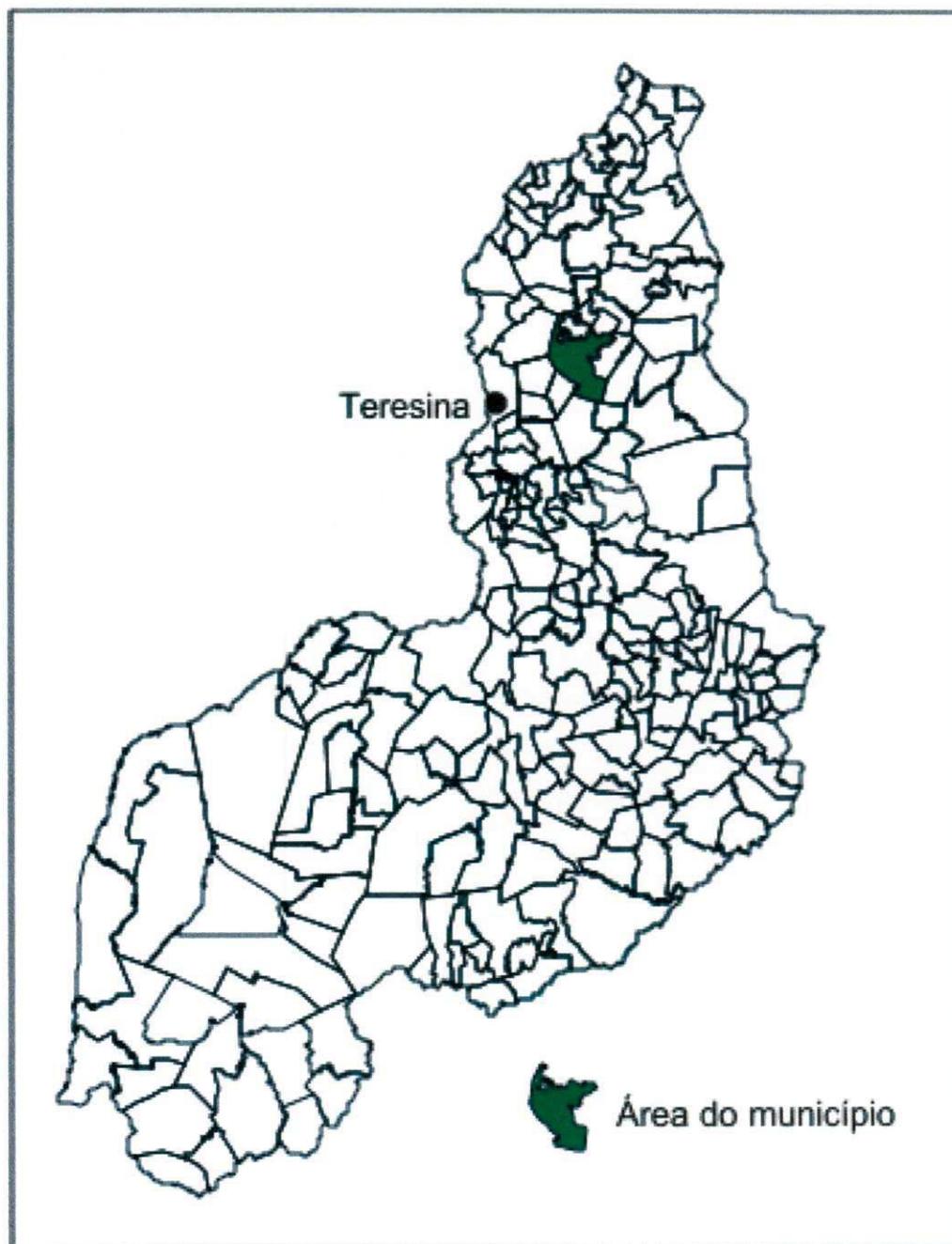
Responsável pelo Projeto:

Mestrando Raimundo Nonato Bitencourt Pereira

Telefone para contato: _____

ANEXO

ANEXO – Mapa de localização do município de Campo Maior



Fonte: AGUIAR, 2004, p. 03.